

Universidade Aberta



***TODOS, TODAS E TOD@S: ARGUMENTOS LINGUÍSTICOS E IDEOLÓGICOS
EM TORNO DA LINGUAGEM INCLUSIVA***

Sandra Cláudia Corga de Castro Oliveira de Figueiredo

Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa

2025

Universidade Aberta



***TODOS, TODAS E TOD@S: ARGUMENTOS LINGUÍSTICOS E IDEOLÓGICOS
EM TORNO DA LINGUAGEM INCLUSIVA***

Sandra Cláudia Corga de Castro Oliveira de Figueiredo

Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Roboredo Seara

2025

Agradecimentos

Agradeço às minhas pessoas, às que à minha volta me fazem persistir, sempre.

À professora Isabel Roboredo Seara, a minha mestre, que me fez olhar a língua portuguesa, a nossa tão amada língua com sentido de dever e dedicação e que nas horas mais escuras soube sempre ser luz.

À minha mãe Eugénia, pelo orgulho que sei que tem em mim.

Ao meu pai João: “já viste, pai, o que o teu Basareco conseguiu?”.

Aos meus sogros que tanto nos ajudaram, “que pena já não poder celebrar esta vitória consigo, sogro”.

Aos meus avós maternos e paternos, os meus alicerces de criança, obrigada.

Ao meu sobrinho Hernâni pela inspiração

Aos meus amigos de sempre pelo incentivo e coragem.

À Mafalda e ao Jorge pelas horas intermináveis que fiquei fechada no escritório e pelo apoio e o amor incondicional.

Obrigada!

Dedicatória

Para o Jorge e a Mafalda, as raízes da minha árvore da vida.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

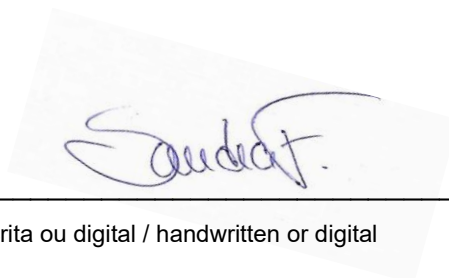
I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal *Diário da República*, 2.^a série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 26 de março de 2025

Sandra Cláudia Corga de Castro Oliveira Figueiredo

Assinatura/Signature:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Sandra C. F.', is written on a light-colored rectangular background. The signature is positioned above a horizontal line.

manuscrita ou digital / handwritten or digital

TODOS, TODAS E TOD@S: ARGUMENTOS LINGUÍSTICOS E IDEOLÓGICOS EM TORNO DA LINGUAGEM INCLUSIVA

Resumo

A dissertação intitulada "Todos, Todas e Tod@s: Argumentos Linguísticos e Ideológicos em Torno da Linguagem Inclusiva" aborda um tema de crescente relevância nas esferas linguística, social e política: a linguagem inclusiva e/ou não binária.

Este estudo investiga os argumentos que sustentam e contestam a normatização de formas linguísticas que promovem maior inclusão e visibilidade de grupos historicamente marginalizados, como mulheres e pessoas de gênero não binário.

Partindo de uma análise discursiva ancorada nos pressupostos teóricos de autores como Charaudeau, Pêcheux e Maingueneau, a pesquisa identifica e classifica os principais argumentos a favor e contra a linguagem inclusiva. Entre os argumentos favoráveis destacam-se: a visibilidade de grupos que a sociedade não vê e ou marginalizados, a desconstrução de estereótipos e o reconhecimento da linguagem como um organismo vivo e em constante evolução. Por outro lado, os argumentos contrários incluem a resistência à interferência na norma linguística, as preocupações com legibilidade e eficiência comunicativa, e as críticas à suposta politização da gramática.

Os *corpus* utilizados compreendem textos de diferentes categorias discursivas (políticos, publicitários, mediáticos, oficiais e acadêmicos), permitindo uma análise multifacetada da questão. A constituição dos *corpus* ensaiou congregar diferentes visões sobre a linguagem inclusiva, desde a rejeição categórica de mudanças consideradas radicais, à defesa entusiástica de transformações linguísticas como reflexo de igualdade social. A análise demonstra como a linguagem pode ser tanto um campo de batalha ideológico quanto um espaço de construção de novos significados e identidades.

As conclusões da investigação apontam que, embora a linguagem inclusiva tenha potencial de promover mudanças sociais significativas, a sua implementação

enfrenta desafios que refletem não apenas uma controvérsia e ou polémica linguística, mas também um choque ideológico e cultural.

Palavras-chave: Língua portuguesa, linguagem inclusiva, linguagem neutra, argumentos; análise linguístico-discursiva.

TODOS, TODAS E TOD@S: LINGUISTIC AND IDEOLOGICAL ARGUMENTS AROUND INCLUSIVE LANGUAGE

Abstract

The dissertation entitled 'Todos, Todas e Tod@s: Linguistic and Ideological Arguments Around Inclusive Language' addresses a topic of growing relevance in the linguistic, social and political spheres: inclusive and/or non-binary language.

This study investigates the arguments that support and contest the standardization of linguistic forms that promote greater inclusion and visibility of historically marginalized groups, such as women and people of non-binary gender.

Based on a discursive analysis anchored in the theoretical assumptions of authors such as Charaudeau, Pêcheux and Maingueneau, the research identifies and classifies the main arguments in favor of and against inclusive language. Among the arguments in favor are: the visibility of groups that society doesn't see and/or that are marginalized, the deconstruction of stereotypes and the recognition of language as a living and constantly evolving organism. On the other hand, the opposing arguments include resistance to interference in the linguistic norm, concerns about readability and communicative efficiency, and criticism of the supposed politicization of grammar.

The *corpus* used comprise texts from different discursive categories (political, advertising, media, official and academic), allowing for a multifaceted analysis of the issue. The constitution of the *corpus* attempted to bring together different views on inclusive language, from the categorical rejection of changes considered radical, to the enthusiastic defense of linguistic transformations as a reflection of social equality. The analysis shows how language can be both an ideological battleground and a space for constructing new meanings and identities.

The conclusions of the research point out that although inclusive language has the potential to promote significant social change, its implementation faces challenges that reflect not only linguistic controversy and/or polemics, but also ideological and cultural clashes.

Keywords: Portuguese language, inclusive language, neutral language, arguments; linguistic-discursive analysis.

TODOS, TODAS E TOD@S : ARGUMENTS LINGUISTIQUES ET IDÉOLOGIQUES AUTOUR DU LANGAGE INCLUSIF

Résumé

La thèse intitulée « Todos, Todas e Tod@s : Arguments linguistiques et idéologiques autour du langage inclusif » traite un sujet de plus en plus pertinent dans les sphères linguistiques, sociales et politiques : le langage inclusif et/ou non-binaire.

Cette étude examine les arguments qui soutiennent et contestent la normalisation des formes linguistiques qui favorisent une plus grande inclusion et visibilité des groupes historiquement marginalisés, tels que les femmes et les personnes de genre non binaire.

Basée sur une analyse discursive ancrée dans les hypothèses théoriques d'auteurs tels que Charaudeau, Pêcheux et Maingueneau, la recherche identifie et classe les principaux arguments en faveur et à l'encontre d'un langage inclusif. Parmi les arguments en faveur de l'inclusion figurent la visibilité de groupes que la société ne voit pas et/ou qui sont marginalisés, la déconstruction des stéréotypes et la reconnaissance de la langue en tant qu'organisme vivant et en constante évolution. D'autre part, les arguments opposés comprennent la résistance à l'interférence dans la norme linguistique, les préoccupations concernant la lisibilité et l'efficacité de la communication, et la critique de la supposée politisation de la grammaire.

Les *corpus* utilisés comprennent des textes issus de différentes catégories discursives (politiques, publicitaires, médiatiques, officielles et académiques), ce qui permet une analyse multidimensionnelle de la question. La constitution des *corpus* a tenté de rassembler différents points de vue sur le langage inclusif, allant du rejet catégorique des changements considérés comme radicaux à la défense enthousiaste des transformations linguistiques en tant que reflet de l'égalité sociale. L'analyse montre comment la langue peut être à la fois un champ de bataille idéologique et un espace de construction de nouvelles significations et identités.

Les conclusions de la recherche soulignent que, bien que la langue inclusive ait le potentiel de promouvoir un changement social significatif, sa mise en œuvre est

confrontée à des défis qui reflètent non seulement la controverse et/ou la polémique linguistique, mais aussi les affrontements idéologiques et culturels.

Mots-clés : langue portugaise, langue inclusive, langue neutre, arguments ; analyse linguistico-discursive.

"Conheço as palavras pelo dorso. Outro, no meu lugar, diria que sou um domador de palavras. Mas só eu - eu e os meus irmãos - sei em que medida sou eu que sou domado por elas. A iniciativa pertence-lhes. São elas que conduzem o meu trenó sem chicote, nem rédeas, nem caminho determinado antes da grande aventura.

Sim, conheço as palavras. Tenho um vocabulário próprio. O que sofri, o que vim a saber com muito esforço fez inchar, rolar umas sobre as outras as palavras. As palavras são seixos que rolo na boca antes de as soltar. São pesadas e caem. São o contrário dos pássaros, embora "pássaros" seja uma das palavras. A minha vida passou para o dicionário que sou. A vida não interessa. Alguém que me procure tem que começar - e de se ficar - pelas palavras. Através das várias relações de vizinhança, entre elas estabelecidas no poema, talvez venha a saber alguma coisa. Até não saber nada, como eu."

Ruy Belo

Índice

Introdução.....	6
Fundamentação Teórica.....	11
1. Análise do Discurso	11
2. Algumas noções pragmáticas	14
3. Sociolinguística.....	15
4. História da Língua	17
Linguagem inclusiva, neutra e/ou não binária	21
Argumentos a favor	25
1. Argumento da invisibilidade de alguns grupos. Contra o preconceito.....	25
2. Argumento da ausência de visibilidade	27
3. Argumento da segregação social.....	27
4. Argumento da língua como organismo vivo	28
Argumentos contra	29
1. Argumentos político e ideológico.....	29
2. Argumento neo linguagem e eufemismo	29
3. Argumento do <i>quiproquó</i> ou desconhecimento científico.....	31
4. Argumento da legibilidade e da imposição	33
5. Argumento da História.....	35
Algumas considerações adicionais sobre os argumentos.....	36
Metodologia.....	41
1. Recolha de <i>Corpus</i>	41
2. Como foi feita a recolha	42
3. Divisão e classificação	43
Análise do <i>Corpus</i>	48

I .Corpus de discursos publicitários	49
1. Anúncio 1.....	49
2. Anúncio 2.....	50
II .Corpus de discursos políticos	51
1. Artigo sobre o discurso de Pedro Filipe Soares	51
2. Artigo sobre o discurso do presidente brasileiro	53
3. Artigo sobre o discurso do presidente francês	56
4. Imagem da campanha eleitoral do partido LIVRE	58
III. Corpus de discursos mediáticos	61
1. Artigo de Pacheco Pereira	61
2. Artigo de Joana Cabral.....	64
3. Artigo de Cristina Roldão	66
4. Crónica de Ricardo Araújo Pereira	69
5. Artigo de Afonso Reis Cabral	70
6. Livro <i>No Meu Bairro</i>	73
7. Página SOS Racismo	75
8. Artigo de Clara Não.....	76
9. Artigo de Bernardo Mendonça	77
IV. Corpus Discurso oficial	79
1. Manual de linguagem inclusiva do CES recolhido em 25 de fevereiro de 2024	79
2. Manual de linguagem inclusiva do Parlamento Europeu (2018) recolhido em 25 de fevereiro de 2024.....	79
V. Corpus de discurso académico	81
1. Linguista Concepción Company Company	81
2. Professor Carlos André	83
3. Professor Fernando Pestana.....	86
VI Corpus de Discursos das Redes Sociais	88

1. Publicação de Francisco Moita Flores	88
2. Publicação de Jorge Pinheiro.....	90
3. Publicação de @newkidportugal.....	93
4. <i>Reels</i> de Roberta Monzini.....	94
5. Publicação de Bulba	96
6. Publicações de Fernando Venâncio.....	98
7. Publicação de Rui Maria Pego.....	101
Considerações finais.....	104
Bibliografia Geral.....	107
Webgrafia	109
Documentação oficial	111
Anexos	i
CORPUS	i
Anexo I.....	i
Discurso Publicitário	i
<i>Corpus</i> pub 1.....	i
<i>Corpus</i> pub 2.....	ii
Anexo II.....	iii
Discurso político	iii
<i>Corpus</i> polit 1	iii
<i>Corpus</i> polit 2.....	v
<i>Corpus</i> polit 3.....	vii
<i>Corpus</i> polit 4.....	viii
Anexo III.....	ix
Texto Mediático.....	ix
<i>Corpus</i> Mediat 1	ix
<i>Corpus</i> Mediat 2	xi

<i>Corpus</i> Mediat 3	xiv
<i>Corpus</i> Mediat 4	xvii
<i>Corpus</i> mediat 5	xix
<i>Corpus</i> mediat 6	xxi
<i>Corpus</i> Mediat 7	xxiii
<i>Corpus</i> Mediat 8	xxv
<i>Corpus</i> Mediat 9	xxx
Anexo IV	xxxiii
Discurso/texto oficial	xxxiii
<i>Corpus</i> oficial 1	xxxiii
<i>Corpus</i> oficial 2	xxxiii
Anexo V	xxxiv
Discursos acad�mico.....	xxxiv
<i>Corpus</i> acad�mico 1	xxxiv
<i>Corpus</i> acad�mico 2	xxxvi
<i>Corpus</i> acad�mico 3	xxxviii
Anexo VI	xl
Discursos redes sociais.....	xl
<i>Corpus</i> redes sociais 1	xl
<i>Corpus</i> redes sociais 2	xliv
<i>Corpus</i> redes sociais 3	xliv
<i>Corpus</i> redes sociais 4	xliv
<i>Corpus</i> redes sociais 5	xliv
<i>Corpus</i> redes sociais 6	xlvi
<i>Corpus</i> redes sociais 7	l

Introdução

“La langue ce beau féminin
préférable à idiome, triste masculin -
mérite les honneurs d'une analyse
sans parti pris.” (Charaudeau 2018:
4)

A linguagem inclusiva, incluindo a não binária, vem-se manifestando como um tema relevante na sociedade nos últimos anos, por um lado através da representatividade feminina e dos movimentos feministas:

Com o advento dos movimentos feministas, destaca-se a proposta da linguagem inclusiva, que interpreta o próprio idioma como mais um meio de reprodução da cultura machista, tendo em vista que língua e cultura se confundiriam ao utilizar a figura do sexo masculino como modelo, fazendo com que palavras de género masculino sejam utilizadas para se referirem a ambos os sexos, como em *o homem* referindo-se a homens e mulheres de modo geral. (Silva & Gouveia 2009 :2)

e, por outro, pelos grupos minoritários que não se reveem na classificação binária do português, uma classificação que faz parte da estrutura da língua, assim como em outras línguas românicas como é o caso do francês.

A linguagem inclusiva ou não binária define-se como aquela que visa comunicar sem excluir ou inviabilizar nenhum grupo (Guerrero Salazar, 2020: 218) e sem alterar a língua como a conhecemos. Várias são as tentativas de incorporar normativas para olhar para a linguagem como um veículo para a integração. Ainda assim, são divergentes os posicionamentos no domínio político, constitucional e corporativo ao que esta temática concerne, com a opinião pública muito influenciada pelo que é escrito e disseminado pelos meios de comunicação social.

É inegável o posicionamento distinto em relação à língua: se, por um lado, constatamos atitudes conservadoras que a encaram como um património imutável; por outro, constatamos inversamente a posição dos defensores de uma linguagem não binária que defendem a mudança que ocorre na língua. Assiste-se

nomeadamente a movimentos de militância feminina que parecem estar intrinsecamente ligados a uma militância ideológica.

Esta dissertação visa dar um contributo para a reflexão sobre os conceitos de linguagem inclusiva e linguagem neutra ou não binária, subscrevendo a abordagem discursiva preconizada por Charaudeau:

La langue n'est pas davantage sexiste, si l'on veut bien considerer que c'est le sujet parlant qui est à la fois de maître est esclave de l'usage qu'il ordonne. Il peut alors ajouter à ses usages des relents du sexisme, mais il peut également y échapper par des usages intelligents. C'est donc du discours qu'il est question -non de la langue. (Charaudeau, 2021: 6)

Pretende-se, desta forma, recensear e analisar os argumentos utilizados a favor e contra a normalização da linguagem inclusiva. A análise semântica, pragmática e discursiva aspira identificar em que se baseiam estes argumentos, e de que forma os posicionamentos se transferem para o campo da ordem prática, com a necessidade de adequação ao *modus operandi* das instituições públicas e privadas atuais.

Existem, de facto, posições e opiniões marcadamente opostas entre linguistas, sociólogos, e sociedade em geral, pelo que ensaiaremos igualmente comprovar que o tema é controverso.

Charaudeau evita o termo *polémica*, porque para o linguista o mesmo implica não chegar a nenhum consenso preferindo, assim, a designação de controvérsia:

Dans cette époque post-moderne où les savoirs de connaissance cherchent à s'imposer come des vérités absolues, il est nécessaire de faire entendre les analyses des spécialistes (Charaudeau, 2021:9)

No âmbito da Linguística Textual e da Análise do Discurso, os passos consistem em recolher os dados, constituir um *corpus*, descrever e classificar os dados e classificar resultados (Charaudeau, 2018:6), quando as posições numa controvérsia se tornam extremadas.

Por outro lado, e face à necessidade de diferenciar a noção de sexo biológico da definição de género, de âmbito linguístico - este é construído histórica e culturalmente e diferente de cultura para cultura, pretende-se, igualmente, nesta investigação, recensear os argumentos a favor e contra a utilização e normatização da linguagem inclusiva.

Numa primeira abordagem, constatamos este dissenso¹, entre os que apoiam a notoriedade deste tópico, pugnando pela defesa de uma sociedade mais inclusiva e /ou como resposta às agendas sociais e/ou políticas, e, ao invés, os que, ancorados em posições mais conservadoras, mais puristas da língua, contestam o posicionamento que se vem afigurando crescente em algumas sociedades, para poder compreender, com o objetivo de analisar e comprovar se a controvérsia é científica, doutrinal ou social.

O objetivo central desta dissertação é, pois, investigar de que modo os argumentos encontrados colocam questões sobre a evolução natural da língua e sobre os potenciais riscos da linguagem inclusiva configurarem uma ameaça a este património imaterial, ou, se por outro lado, o seu uso torna a sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Investigaremos, ainda, como os discursos do nosso corpus são produzidos, disseminados e interpretados, e como influenciam a forma como percebemos o mundo e interagimos, porque apesar controvérsia ser sobre usos da linguagem, esta não é puramente linguística, tal como sublinha o linguista brasileiro Sírío Possenti:

Bastaria citar *crianças* (que apesar de substantivo feminino , denota um conjunto que pode ser formado tanto por meninas como por meninos) Porque segundo a lógica mais banal um contraexemplo é suficiente para falsear uma Hipótese... (Possenti, 2022 p:19)

¹ Esta contenda entre posicionamentos mais conservadores, temerosos de que a inovação deturpe a língua portuguesa e os que advogam o seu uso é, em tudo, SIMILAR à contenda em relação ao Acordo Ortográfico, analisada por Ninitas, na sua tese de doutoramento intitulada: (Des)Acordo Ortográfico, Análise discursivo-pragmática da polémica verbal em textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico de 1990. Universidade Aberta, 2022

No que concerne à organização, a dissertação organiza-se -se em quatro partes.

Na primeira parte, serão explicitados os fundamentos teóricos que irão ancorar a reflexão.

Neste sentido, convocar-se-ão pressupostos da Análise do Discurso, da Pragmática, de História da Língua e da Sociolinguística; por sua vez, na segunda parte, aprofundaremos os argumentos a favor e contra a linguagem inclusiva, categorizando-os. Seguidamente, a terceira, necessariamente mais breve, será dedicada à metodologia de trabalho; e, na quarta parte, analisar-se-á, com base nos pressupostos teóricos convocados, o *corpus* selecionado.

Um último capítulo será consagrado às considerações finais sobre a análise retórico discursiva dos argumentos a favor e contra a linguagem inclusiva.

Primeira Parte

Fundamentação Teórica

1. Análise do Discurso

Sendo um dos objetivos da nossa dissertação recensear os argumentos que se opõem no dissenso da linguagem inclusiva ou não binária e, dado que se trata de proceder a uma análise sob uma perspectiva discursiva, serão naturalmente convocados pressupostos teóricos da Análise do Discurso, nomeadamente da corrente francesa.

Para compreendermos a sua total abrangência importa clarificar alguns conceitos da Análise do Discurso, a saber, *Discurso, Formação Discursiva, Posição do Sujeito e Cenografia* e ainda os conceitos transversais *Argumentação, Polémica e Polémica verbal*.

Pêcheux define “discurso” como sendo uma forma de materialização ideológica “[...] em que o sujeito é um depósito de ideologia sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade.” (Rocha *et al* 2022 *apud* Pêcheux, 1990:82),

Por sua vez, para um dos linguistas que mais tem contribuído para a grande visibilidade da corrente francesa da Análise do Discurso, Dominique Maingueneau, “discurso” é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. (2005:15) Para esse autor, o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e todo enunciado de um discurso se constitui na relação *polémica* com outro. O sujeito é um espaço cindido por discursos e a língua um processo semântico e histórico. (Melo, 2009: 3)

O conceito de “formação discursiva”, segundo Maingueneau, foi um conceito introduzido por Foucault e adotado por Pêcheux que o concebia como um sistema de restrições oculto, transversal às unidades tópicas que são os géneros. (Maingueneau, 2005: 83) O mesmo autor refere que:

“De facto, o interesse da noção de formação discursiva é exatamente permitir constituir *corpus* heterogêneos, reunir livremente enunciados originários de diversos tipos de unidades tópicas.”
(Maingueneau, 2005 : 83)

Por outro lado, Orlandi explica os sentidos dos discursos através justamente do conceito de “Formação Discursiva”, ao afirmar que:

Se as palavras não tem um sentido em si mesmas, é porque derivam seus sentidos das formações discursivas onde se inserem. As formações discursivas por sua vez representam no discurso as formações ideológicas. (Orlandi 2003: 215-225).

Para esta autora todo o discurso é afetado pela língua e pela história. Quanto às posições do sujeito discursivo:

O sujeito, sob uma perspectiva discursiva, deixa de assumir uma noção idealista, imanente, o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente e interpelado pela ideologia, ou seja, não há ideologia sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Por isso o sujeito não é, a fonte, a origem dos sentidos, porque à sua fala atravessam outras falas, outras vozes, enfim outros dizeres e porque não dizer até outros não dizeres. (Rocha *et al*, 2022 : 221)

Assumimos, assim, que o nosso *corpus* é constituído por enunciados produzidos por sujeitos discursivos que tomam posições marcadas em uma determinada *cenografia*.

La scénographie n'est pas simplement un cadre, un décor, comme si le discours survenait à l'intérieur d'un espace déjà construit et indépendant de ce discours, mais l'énonciation en se développant s'efforce de mettre progressivement en place son propre dispositif de parole. Le discours, par son déploiement même, prétend convaincre en instituant la scène d'énonciation qui le légitime. (Maingueneau, 2004: 9)

Isto que significa que tanto os apoiantes da linguagem inclusiva como os seus detratores esperam com os seus argumentos convencer, por um lado, a opinião pública, e, por outro, os seus pares, linguistas, jornalistas, sociólogos, ou seja, a sociedade no geral:

A argumentação utilizada em cada um dos lados pretende, por um lado, refutar a opinião contrária e, por outro, estabelecer acordos, convencendo.

A autora Ruth Amossy refere que:

É preciso ainda considerar aqui a questão da divergência de pontos de vista, que está na base da argumentação. Essa só surge, de facto, quando é possível haver uma discordância ou, no mínimo, uma forma alternativa de ver as coisas. Como já sublinhava Aristóteles, não se argumenta sobre o que é evidente - nesse caso, sobre o que, numa determinada comunidade, parece ser evidente e oferecer-se como a única resposta possível a uma pergunta. (Amossy, 2011: 130)

E Charaudeau aponta que:

le processus argumentatif tire sa force d'influence d'un certain type d'argument, à l'intérieur d'une certaine situation, et selon la fonction que remplit l'argument considéré au regard de la mise en scène discursive. (Charaudeau, 2016 : 5)

O autor especifica que o argumento só tem validade numa determinada situação, retirando-o dessa situação ele significará outra coisa. O que pressupõe que os argumentos que analisamos funcionam porque existem posicionamentos a favor e contra, pois trata-se inevitavelmente de uma polémica que, segundo Ruth Amossy, “é caracterizada por um confronto violento de teses antagónicas.” (Amossy, 2011: 131)

Também Charaudeau considera as posições tomadas pelos apoiantes da linguagem inclusiva e os seus oponentes extremadas e por isso trata-se sim de uma polémica: “As posições são claras e não há diálogo entre os defensores de cada uma delas o que mostra que se trata de facto de uma polémica” (Charaudeau, 2018: 3)

Sónia Valente Rodrigues, no artigo “A Estrutura Dialogal da Polémica: Aspectos Configuracionais”, define o objeto de estudo “*Polémica*”, como:

A ‘polémica’ enquanto objeto de estudo pode ser analisada a partir de cada um dos planos em que se fixa: acontecimento, ato, elemento que gera divergência e divisão; atividade discursiva em que participa uma determinada comunidade em torno de uma questão que divide opiniões; interação verbal entre, pelo menos, dois interlocutores, reconhecida pelos falantes de uma comunidade como contendo traços de ‘polemicidade’; forma discursiva dotada de ‘polemicidade’ como propriedade genérica. (Rodrigues, 2008 :273)

No mesmo sentido, Amossy define “polêmica” como:

[...] De facto, trata-se de um modo de discurso frequentemente desprezado por seus excessos (sua violência, sua paixão, sua tendência aos extremos) e no entanto continua a se impor e mesmo a se fortalecer e a frutificar”. (Amossy, 2016: 228)

Para esta autora é importante compreender as funções sociais e políticas da polêmica, já que a mesma visa um dissenso e não um consenso, e reforça que: “De facto, para que haja polêmica é necessário que as respostas antagônicas sejam apresentadas como duas opções antitéticas que se excluem mutuamente.” (Amossy, 2016 : 232). De acordo com o nosso objeto de estudo, os argumentos que se esgrimem constituem opções que se excluem e extremadas, como veremos na nossa análise.

2. Algumas noções pragmáticas

Sendo a “Pragmática a ciência que se ocupa daquilo que os falantes de uma língua podem fazer com ela” (Lima, 2007:14), é imperativo, na nossa reflexão, apresentarmos algumas definições que nos permitam a total compreensão dos argumentos que se opõem no debate sobre a linguagem inclusiva e não binária. Importa, à partida, convocar a teoria dos Atos de fala, elaborada por Austin (1962) e reformulada e desenvolvida por Searle (1969). A esta teoria subjaz a ideia de que todos os enunciados permitem a realização de determinadas ações:

A diferença entre os enunciados performativos e os enunciados constativos não é, portanto, uma diferença estrutural mas uma diferença de qualidade, como tal, ambos (performativos e constativos) contêm em si a possibilidade de serem caracterizados como a realização de um **ato locutório**, um **ato ilocutório** e um **ato perlocutório**, os três tipos de atos que segundo Austin, ocorrem na realização completa de um ato de fala. , Para o filósofo Britânico um ato locutório corresponde á enunciação de uma ou mais palavras numa frase (...) o ato ilocutório (...) consiste por sua vez no uso de frase linguisticamente operativa para efetuar algo (...) e por último o ato perlocutório que se traduz nos resultados ou efeitos produzidos (...).”(Gouveia, 1996: 390)

Searle, filósofo americano, ao aprofundar as propostas de Austin, propôs uma tipologia de atos ilocutórios cada um com o seu objetivo ilocutório. Assim, categorizou-os da seguinte forma: assertivos, aqueles que se relacionam com a verdade que expressam; diretivos, tentam que o alocutário pratique uma ação verbal ou não verbal;

compromissivos, aqueles atos que comprometem o locutor a uma ação futura; e, ainda, os atos expressivos, exprimem que o estado psicológico especificado no enunciado. (Gouveia, 1996: 392)

No âmbito do nosso estudo, iremos debruçar-nos sobre os atos expressivos e a sua força ilocutória. A este propósito convocamos Seara (2023), que, em entrevista, quando questionada sobre as categorias analíticas, defende que:

É fundamental pensar na relevância que assumem determinados atos na interação oral ou escrita, aos quais, muitas vezes, não prestamos especial atenção: desde o simples ato de saudar até a complexidade de que se reveste nas diferentes variedades do português com a escolha correta das formas de tratamento; os atos de agradecer, de pedir desculpa, de elogiar, cruciais para a instauração de ambientes de afabilidade; bem como os atos de censura, de recusa e de crítica, sobre os quais devemos refletir minuciosamente para que possamos ensinar formas de atenuação e de mitigação que evitem a agressão da face do outro. (Seara, 2003 :138).

De facto, os atos ilocutórios expressivos:

expressam emoções, sentimentos, avaliações, juízos de valor ou desejos: essa é a intenção que subjaz à elocução. O falante expressa uma reação emotiva face um determinado estado de coisas (...). (Palrilha, 2009 : 28)

Ao nosso estudo importam os atos ilocutórios expressivos de *suporte/concordância* aos argumentos a favor e os de *crítica/refutação*, no caso dos argumentos contra. A função social de ambos os atos é semelhante, isto é, visam conduzir o interlocutor a concordar ou discordar, verbalmente ou por escrito, relativamente ao uso e normatização da linguagem inclusiva ou não binária.

3. Sociolinguística

A nossa reflexão convoca teoricamente a sociolinguística no sentido da explicitação de alguns conceitos, *como os de variação, norma e preconceito*.

A variação linguística, por sua vez, refere-se às diferenças que ocorrem dentro de uma mesma língua, dependendo de fatores como o local de origem, o contexto social, a idade, a educação, e até mesmo a situação em que a comunicação acontece. Essas

variações ocorrem em qualquer idioma e são completamente naturais “ é o modo da língua ser viva” (Ferreira *et al*, 1996: 479).

A variação é “ um fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social , igual ao que era numa época, num outro lugar e num outro grupo social . (...) A sociolinguística ocupa-se da variação social. (Xavier & Mateus, 1990: 392)

William Labov destacou-se como um dos mais importantes estudiosos no campo da variação linguística, considerando a linguagem um importante índice da sociedade: “As a form of social behavior, language is naturally of interest to the sociologist-But language may have a special utility for the sociologist as a sensitive index of many other social processes. (Labov, 1973 : 111)

Dado que nenhum fenómeno linguístico acontece sem a intervenção e participação da sociedade e que uma língua nunca é apenas um instrumento de comunicação conforme refere Calvet, importa direccionar um olhar interdisciplinar, indagando de que forma as questões sociais influenciam as linguísticas e vice-versa:

Com efeito , existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com as suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que a utilizam, que torna superficial a análise da língua como simples instrumento.” (Calvet, 2002 :65)

Uma das mais relevantes linguistas portuguesas, no domínio da Sociolinguística, Maria Emília Ricardo Marques reitera esse mesmo argumento ao explicitar que:

Reconhece -se assim que o comportamento verbal é um fenómeno sociológico dinâmico onde se esboçam dentro de um código cultural partilhado, formas específicas de conceptualização, próprias a uma língua natural determinada. (Marques, 1995: 53)

Ainda, a este respeito também Costa Freitas:

Devemos lembrar que na economia das trocas linguística, língua e sociedade são realidades indissociáveis. Nesse sentido nenhum fenómeno linguístico é um facto isolado , e a sua compreensão exige uma análise detalhada de elementos socioculturais diversos. (Freitas, 2024: 34)

A norma linguística refere-se ao conjunto de regras e convenções que são estabelecidas como modelo de uso correto de uma língua. A norma é, muitas vezes, codificada em gramáticas, dicionários e outras referências normativas.

A norma-padrão é apenas uma das formas de uma língua e, muitas vezes, não reflete as práticas linguísticas da maioria dos falantes:

Aqui o que interessa à sociolinguística é o comportamento social que essa norma pode provocar. De facto, ela pode desenvolver dois tipos de consequência sobre os comportamentos linguísticos: uns se referem às reações dos falantes ao falar dos outros. Em um caso, se valorizará sua prática linguística ou se tentará, ao invés, modificá-la para conformá-la a um modelo prestigioso; no outro, as pessoas serão julgadas seu modo de falar. (Calvet, 2002 : 69)

Marcos Bagno, no seu livro *Preconceito Linguístico, O que é e como se faz?* apontou os principais mitos que subjazem ao preconceito linguístico:

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico. (Bagno, 1999: 9)

Assim, para Freitas (2024) a demanda pela linguagem inclusiva “vai muito além das prescrições da gramática” ou seja não é apenas linguística mas ideológica e identitária.

Inserida nessa correlação desigual de forças, a comunidade discursiva, que reivindica a legitimação da linguagem não binária como forma de expressão e identidade questiona não apenas o conceito de língua legítima e natural, mas também a sua eficácia simbólica. (Freitas, 2024: 34)

4. História da Língua

Porque a linguagem inclusiva e não binária se constitui em parte pela procura do género neutro, existindo inclusivamente propostas para a sua pronominalização, é de

suma importância para a nossa reflexão compreender a língua, as suas movimentações e a sua história.

O género neutro no latim era uma das três categorias gramaticais para substantivos, juntamente com o masculino e o feminino. Com o passar do tempo, especialmente durante a transição do latim para as línguas românicas, incluindo o português, houve uma série de mudanças que levaram à sua eliminação.

Em matéria de morfologia e sintaxe, a evolução que se processa do latim ao galego português é semelhante à que leva as outras línguas românicas, em particular ao castelhano. A declinação nominal simplifica-se e acaba por desaparecer: sobrevivem apenas duas formas oriundas do acusativo latino uma para o singular e outra para o plural (...) Os géneros, com a supressão do neutro reduzem-se a dois. A morfologia verbal é consideravelmente simplificada. (Teyssier 2017: 16)

Sobre evolução da língua, Fernando Venâncio reforça a dinamicidade da língua, mostrando que haverá sempre uma panóplia de lexemas que desconhecemos e que se sobreviverem ao uso, serão certamente dicionarizadas

Mas falando ainda em dicionários, por muito cultos que nos suponhamos, rara será a vez que folheamos um dicionário do nosso próprio idioma sem nos determos numa palavra nunca antes vista. Ou em várias delas. Ninguém as conhece todas, até porque em cada dia surgem novas. A seu tempo elas mesmas serão dicionarizadas, caso tenham aguentado um período convincente e, sobretudo, caso venham a responder a verdadeiras necessidades” (Venâncio, 2019: 15)

Ivo Castro, consagradamente um dos nossos mais reconhecidos historiadores da língua, subscreve que:

Uma língua não é um objeto estático e fechado, como as descrições linguísticas e sincrónicas, por conveniência prática, muitas vezes deixam supor; antes parece um corpo vivo que se acha em mutação constante, nem sempre avançando de forma linear para um objetivo determinado: também pode reverter sobre os seus passos ou pode oscilar entre avanços em várias direções, naquilo a que se chamaria variação. (Castro, 2022: 9)

A história da língua reflete a constante transformação das estruturas gramaticais e lexicais, evidenciando como as mudanças sociais, culturais e funcionais influenciam o seu uso e evolução. O desaparecimento do género neutro no português é um exemplo

de como a transição do latim para as línguas românicas resultou em simplificações estruturais, moldando a língua tal como a conhecemos hoje. No entanto, a língua permanece viva e em constante renovação, adaptando-se às necessidades e dinâmicas da sociedade.

Segunda Parte

Linguagem inclusiva, neutra e/ou não binária

São vários os conceitos que importa circunscrever na fundamentação do nosso trabalho. Desde logo, o conceito de “língua,” que, no seu uso mais comum, é uma noção política e institucional (Barros *et al*, 2005), e a sua norma uma convenção social, e é neste quadro da norma linguística que a linguagem inclusiva pretende, através dos seus defensores, tornar-se uma moda:

Adicionalmente, tal como sabemos e conforme pode ser evidenciado, a questão linguística não é delimitada pela sociedade, mas é pertinente sabermos que a língua pode sofrer interferência da questão social de um determinado território. Igualmente, quando se fala de língua, o elemento social é fundamental porque funciona como um canal que permite a passagem de outros dados importantes como os padrões culturais e educacionais. (Eliá, 1987: 146).

O cerne da reflexão convoca teoricamente algumas definições de linguagem inclusiva, pretendendo, desde logo, explicitar os conceitos de linguagem inclusiva e de linguagem não binária.

Para Guerrero Salazar, a linguagem inclusiva procura promover uma comunicação que não exclui ou invisibilize qualquer grupo social, sublinhando que “é a expressão das transformações políticas e sociais ocorridas. Nasce, assim, como produto de uma sociedade que acredita não estar representada de forma fiel”. (Guerrero Salazar, 2020: 218).

A linguagem não-binária refere-se a práticas linguísticas que desafiam as noções tradicionais de género binário (masculino/feminino) e reconhecem a diversidade de identidades de género. Isso inclui o uso de pronomes neutros, como “they/them” em inglês (equivalente a “eles/elas”), ou a criação de novos pronomes, como “xe/xir” ou “ela/eles”.

Essa forma de linguagem reconhece e respeita as identidades de género que não se encaixam nas categorias binárias tradicionais e é parte integrante do movimento LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e outras identidades de género e sexualidade não conformes). Para os apoiantes desta linguagem usá-la é uma

maneira de promover inclusão e respeito às diversas experiências de género das pessoas.

Contrariamente ao que acontece em outros países, em Portugal, tal como é referido no artigo de Maria Antónia Coutinho, “Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação (2016) é escassa a reflexão linguística sobre linguagem inclusiva:

A nível internacional e, em particular, no contexto francófono, a reflexão e a investigação sobre esta questão, em termos linguísticos, está na ordem do dia: sem pretensão de exaustividade, e referindo apenas alguns exemplos recentes, veja-se, entre outros, Rabatel & Rosier (coords.), 2019; Cerquiglini, 2018; de Chanay, Chevalier & Gardelle (dirs.), 2017. Em Portugal, pelo contrário, a questão permanece relativamente ausente da discussão académica, em linguística. Destaco uma dissertação de mestrado recente (Matos, 2020) e uma mesa redonda intitulada “Uma Mesa do Género: Género Gramatical e Género Cultural”, no âmbito do XXXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (APL), que decorreu na Universidade de Aveiro, a 20 de outubro de 2016. (Coutinho, 2016 : 55)

Há manifestamente uma questão que urge ser esclarecida: a questão do género gramatical. Sobre esta, João Veloso esclarece:

O chamado “género gramatical”, confundido simplistamente com o sexo biológico ou os papéis sexuais socialmente assumidos, não passa de uma propriedade formal da gramática do português (e de outras línguas parecidas com ele). Corresponde, nessas gramáticas, à atualização de uma propriedade universal de todas as línguas humanas, a concordância. O alastramento de uma propriedade formal das línguas a interpretações sociais, a meu ver sem grande fundamento técnico ou objetivo, constitui, também a meu ver, uma distorção e uma diversão dos factos. (Veloso, 2016: 2).

Na verdade, a questão do género gramatical é manifestamente distinta do género extralinguístico, pois são duas categorias autónomas.

O termo género (do latim *genus, generis*) tem uma significação bastante geral: “classe, tipo, categoria”. Trata-se de uma categoria gramatical que serve para classificar os nomes (substantivos, adjetivos e pronomes) em classes morfológicas. O género, enquanto categoria gramatical é “logicamente independente de qualquer associação semântica particular que se pudesse estabelecer entre o género de um substantivo e

as propriedades físicas, ou outras, das pessoas ou objetos por elas denotados” (Lyons, 1979: 299). Na maioria das línguas que têm gênero gramatical, definido como uma classificação de substantivos pela referência pronominal ou pela concordância, existe uma associação semântica entre o gênero e alguma propriedade “natural”, que pode variar muito de língua para língua. (Fiorin 2022: 4).

Por sua vez, o gênero gramatical é uma propriedade estrutural das línguas indo-europeias de gênero gramatical, cuja marcação é obrigatória e, na generalidade dos casos, semanticamente arbitrária. Esta propriedade é substanciada na forma de traço sintático que pode, ou não, ser realizado na morfologia nominal, e cuja função é definir o parâmetro de concordância sintática entre a classe da forma nominal e o material linguístico com o qual esta concorda” (Matos 2020: 11).

Importa também circunscrever a noção de gênero gramatical, que diz respeito à especificação lexical do gênero humano inerente a certos nomes em Português Europeu. Por exemplo, o termo “homem” está lexicalmente especificado como masculino e o termo “mulher” como feminino. (*vide* Matos 2020: 10)

Pensando na etimologia do português, remontando ao latim, sabemos que, em latim, os gêneros eram três: masculino, feminino e neutro. Os animados repartiam-se em masculinos e femininos, expressando a diferença de sexo (por exemplo, *lupus* [lobo]/*lupa* [loba]), enquanto o neutro era associado ao traço inanimado ou genérico, como em *tempus* (tempo), *magnum* (grande). Na evolução do latim para as línguas românicas, deu-se o desaparecimento do neutro, de onde decorreram algumas mudanças nas classes de distribuição dos temas.

O neutro não existe em português como categoria gramatical. Restaram dele alguns vestígios, em casos bem específicos: pronomes demonstrativos: *aquilo*, *isto*, *isso*; pronomes indefinidos: *tudo*, *nada*, *algo*, entre outras formas.

O português conservou do latim apenas os gêneros masculino e feminino, redistribuindo os neutros, bem como alguns substantivos masculinos e femininos. Como anota Matos, na sua dissertação de mestrado, a especificação lexical dos nomes do Português Europeu é verificável, de resto como nas restantes línguas indo-

europeias, na terminologia de parentesco, em títulos nobiliárquicos e em vários nomes de categorias sociais, o que significa que a maior parte dos nomes [+Humano] variáveis em género do PE estão lexicalmente especificados (autor/autora), por oposição, por exemplo, aos nomes epicenos, como “pessoa” (que é lexicalmente neutro) ou como “estudante”.

Esta reflexão sobre género é, pois crucial, para a questão da linguagem não binária ou neutra, ou seja, uma linguagem que não seja caracterizada pela marcação de género, que considere as pessoas em geral sem referência a mulheres e homens, ou que marque a não binariedade. Tal como advoga o linguista brasileiro J.L. Fiorin “objetivo da chamada linguagem neutra é mostrar que um determinado sexo ou género social não é a norma. Para isso, propõe-se a criação de um género neutro ao lado dos já existentes masculino e feminino.

O linguista esclarece adicionalmente que o “género social se refere a uma construção sociocultural que atribui certos papéis, comportamentos, formas de expressão, atividades e atributos considerados como adequados ao significado dado às características biológicas do sexo. Por essa acepção, género e sexo não se substituem”. (Fiorin 2022: 2)

Argumentos a favor

1. Argumento da invisibilidade de alguns grupos. Contra o preconceito

Os defensores da linguagem inclusiva referem que existem alguns grupos sociais invisíveis, como as mulheres e os géneros não binários e que a linguagem inclusiva os torna visíveis.

A figura do homem como mais forte subsiste desde os tempos agrícolas (Lovitz e Miranda, 2007).

A sociolinguista Sara Falcão Casaca corrobora esta defesa. Sara Falcão Casaca, socióloga, vice-presidente da CES e uma das autoras e subscritoras da proposta para uma linguagem neutra e inclusiva, defende que “a linguagem reflete as conceções dominantes de cada contexto sociocultural, de cada tempo histórico e ainda uma visão assimétrica das mulheres e dos homens, uma valoração desigual que se expressa na invisibilidade das mulheres”, A socióloga defende que se coletivamente nos empenharmos em conferir igual visibilidade a mulheres e a homens na linguagem, do ponto de vista simbólico estaremos também «a veicular novas representações sociais – representações igualitárias sobre o seu valor e estatuto social».

Numa experiência com alunos que consistia na procura de dicionário das palavras *homem* e *mulher*, surge o seguinte texto que conota, relacionando alguns vocábulos a homens e mulheres de diferentes maneiras:

Cão = melhor amigo do homem	Cadela = puta
Vagabundo = desocupado	Vagabunda = puta
Touro = homem forte	Vaca= puta
Pistoleiro = assassino	Pistoleira = puta
Aventureiro = destemido	Aventureira = puta
Garoto de rua = menino que vive na rua	Garota de rua = puta
Homem da vida = pessoa com sabedoria	Mulher da vida = puta
Puto = irritado, bravo	Putta = puta

Retirado de *Linguagem “NEUTRA” Língua e Género em DEBATE* (2022:21)

Este é o argumento, não só da invisibilidade, mas também o do preconceito, a cultura patriarcal (machismo) incorporada na linguagem coloquial.

Refere Maria Antónia Coutinho que:

Não é a gramática do português que me força a dizer “Obrigada a todos”, quando me dirijo, por exemplo, a dez pessoas do sexo feminino e uma do sexo masculino. O que força a gramática – que permite dizer, nessa mesma circunstância e com a mesma naturalidade, “obrigada a todas” – é a norma e o uso. O que força a gramática é o facto de se tomar como normal(izada) a insurgência da voz masculina que se faz ouvir, nessa situação, a dizer “então e eu?!¹” (e igualmente normal(izado) o facto de as mulheres não dizerem “então e nós?!”, no primeiro caso). (Coutinho, 2020: 56)

Neste sentido retomamos Charadeau: “C’est donc du discours qu’ il est question – et non de la langue(...) Et de fait il y a du discours sexiste, comme le montre la bêtise de certains comportements humains (...)”. (Charadeau, 2020: 6)

O argumento contra o preconceito que existe e se acentua com o uso do masculino genérico, neste sentido, conforme referido por Abrahão Costa de Freitas no seu artigo “As relações de poder simbólico em “Todes””:

Cenários históricos e culturais nos quais a nossa identidade é formada também São mediados pela língua (...) Nesse sentido, a utilização do género gramatical masculino para representar o género humano precisa ser problematizado , uma vez que reproduz visões e concepções de mundo que já não definem aquilo que somos. (Freitas, 2024: 38)

Esta visão é corroborada e preconizada por Carla Cerqueira em diálogo com Sara Isabel Magalhães em *Faces de Eva*:

Esta dicotomização do mundo é muito visível nas várias formas de linguagem que usamos ou com as quais nos confrontamos no quotidiano, e é por isso que a preocupação com esta área vai surgindo em vários trabalhos e reflexões de teóricas feministas, nas agendas de organizações e coletivos da sociedade civil e das instâncias governamentais. Contudo, esta é uma das esferas em que as mudanças parecem mais difíceis de efetuar. Por exemplo, ouvimos com frequência que não é um assunto prioritário no âmbito das lutas contra as desigualdades de género, que não há má intenção no uso, que sempre foi assim, que vai inflacionar as palavras, que as mulheres não se importam quando se usa o masculino como genérico, que limita a riqueza da linguagem, entre outras justificações que visam manter a ordem social dominante e patriarcal (Sequeira & Magalhães, 2018:123)

Autores como Giró (2020), no entanto, acreditam que não é a gramática que está errada, mas sim os seus utilizadores:

Es plausible, como también señala Aliaga, que en una sociedad androcéntrica la interpretación de muchos masculinos se orienta más de lo que debiera hacia la referencia a varones que a su uso literal, pero eso no es culpa del sistema de género en español, no es culpa de la gramática, sino que es culpa de sus usuarios. (Giró, 2020: 62)

2. Argumento da ausência de visibilidade

Os ativistas da linguagem inclusiva consideram que a invisibilidade não é apenas linguística mas esta evoca outro fenómeno, como se houvesse especificamente um contexto masculino e sexista:

Para compreendermos a legitimidade das reivindicações em torno do uso da linguagem não binária no nosso quotidiano, é preciso considerar , além das evidentes demandas gramaticais a necessidade de se dar voz a quem de uma forma ou de outra sempre foi silenciado” (Freitas, 2024: 35)

Existem, portanto, minorias sem voz que não estando representadas na língua também o não estão na sociedade ou vice-versa.

3. Argumento da segregação social

O uso de uma linguagem em que todos, sem exceção, se sintam representados desconstruindo estereótipos há muito enraizados na sociedade está em agenda no sentido em que é também a linguagem que o pode fazer:

Claro que a linguagem, ao mesmo tempo que nos , elenca-nos também novas possibilidades de resistência, empoderamento e agência pessoal e coletiva. Articular uma linguagem implicada, e género, significa ter presente a importância de considerar a visibilidade e a simetria das representações (textuais, visuais e, sobretudo, discursivas), apostando sobretudo na neutralização/abstração da referência sexual ampliando as possíveis (des/re)construções e performances de género.

Parece-nos, assim, que aquilo que é primordial nesta área de reflexão e ação é a necessidade de consciencializar e agir no sentido da implementação de uma linguagem mais integradora, promotora de diversidade. (Magalhães 2018:124)

Referindo-se aos estereótipos dos quais a sociedade gostaria de se livrar, Charaudeau entende que: “Esta é uma questão que é debatida nas ciências humanas e sociais. Entende-se que os estereótipos fazem parte das representações sociais”. (Charaudeau, 2018: 16)

4. Argumento da língua como organismo vivo

O argumento de que as línguas são organismos vivos, em constante mudança, serve os defensores da linguagem inclusiva ou não binária, como podemos comprovar nesta reflexão de Sequeira:

São estes discursos que é preciso questionar diariamente. Assim, consideramos fundamental olhar a linguagem como um organismo vivo e historicamente situado, que pode ser alterado e que depende das nossas práticas quotidianas. Além disso, quando pensamos em linguagem, a maior parte das vezes remetemos imediatamente para o domínio verbal; mas na nossa ótica é fundamental refletir sobre a dimensão verbal e também imagética, uma vez que ambas são transmitidas e reforçadas através de vários agentes de socialização (escola, família, pares, instâncias públicas, etc...). Aliás, numa época em que se vivenciam sexismos muitas vezes subtis ou encapotados, este olhar atento às várias formas de linguagem afigura-se como crucial, pois a mesma mensagem pode apresentar discursos que chegam a ser completamente contraditórios e que contribuem para este (re)produzir das assimetrias de género. (Sequeira, 2018 :123)

Argumentos contra

1. Argumentos político e ideológico

O argumento de que a normatização da linguagem inclusiva e não binária estão presentes numa agenda ideológica, a mesma que promove a cultura do cancelamento e o politicamente correto.

A linguista argentina Marta Negroni reconhece que se trata de uma luta ideológica e política:

Sea como sea, la utilización de la x, de la @, de los desdoblamientos, el recurso de las formas abstractas y el empleo de la -e constituyen propuestas que, cada vez con mayor fuerza, buscan evitar el sexismo y objetar el binarismo en el lenguaje. Claramente, se trata de una lucha simbólica y política que se produce en el campo discursivo para poner fin a la invisibilización de la mujer, así como de otras identidades de género que han sido tradicionalmente silenciadas. (Negroni 2022: 399)

De acordo com Seara e Ninitas:

A linguagem inclusiva é um conjunto de artifício do politicamente correto que complicam a comunicação e a linguagem, ao invés de promoverem a inclusão e de afastar percepções desatualizadas sobre homens, mulheres, pessoas com deficiências e grupos minoritários. É a materialização de uma agenda ideológica o que contraria os mais elementares princípios científicos. (Seara & Ninitas 2023: 11)

Acrescentamos, ainda, um argumento convocado por Fábio Filho: argumento da inutilidade: “Para essas pessoas (opositores), a “linguagem neutra” é uma espécie de panaceia, uma pirotecnia que em nada resolve os impasse sociais da luta política”. (Filho, 2022: 56)

2. Argumento neo linguagem e eufemismo

As palavras têm significado e importam mas na concepção dos que estão contra esta normatização, não se mudam preconceitos com a língua, pois, suavizar um termo em detrimento de outro é apenas linguístico e artificial e novamente politicamente correto, mas não contribui para a inclusão de minorias.

Para os atacantes da linguagem inclusiva, esta constitui apenas um eufemismo, isto é, uma forma mais agradável de dizer algo desagradável:

O eufemismo é um fenómeno que faz parte das enunciações comuns dos falantes em diversas situações. Além disso, as diversas pesquisas que tratam do eufemismo dizem respeito à relação entre língua, cultura e pensamento. Assim, podemos considerar esse fenómeno como um testemunho de como o locutor experiencia a relação entre língua e cultura. (Stumpf, 2020: 2)

Os mesmos exemplificam que substituir o termo “negro” por “afrodescendente” não diminui o racismo na sociedade e, por isso, é uma “não-questão”. Estão também contra os manuais impositores de uma nova linguagem e consideram que o Estado não deveria intervir nem elaborar manuais que definam a forma de interagir e de comunicar em sociedade. Relativamente à questão do género, é ainda mais grave, porque ‘género sexual’ e ‘género gramatical’ são conceitos completamente distintos.

Freitas convoca a linguista Gisela Collishonn, porque segundo a mesma o género, enquanto categorial gramatical imanente ao substantivo, refere-se à identidade social apenas em 13% dos casos (Freitas. 2024:36) , a este respeito aponta Perini:

A nomenclatura dos géneros pode levar a confusão. Essencialmente o género gramatical não tem nada a ver com o sexo , e é perfeitamente possível fazer referência a um homem usando o feminino (*a vítima, a pessoa, a criança*)ou a uma mulher usando o masculino (*o conjugue, o participante, o personagem*). E naturalmente, para a maioria dos casos não há sexo envolvido : *xicara, impressora e teoria* são femininos, mas só gramaticalmente. Isso dito, é inegável que existe uma tendência a correlacionar género e sexo nos nominais que designam pessoas e certos animais: *o homem /a mulher, o professor/ a professora, o gato /a gata* etc. Mas esse facto não tem relevância na gramática , porque um feminino como *professora* (que designa uma mulher) um como *pessoa* (que pode designar homem tanto um homem como uma mulher) e um como *xicara* (que não designa nem macho nem fêmea de espécie alguma) são gramaticalmente idênticos em seu comportamento. Em particular, funcionam da mesma maneira para efeitos de concordância. (Perini, 2016 :391)

3. Argumento do *quiproquó* ou desconhecimento científico

Linguisticamente e segundo os estudos de Câmara Jr. (2006/1970), o masculino em português é não marcado e as regras da divisão são as mesmas para humanos, animais e coisas. Possenti acrescenta que “O masculino é uma forma geral não marcada e o feminino é uma especificação do geral (e não do masculino, categoria que não é marcada) mas não em subordinação ou diminuição de status; uma jarra não é menos que um jarro, uma menina não é menos que um menino.” (Possenti, 2022 :24)

Neste sentido, a linguagem inclusiva parte de um pressuposto errado que aqui já constatamos de confundir gênero gramatical com sexo biológico.

Possenti elenca a experiência apresentada em Correa (2006 :115-116):

Quando solicitadas a identificar uma figura masculina ou feminina a partir de um gênero de um sintagma, num conjunto de 4 figuras contendo um par (masculino/feminino), correspondente ao nome em questão (como macaco/macaca), crianças de dois anos de idade tendem a escolher, para o sintagma masculino, como o macaco, tanto figuras com o elemento masculino quanto com elemento feminino do par, enquanto para o sintagma feminino como a macaca o número de acertos se aproxima a 100% (isto é só assinalam as macacas).

e conclui que “pode-se argumentar, é certo, que aos dois anos um falante já está impregnado de ideologia, que já é um(a) pequeno(a) machista, tese que para ser confirmada ou infirmada, exigiria outros dados, talvez outros experimentos” (Possenti, 2022:24)

Sobre este assunto, também a autora Guerrero Salazar (2020) refere que as pessoas que se opõem à linguagem inclusiva apresentam argumentos de quatro ordens: que o sexismo linguístico não é um problema do sistema, mas dos usos; que não se deve confundir gênero gramatical com sexo; que as alternativas ao masculino genérico tornam o princípio da economia linguística vulnerável; e que as palavras masculinas genéricas são não marcadas e pretendem dar conta dos dois sexos (Guerrero Salazar, 2020: 214).

Na língua portuguesa, a inexistência do género neutro, presente em outras línguas, faz com que todas as palavras sejam ou do género masculino ou do género feminino, embora muitas vezes os seus significantes sejam desprovidos de sexo.

A este propósito, também Veloso (2017) assume que:

A gramática do português é a gramática do português, não tem sexo, não é discriminatória e o combate ao machismo, altamente louvável e urgente, deve ser travado noutras frentes. O chamado “género gramatical”, confundido simplistamente com o sexo biológico ou os papéis sexuais socialmente assumidos, não passa de uma propriedade formal da gramática do português (e de outras línguas parecidas com ele). (Veloso, 2017: 1)

O linguista acrescenta, ainda, que “a nossa tradição gramatical teima em chamar género a um dos muitos mecanismos de que as línguas do mundo se socorrem para realizarem o efeito de concordância” (Veloso, 2017: 6).

E prossegue explicitando:

Bastaria uma observação relativamente simples de dados do português para concluirmos que a ligação entre género gramatical e sexo biológico (ou identitário)[7], por muito regular e sistemática que tenha sido em proto-indo-europeu, já não faz sentido nenhum nas línguas a que essa protolíngua deu origem:

– palavras como testemunha, vítima, criança, pessoa são gramaticalmente “femininas” – concordam com o artigo “a”, impedindo construções como “*o testemunha”, “*o vítima”, “*o criança” –, podendo designar seres ora do sexo masculino, ora do sexo feminino

...por outro lado, todas as palavras do português têm um dos dois géneros que a gramática da língua diz que existem – masculino OU feminino –, mesmo que designem objetos inanimados, desprovidos de sexo biológico. (Veloso, 2017: 7)

Adicionalmente, Veloso (2017) refere que o género – terminologia que o autor preferia abandonar –, para os defensores da linguagem inclusiva, está marcado na terminação da palavra. Assim, o morfema “-o” seria uma marca do género gramatical masculino e o “-a” do feminino. No entanto, o autor relembra que a relação entre a marcação morfológica de género e a relação com o género social ou o sexo foi, desde há muito, perdida. Dá, nessa sequência, o exemplo de palavras como “tribo”, que permite ilustrar essa reflexão.

João Veloso reflete ainda relativamente à substituição de umas palavras por outras; proposta dos defensores da linguagem inclusiva:

Outra manifestação da economia que rege as línguas é a sua aversão aos sinónimos exatos: todos aprendemos na escola que o português (como a maior parte das línguas) tem palavras sinónimas, isto é, palavras “com o mesmo significado”. A nossa professora de Português mandou-nos passar para o caderno exemplos como “casa” e “habitação”, “aluno” e “estudante”, “pai” e “progenitor”, “número” e “algarismo”. Os especialistas em semântica sublinham porém que não há tantos exemplos de sinonímia perfeita como isso.

Na verdade, se a língua conserva duas palavras diferentes supostamente sinónimas, na maior parte dos casos é porque uma delas tem em relação à outra alguma pequena diferença. (Veloso, 2017 :22)

4. Argumento da legibilidade e da imposição

A proposta de utilização de sinais gráficos como o @ ou o X para neutralizar o género gramatical são também contestadas, é o argumento da legibilidade, advogando que os mesmos não tem qualquer correspondência na leitura. Segundo Charaudeau (2021), muito opositores da linguagem inclusiva – estigmatizando esta forma de escrita – consideram-na “bégalement ridicule”, um “eczéma sur la page” (Charaudeau, 2021:12), na medida em que, ao escrever, repetidamente, com a alternância masculino e feminino, contribui-se para uma sintaxe desarticulada. Desta forma, segundo o autor, parece estar a manchar-se a grafia, prejudicando a capacidade de decifração do escrito.

Também Veloso teceu, a este respeito algumas considerações:

Este artifício não passa, na verdade, disso mesmo: um artifício. Sendo eu um fonólogo, a pergunta que me ocorre imediatamente é a seguinte: mas afinal como é que se pronuncia aquele xis, aquela arroba, aquele sinalzinho pudico que se põe ali como a folhinha de parra em cima dos órgãos sexuais das estátuas dos museus vaticanos?

Esta é mais uma dimensão do problema que eu, como linguista, não posso ignorar. É que as línguas são, na sua essência, um objeto oral: a escrita é um acidente cultural recente na história da linguagem e da humanidade e está ao alcance de apenas uma parte dos falantes de todas as línguas do mundo (tipicamente, dos jovens e adultos escolarizados que falem línguas possuidoras de um sistema de escrita, o que infelizmente ainda está longe de ser um universal

civilizacional mesmo nos nossos dias). Na oralidade, que é a verdadeira essência linguística, a que é que correspondem estas sinalefas supostamente miraculosas e inofensivas? (Veloso , 2017: 22)

No mesmo sentido, Fiorin defende que:

Em português, criar uma linguagem não binária não é impossível, mas apresenta complexidades que não existem em inglês. Apresentá-las-emos, bem como aquelas que existem no uso da linguagem inclusiva. Em primeiro lugar, o gênero neutro, conforme se propõe na linguagem não binária, refere-se aos sexuais, um neutro não existente nas línguas indo-europeias, em que o neutro, em geral, indicava os seres inanimados. Isso significa que, se, para os não sexuais, continuamos a operar dentro da lógica masculino feminino, continuaremos a ver o mundo dividido nesses dois gêneros. Em segundo lugar, usar @ ou x no lugar das desinências de masculino e feminino, não serve para indicar a categoria neutra, porque, como esses elementos não indicam nenhum fonema da língua, só servem para a linguagem escrita e não para a linguagem oral, que é a modalidade por excelência de expressão linguística. (Fiorin 2022: 11)

Subscrevemos a posição de Charaudeau (2018) quando o linguista, analista do discurso, menciona que a língua está em constante mutação, mas que essa mudança se dá mais pelos usos do que pela imposição de alterações à norma, como parece estar a acontecer no momento presente, relativamente à linguagem inclusiva. Assim, a língua é um organismo vivo, mas as suas mudanças dão-se por influência do uso, não por imposição política.

Essas estratégias são vistas com preocupação por alguns linguistas em razão de questões que surgem quando se tenta interferir na organização interna da língua. Primeiro, a mudança inerente a qualquer língua não se dá por imposição, além de levar anos para ser consagrada pelo uso. Segundo, a fala é um contínuo organizado de sons, cuja sequência segue regras internas à língua. Terceiro, nosso sistema de escrita é regido pelo critério fonológico, ou seja, procura representar aproximadamente os fonemas pelas letras, de modo que, quando chegamos à escola, associamos o conhecimento internalizado sobre a língua oral ao processo de aprendizagem de escrita e leitura. (Pessoto, 2019: 161)

E ainda João Veloso coloca a dúvida sobre a ordenação na referência aos dois gêneros:

Mesmo que se aceite um uso mais generalizado deste tipo de formulações, coloca-se ainda uma dúvida metodológica: na indicação exaustiva dos dois géneros, por qual começar? Isto é: diga-se “as professoras e os professores convidam a comunidade escolar” ou “os professores e as professoras convidam a comunidade escolar”? É que começar pelo feminino pode ser visto como uma galanteria paternalista e condescendente, mas começar pelo masculino pode ser recebido como uma mostra do tal machismo social de que se pretende inculpar a gramática (que não tem culpa de nada...).” (Veloso, 2017: 21)

5. Argumento da História

O argumento da história é utilizado nos dois lados da polémica como já referimos. Charaudeau refere-o como “uma faca de dois gumes”: por um lado, os defensores esgrimem-no com as evoluções dos falantes, a tal característica viva da linguagem, por outro lado os opositores fazem uso da tradição e da manutenção da língua .

Dilma Roussef, durante o seu mandato como Presidente do Brasil, decidiu flexionar o seu cargo para *presidenta* o que causou algum burburinho, nomeadamente na imprensa e na opinião publica:

“Não se tratava de neologismo, a forma “presidenta” assim como o emprego do sufixo *-enta* para cargos femininos, é atestado por instrumentos normativos (Gramáticas, dicionários e vocabulário ortográfico de língua portuguesa) embora de uso pouco generalizado. (Freitag, 2022: 64).

A este respeito, Possenti assinala duas observações: uma é a dos radicais defensores da gramática e do dicionário (que preservariam a língua de Camões) não se terem apercebido de que a forma está registada há décadas, ou seja, a forma não era inovadora.

A segunda observação e a mais importante: nos jornais abundaram observações jocosas e pretensamente inteligentes insinuando que, aceitando-se a forma *presidenta*, então se deveria dizer também *presidente*, *jornalista* e *humorista*, por exemplo. (Possenti, 2022: 30).

Podemos concluir que *-o*, como marca do masculino na aceção geral dos falantes, sofreu uma mudança e que a representatividade das mulheres em cargos de poder político, e não só, mudará gradualmente também a língua e o modo como a falamos.

A história o dirá.

Algumas considerações adicionais sobre os argumentos

É através da linguagem que nomeamos as pessoas e o mundo, daí o papel central que ela assume. Ela não é um modo neutro e objetivo de apreender a(s) realidade(s), mas sim um produto elaborado que reflete o complexo sistema de crenças, ideias, atitudes, concepções e valores da sociedade em que vivemos e que permitem dar sentido ao que nos rodeia. Enraizada na nossa cultura, muitas vezes a linguagem reflete e reforça estereótipos e papéis sociais de género. É por isso que as preocupações com esta esfera de ação não são nada recentes. Se nos debruçarmos sobre algumas das teóricas deste campo dos estudos de género, percebemos que, por exemplo, já Simone de Beauvoir referia: “ sei que a língua corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser universal, mas leva, de fato, as marcas dos machos que a elaboraram. Reflete seus valores, suas pretensões, seus preconceitos” (Sequeira & Magalhães, 122).

O tema está em agenda, não só linguística, como também social e política. Inclusivamente, o presidente Francês Emanuel Macron manifestou a sua oposição à linguagem inclusiva, defendendo que: "Nesta linguagem, o masculino é o neutro. Não precisamos adicionar pontos no meio das palavras, ou hífenes, ou qualquer coisa para torná-lo legível".(Agência Lusa, 30 de outubro de 2023)

No mesmo sentido, Ignacio Bosque, reputado linguista da Real Academia Espanhola, refere que em Espanha proliferam manuais que aconselham o uso da linguagem inclusiva, advertindo de que para a sua elaboração não foram convocados linguistas, e que os mesmos consideram deliberadamente que os que criticam o seu uso, criticam também as premissas que lhes subjazem:

Entre los aspectos que comparten las guías de lenguaje no sexista destaca sobretudo una argumentación implícita que me parece demasiado obvia para ser inconsciente. Consiste en extraer una conclusión incorrecta de varias premisas verdaderas, y dar a entender a continuación que quien niegue la conclusión estará negando también Las premisas. (Bosque, 2012:2)

Para o linguista, as premissas que estão na base para a normatização desta linguagem, é a de que existe uma sociedade patriarcal onde existe discriminação não podem nem são postas em causa, por quem não a defende, e conclui:

Algunos de los responsables de las guías que comparo responderían a la pregunta que acabo de formular afirmando que la autoridad que se les reclama no es académica, ya que procede de su sensibilidad ante la discriminación de la mujer en el mundo moderno. El argumento es insostenible, puesto que califica arbitrariamente de sexista al grupo —absolutamente mayoritario— de mujeres y hombres con una sensibilidad diferente. Si “el uso del masculino con valor genérico implica un trato lingüístico discriminatorio”, ¿cómo han de reaccionar las mujeres que no perciben en él tal discriminación? En efecto, ¿qué se supone que ha de pensar de sí misma una mujer que no se sienta excluida de la expresión Se hará saber a todos los estudiantes ... [...] (Bosque, 2012 p.2)

Num artigo recente de 2023, intitulado “Formas de tratamento nominais: a polémica em torno da linguagem inclusiva”, Seara e Ninitas refletiram sobre o emprego de determinadas formas nominais de tratamento e, a partir de exemplificação em contexto político parlamentar, concluíram que: “O uso da linguagem inclusiva é uma forma de construção da imagem ideológica; pode não ser um tradutor da ideologia, mas da vontade de querer ser reconhecido como pertencente a essa ideologia”. (Seara & Ninitas, 2023: 20)

Por sua vez, Negroni e Hall, no artigo “Processos de subjetivação e linguagem inclusiva”, analisaram discursivamente as resoluções emitidas por quatro universidades argentinas que aceitaram o uso do idioma inclusivo e concluem:

En términos generales, podría decirse que existe un número considerable de voces que adhieren o rechazan estos usos lingüísticos. Por nuestra parte, nuestro interés se ha centrado en el análisis lingüístico-discursivo de una serie de resoluciones universitarias sin afán alguno de establecer juicios que autoricen o nieguen la pertinencia de esos usos. Nuestro propósito ha sido demostrar que el sentido de los discursos no es de naturaleza veritativa, ni depende de las elecciones voluntarias e intencionales de los sujetos. (Negroni & Hall, 2020: 297)

Importa assinalar que um dos linguistas que mais se tem destacado nesta discussão é Patrick Charaudeau que, quer na sua obra *La Langue n'est pas sexiste* (2018), quer em outros artigos publicados, defende que “As posições são claras e os apoiadores de cada uma delas não dialogam, o que mostra que se trata sim de uma polémica [...]”

Organizando os argumentos em históricos ideológicos e estéticos, apresenta-os e justifica:

Le recours à l'histoire est à double tranchant. D'abord parce qu'en matière de langue, comme en toute autre matière, l'histoire explique mais ne justifie pas. [...] Et dans tout cela, on oublie que la langue évolue plus par la diversité de ses usages (l'argot, le parler familier, les régionalismes, les emprunts, la créolisation) que par les diktats de qui veut imposer de nouvelles normes. [...] Les arguments d'ordre idéologique sont plus délicats à traiter, car ils témoignent la plupart du temps de postures radicales. (Charaudeau, 2018: 3)

Dada a acesa discussão que se tem desenrolado em contexto brasileiro, convocar-se-ão ainda as reflexões de Covas e Bergamini, no artigo “Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+” (2021) que aponta a neolinguagem como um caminho a percorrer recorrendo a Mäder (2019) e a Ricoeur (2008) e à identidade narrativa.

Importa convocar igualmente o texto de Silva e Gouveia, intitulado “Considerações sobre a linguagem inclusiva”, que considera “sexo e género enquanto constructos históricos e sociais” e recorre à definição de linguagem inclusiva como aquela:

que interpreta o próprio idioma como mais um meio de reprodução da cultura machista, tendo em vista que língua e cultura se confundiriam ao utilizar a figura do sexo masculino como modelo, fazendo com que palavras de género masculino sejam utilizadas para se referirem a ambos os sexos, como em o homem referindo-se a homens e mulheres de modo geral. (Silva & Gouveia 2009:1).

Esta posição política no Brasil é refutada no mesmo artigo “Nessa perspectiva, a mera inclusão de termos femininos ou substituição de palavras de género masculino por substantivos coletivos no exercício linguístico quotidiano, caracteriza uma espécie de eufemismo.” (Silva & Gouveia, 2009:5)

Nos estudos sobre o Português Europeu, referimos os textos de linguistas como Veloso (2017) e Coutinho (2020). Veloso defende:

Estas notas reúnem alguns dos tópicos com que nessa e noutras ocasiões tenho tentado defender um ponto de vista que não é só meu e que constitui, para mim e para muitas colegas linguistas, uma questão essencialmente técnica e gramatical, desprovida da carga filosófica e

ideológica com que é tratada de forma mais militante por outras pessoas, entre as quais encontro também, devo reconhecê-lo, alguns colegas de ofício. (Veloso, 2017:2)

Inversamente, Maria Antónia Coutinho, no texto intitulado “ Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação” subscrive que:

O que importa sublinhar, desde já, é que a linguagem inclusiva (que, em última análise, estou apenas a discutir em termos de linguagem paritária) não é tanto uma questão de gramática, mas de uso(s). O problema é que esta oposição está longe de ser simples. Dito de outra forma: o entendimento da relação entre gramática e uso(s) está dependente dos pressupostos epistemológicos em que estas noções assentam. (Coutinho, 2020: 57)

Terceira Parte

Metodologia

1. Recolha de *Corpus*

O presente estudo fundamenta-se na pesquisa e análise de dados textuais sobre linguagem inclusiva e/ou não binária no contexto português, abrangendo um intervalo temporal compreendido entre os anos de 2021 e 2024.

O objetivo principal desta recolha foi compilar um conjunto representativo de textos que ilustrassem as diferentes perspetivas sobre esta temática, neste sentido, recolhemos vinte e oito textos, que nos permitiram uma análise aprofundada das estratégias discursivas, dos argumentos utilizados, das implicações socioculturais, políticas e da norma linguística, da adoção de uma linguagem mais inclusiva, adicionalmente o presente estudo visa contribuir para a discussão elencando os argumentos sociolinguísticos, e as estratégias discursivas utilizadas pelos defensores e os detratores da linguagem inclusiva.

Para garantir uma amostra abrangente e diversificada, foram selecionados textos oriundos de múltiplas fontes, incluindo meios de comunicação social, discursos políticos, documentos oficiais, produções académicas e manifestações em redes sociais. Estes textos foram escolhidos com base na sua relevância, impacto e representatividade dentro do debate público sobre a questão da linguagem inclusiva, estes textos foram escolhidos com base na sua contribuição para uma amostra da totalidade da questão.

Apesar de o *corpus* ter sido delimitado a publicações na janela temporal já descrita, foi feita uma exceção específica para a crónica intitulada “Quem fala assim não é gago nem gaga”, cuja inclusão foi considerada pertinente devido à ideologia do seu autor e à sua influência, como figura pública muito conhecida, no discurso público sobre o tema. Esta crónica, pela sua abordagem e argumentação, representa um ponto de vista relevante no espectro da discussão e contribui para a diversidade de perspetivas analisadas, diversidade que tentámos que fosse abrangente ao ponto da

representação de todos os argumentos que atrás elencámos e a sua justificação pelos apoiantes da linguagem inclusiva e pelos seus opositores.

2. Como foi feita a recolha

A recolha de textos foi realizada a partir de diferentes fontes digitais e impressas, garantindo um conjunto representativo e equilibrado de materiais para análise. O levantamento foi estruturado em conformidade com os seguintes critérios, o período de análise, abrangência temática e a contribuição relevante para o tema.

Foram considerados textos publicados entre 2021 e 2024, de modo a refletir as mais recentes abordagens sobre a temática da linguagem inclusiva e os mesmos deveriam conter referências explícitas ao debate sobre linguagem inclusiva, neutralidade de género na comunicação ou formas não binárias de expressão linguística.

As fontes selecionadas incluem órgãos de comunicação digital como jornais online, revistas e portais de notícias, redes sociais, publicações, debates e interações que evidenciem discursos públicos relevantes, nos sites oficiais, retirámos documentos institucionais de organismos públicos ou privados, nos textos políticos considerámos artigos que representassem os discursos dos políticos envolvidos, nas produções académicas pesquisámos artigos científicos, ensaios e conferências que abordassem a questão da linguagem inclusiva.

A pesquisa foi orientada pelo uso de palavras-chave específicas que refletem a temática central da investigação.

Estas palavras-chave foram selecionadas com base na literatura existente e nos principais termos utilizados no debate público sobre a matéria. Exemplos incluem: "linguagem inclusiva", "linguagem neutra", "género gramatical", "discurso não binário", "neutralidade linguística", entre outros.

Para garantir a rastreabilidade e transparência do processo de recolha, cada texto foi registado com informações sobre a sua origem, data de publicação, autoria e

enquadramento discursivo. Este procedimento visa assegurar a organização sistemática dos materiais e facilitar a posterior análise dos mesmos.

3. Divisão e classificação

Foram analisados os textos selecionados que abordam a temática da linguagem inclusiva procedendo-se ao levantamento e à sistematização dos argumentos apresentados tanto a favor como contra a adoção deste tipo de linguagem.

A análise foi realizada em diferentes categorias discursivas permitindo identificar padrões argumentativos e variações consoante o contexto em que a questão é nomeada.

O presente estudo fundamenta-se na pesquisa e análise de dados textuais sobre linguagem inclusiva e/ou não binária no contexto português, abrangendo um intervalo temporal compreendido entre os anos de 2021 e 2024.

Neste período, observou-se um aumento significativo na discussão sobre a pertinência e viabilidade da adoção de formas linguísticas neutras, refletindo uma tensão entre diferentes visões sobre a relação entre a língua, a identidade e a inclusão social. Ainda assim, em Portugal a discussão ainda não ganhou as proporções de outros países, nomeadamente o Brasil.

O objetivo principal desta recolha foi compilar um conjunto representativo de textos que ilustrassem as diferentes perspetivas sobre o tema deste estudo, permitindo uma análise aprofundada das estratégias discursivas, dos argumentos utilizados e das implicações socioculturais e da rutura na norma linguística, da adoção de uma linguagem mais inclusiva, conseqüentemente este estudo visa contribuir para a discussão elencando os argumentos sociolinguísticos e as estratégias discursivas utilizadas tanto pelos defensores como pelos detratores da linguagem inclusiva.

Assim, não se trata apenas de descrever as posturas existentes, mas também de compreender as motivações, justificações e perceções que cada uma dessas abordagens tem dentro do debate contemporâneo.

Para garantir uma amostra abrangente e diversificada, foram selecionados textos oriundos de múltiplas fontes, incluindo meios de comunicação social, discursos políticos, documentos oficiais, produções acadêmicas e manifestações em redes sociais.

Esta seleção teve como critério não apenas a relevância do material analisado, mas também o seu impacto e representatividade dentro do debate público sobre a questão da linguagem inclusiva. Dessa forma, foram considerados textos que refletem tanto os argumentos favoráveis à adoção de uma linguagem mais neutra quanto os que se posicionam de maneira crítica ou contrária, garantindo uma visão pluralista e equitativa sobre o tema.

Ao longo da pesquisa, identificaram-se padrões argumentativos recorrentes entre os defensores da linguagem inclusiva, que enfatizam a necessidade de reconhecimento de identidades não binárias e a importância de uma comunicação mais neutra e equitativa.

Entre os opositores, emergem argumentos que sublinham a presunção de que a língua não pode ser alterada de forma artificial e que tais mudanças podem comprometer a inteligibilidade e a eficiência comunicativa. A confrontação entre essas posições evidencia a complexidade do debate e a necessidade de aprofundar a compreensão sobre os diferentes fatores que influenciam essa discussão.

Como referimos foi feita exceção específica para a crônica intitulada "Quem fala assim não é gago nem gaga", cuja inclusão foi considerada pertinente devido à ideologia do seu autor e à sua influência no discurso público sobre o tema. Esta crônica, pela sua abordagem e argumentação, representa um ponto de vista assaz relevante no espectro da discussão e contribui para a diversidade de perspectivas analisadas.

A análise desta crônica permitiu examinar não apenas os argumentos apresentados contra a linguagem inclusiva, mas também a forma como são estruturados e comunicados, evidenciando estratégias discursivas que reforçam a polarização do

debate, nesse sentido, existem a presença de elementos retóricos, como o uso da ironia e do sarcasmo, o que sugere uma tentativa de descredibilização das propostas inclusivas, e que contribui para a construção de um discurso de oposição bem definido.

A diversidade de fontes e abordagens presentes no corpus permitiu traçar um panorama abrangente da discussão sobre a linguagem inclusiva em Portugal, evidenciando tanto as motivações sociais e culturais que impulsionam a defesa dessa prática quanto os receios e críticas daqueles que se opõem à sua implementação.

O presente estudo não apenas reforça a necessidade de continuar a investigar essa temática, mas também sublinha a importância de compreender a linguagem como um fenómeno dinâmico, em constante evolução e reflexo das mudanças sociais que ocorrem ao longo do tempo.

Os *corpus* encontram-se nos ANEXOS e estão divididos e classificados nas seguintes categorias:

Corpus publicitário: textos provenientes de campanhas publicitárias e estratégias de comunicação de marcas que adotaram a linguagem inclusiva.

Corpus mediático: artigos jornalísticos, reportagens e crónicas publicadas em diferentes meios de comunicação, refletindo como os *mídia* abordam o tema.

Corpus político: artigos, discursos, declarações de figuras públicas e partidos políticos que se manifestaram sobre a linguagem inclusiva.

Corpus oficial: documentos governamentais, pareceres institucionais e normas estabelecidas por entidades reguladoras da língua.

Corpus discurso académico: pareceres académicos divulgados nas redes sociais,.

Corpus redes sociais: publicações, debates e manifestações populares extraídas de plataformas digitais, onde a questão da linguagem inclusiva tem sido amplamente discutida.

Foram analisados os textos selecionados que abordam a temática da linguagem inclusiva, procedendo-se ao levantamento e à sistematização dos argumentos apresentados tanto a favor como contra a adoção deste tipo de linguagem. Durante a análise, buscou-se não apenas mapear os posicionamentos divergentes, mas também compreender as justificações que sustentam essas visões opostas.

A análise foi realizada em diferentes categorias discursivas, permitindo identificar padrões argumentativos e variações consoante o contexto em que a questão é abordada. Observou-se que, nos meios publicitários e mediáticos, a ênfase recai muitas vezes sobre a percepção pública e o impacto mercadológico da adoção da linguagem inclusiva. No discurso político e oficial, a questão surge associada a debates sobre regulamentação, políticas públicas e educação, sendo muitas vezes alvo de polarização ideológica. Já no meio acadêmico, o enfoque recai sobre a evolução linguística e os impactos socioculturais da inclusão de novas formas de expressão. Nas redes sociais, por sua vez, o debate tende a ser mais dinâmico e polarizado, refletindo tanto a resistência quanto o entusiasmo em torno da adoção dessas mudanças.

Assim, espera-se que esta pesquisa possa servir como um ponto de partida para futuros estudos que explorem a relação entre linguagem, identidade e política linguística, bem como as consequências da adoção ou rejeição de formas inclusivas no discurso público. A análise das estratégias discursivas e dos argumentos apresentados nos textos selecionados oferece uma visão mais detalhada das dinâmicas que envolvem essa polémica, contribuindo para um entendimento mais aprofundado do impacto social e cultural das transformações na linguagem.

Quarta Parte

Análise do *Corpus*

O *corpus* em análise foi recolhido tendo como base alguns dos critérios enunciados na fundamentação teórica

Assim, organizam-se e apresentam-se as análises retórico-discursivas de forma estruturada, segmentando-as de acordo com os diferentes tipos de textos representados no conjunto analisado.

A diversidade e heterogeneidade dos artigos selecionados permitem-nos abranger, de forma integral, as várias perspetivas existentes em relação à polémica ou controvérsia em estudo. Este leque variado de conteúdos assegura que nenhuma das posições em debate seja negligenciada, proporcionando uma visão equilibrada e ampla do tema.

Importa referir que, embora não tenha sido nosso objetivo aprofundar ou examinar as ideologias políticas subjacentes aos autores dos textos analisados, reconhecemos que, em determinados casos, essas orientações ideológicas se tornam evidentes, quer pela argumentação utilizada, quer pela estrutura discursiva adotada. No entanto, a nossa abordagem manteve-se centrada na análise do discurso em si, sem qualquer intenção de privilegiar ou desconsiderar uma determinada perspetiva política.

O primeiro conjunto de textos analisado, *CORPUS* de discursos publicitários é um dos mais evidentes e que assume maior visibilidade, dado que a publicidade que tem como principal objetivo tornar conhecido um produto, uma ideia, ou uma forma, visa, justamente despertar, no público, o interesse pelo facto anunciado, apresentando argumentos que visam persuadir o público supostamente consumidor.

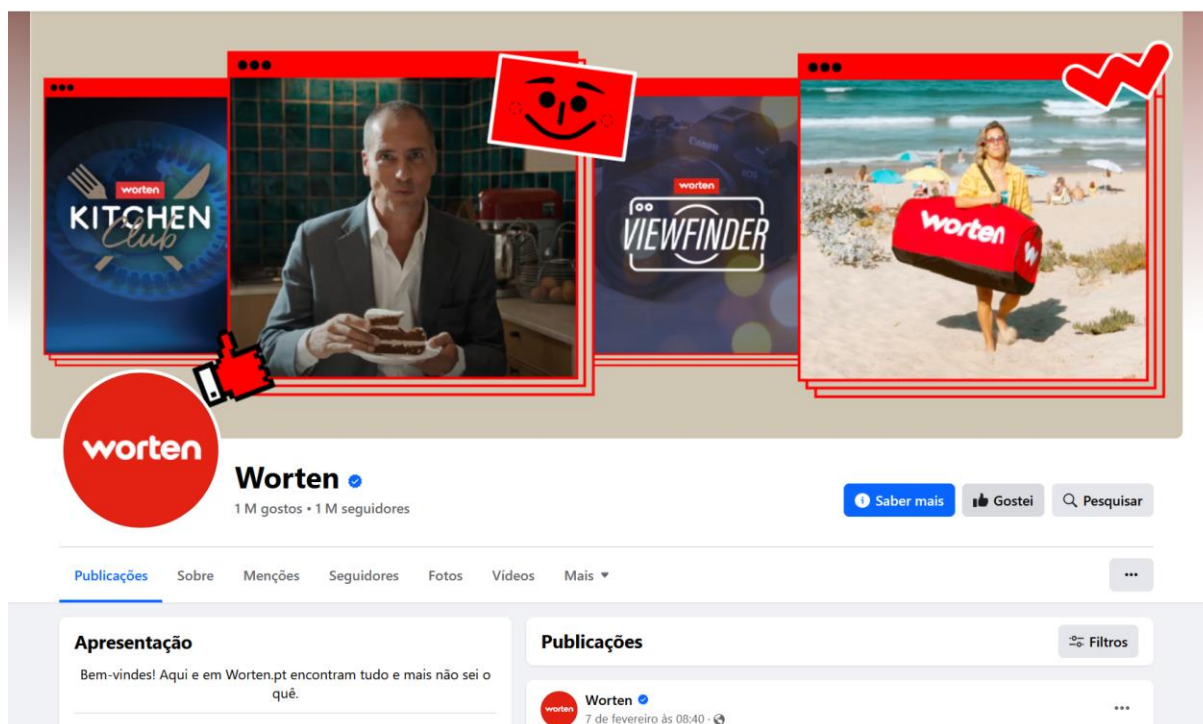
I .Corpus de discursos publicitários

1. Anúncio 1

O primeiro exemplo a ser analisado foi recolhido da página do Facebook da WORTEN

Em linha: <https://www.facebook.com/wortenpt>

imagem recolhida a 21 de Fevereiro de 2024.



A marca Worten procura construir e transmitir uma imagem associada à atualidade e à modernidade, assegurando que a sua comunicação reflete valores contemporâneos e inclusivos. Este posicionamento estratégico tem como objetivo aproximar-se de um público diversificado, garantindo que nenhum grupo de potenciais clientes se sinta excluído da sua mensagem publicitária.

Um dos recursos utilizados para alcançar esta abrangência comunicacional é o uso da saudação inclusiva e do ponto exclamativo na saudação “Bem-Vindes!”. Esta escolha linguística não é meramente estilística, mas intencional, procurando captar a atenção de um leque mais alargado de consumidores. Para além de conferir dinamismo e entusiasmo à mensagem, esta formulação contribui para um tom acolhedor e inclusivo, em linha com as tendências atuais da comunicação de marca. Inclusivamente, a utilização da expressão “mais não sei o quê” reforça a dimensão coloquial e o carácter intimista do discurso publicitário. Este registo informal tem como

principal função estabelecer uma relação de proximidade com o público-alvo, fazendo com que a marca se apresente como acessível, descontraída e próxima da realidade dos consumidores. A linguagem utilizada no anúncio visa, assim, criar uma ligação emocional com os clientes, tornando a mensagem mais apelativa e envolvente.

2. Anúncio 2

O segundo exemplo publicitário consta da seguinte página de *internet*:



Site oficial da empresa Manutan, janela *pop up*, imagem recolhida a 21 de Fevereiro de 2024.

https://www.manutan.pt/pt/map?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAxOauBhCaARIsAEbUSQTRG7O50TO51VTcwjaA2q9IczsipAE8eOIGvvYOyPYUWRYiQFgM3_MaAjq1EALw_wcB

O *site* oficial da empresa Manutan adota uma estratégia de comunicação que reflete uma preocupação com a inclusão e a representatividade. Um dos aspetos visíveis dessa abordagem é a utilização da alínea com a flexão no feminino, evidenciando uma intenção clara de tornar a linguagem mais inclusiva e equitativa, abrangendo diferentes identidades e sensibilidades dentro do seu público-alvo.

Importa, igualmente, destacar que a frase em questão se dirige diretamente a um único utilizador de cada vez. Esta escolha não é arbitrária, mas justifica-se pelo facto de o acesso ao site ser realizado de forma individual, ou seja, cada pessoa que entra na plataforma interage com o conteúdo de maneira autónoma. Assim, a comunicação mantém-se personalizada, reforçando a ideia de um diálogo direto entre a empresa e cada utilizador, promovendo uma experiência mais próxima e personalizada.

Este tipo de estratégia linguística e comunicacional insere-se numa tendência crescente de marcas e empresas personalizarem a sua comunicação, procurando adaptar a sua linguagem para se tornarem mais acessíveis, inclusivas e alinhadas com as expectativas de uma sociedade cada vez mais atenta à representatividade na comunicação digital.

Em termos pragmáticos, estas escolhas das marcas podem influenciar a perceção dos utilizadores, transmitindo uma mensagem de acolhimento e consideração para com diferentes identidades de género, ambas podem ser consideradas atos expressivos e de proteção da face do outro.

II .Corpus de discursos políticos

1. Artigo sobre o discurso de Pedro Filipe Soares

Jornal de Notícias de 28 de Maio de 2023, artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2023.

<https://www.jn.pt/nacional/camaradas-camarados-camarades-o-discurso-de-pedro-filipe-soares-16433364.html/>

No domínio do discurso político, a análise discursiva incide sobre um artigo que se debruça sobre a intervenção proferida pelo deputado Pedro Filipe Soares, representante do partido político Bloco de Esquerda na 'XI Convenção do Bloco de Esquerda.

O cerne desta análise reside na escolha linguística deliberada do orador, nomeadamente na utilização intencional da chamada linguagem inclusiva, uma estratégia discursiva que se manifesta logo na abertura do seu discurso com a saudação peculiar: “Camaradas, camarados e camarades”. Este enunciado que, à primeira vista, pode parecer um simples cumprimento, reveste-se de uma carga simbólica e argumentativa significativa, pois introduz desde o início uma dimensão polémica e ideológica ao discurso.

A inversão operada pelo deputado na estrutura linguística tradicional assume aqui um papel central na construção do seu posicionamento político e discursivo. Enquanto a adoção da linguagem inclusiva tende a ser promovida como um mecanismo de visibilidade e reconhecimento das mulheres e de outras identidades de género, o

orador opta por uma estratégia discursiva que, à primeira vista, parece contraditória. Em vez de reforçar a feminização das palavras, ele altera a terminação tradicionalmente feminina (-a) para a terminação masculina (-o), historicamente associada à norma genérica e dominante na língua portuguesa. Ao recorrer a este mecanismo linguístico, Pedro Filipe Soares subverte, de forma intencional, as expectativas normativas sobre a linguagem inclusiva e provoca deliberadamente a audiência, introduzindo assim uma dimensão argumentativa que ultrapassa a simples escolha lexical.

Este procedimento linguístico e discursivo não é meramente arbitrário, mas sim estratégico. Ao adotar esta inversão, o deputado recorre à pragmática da linguagem para desafiar convenções estabelecidas e suscitar um efeito retórico específico: provocar reflexão e reação por parte do seu público. Este efeito é intensificado pela introdução de uma pergunta retórica carregada de intencionalidade ideológica: “Quem tem medo das palavras?”. Esta questão, que estrutura uma parte substancial do seu discurso, funciona como um apelo à introspeção, à confrontação e à denúncia implícita de que há, segundo a sua linha argumentativa, uma tentativa consciente de silenciamento ou de repressão linguística por parte daqueles que resistem à adoção da linguagem inclusiva.

Ao longo do discurso, Pedro Filipe Soares reforça esta linha argumentativa, reiterando a ideia de que a recusa da linguagem inclusiva não é apenas uma escolha gramatical, mas antes um posicionamento político e ideológico que contribui para a manutenção de estruturas de poder e de opressão. Esta tese é sustentada por uma afirmação enfática e marcadamente polarizadora: “Aqueles que dizem que não podemos usar as palavras como queremos são aqueles que usam as palavras que nos oprimem”. Com esta asserção, o orador estabelece uma clara oposição entre os que defendem a liberdade linguística e os que, no seu entender, impõem restrições ao uso da língua como forma de perpetuar relações de poder desiguais. A pragmática do discurso, neste caso, revela-se fundamental para compreender não apenas a estrutura do enunciado, mas também a intencionalidade comunicativa que o sustenta: um convite à contestação e à tomada de posição por parte do auditório.

Para além da dimensão linguística, este discurso insere-se num quadro cultural mais amplo, onde as palavras não são meros instrumentos neutros de comunicação, mas sim veículos ideológicos que transportam valores, crenças e relações de poder. Assim, ao afirmar que "o opressor não utiliza a linguagem inclusiva" e que esta questão não se reduz a um mero debate linguístico, mas sim a uma questão estrutural e cultural, o deputado enquadra a sua intervenção num registo de denúncia e resistência. A implicatura subjacente a esta argumentação é clara: aqueles que rejeitam a linguagem inclusiva não o fazem apenas por motivos linguísticos, mas porque, conscientemente ou não, contribuem para a manutenção de um sistema que restringe direitos e perpetua desigualdades.

Deste modo, a estratégia discursiva adotada por Pedro Filipe Soares recorre a diferentes mecanismos pragmáticos para reforçar a sua posição e desafiar a oposição. O uso da pergunta retórica, a inversão provocadora da norma linguística, a oposição dicotómica entre opressores e oprimidos e a denúncia da suposta instrumentalização da linguagem como forma de dominação são todos elementos que conferem ao discurso um forte carácter argumentativo e persuasivo. A análise discursiva revela, assim, que este não é um simples debate sobre gramática ou morfologia, mas sim um confronto ideológico no qual a linguagem assume um papel central na definição de posições políticas e na construção de narrativas de poder.

2. Artigo sobre o discurso do presidente brasileiro

Por Agência publicado em 22 de maio de 2022 | 14h47 - Atualizado em 23 de maio de 2022 | 19h33
Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.otempo.com.br/politica/escorregoes-de-lula-em-linguagem-inclusiva-viram-alvo-de-aliados-e-rivais-1.2672324>

No contexto da comunicação política contemporânea, a linguagem inclusiva tem vindo a afirmar-se como um instrumento discursivo de grande relevância, especialmente entre líderes políticos que procuram demonstrar compromisso com valores progressistas e identitários. Neste enquadramento, o presidente brasileiro Luiz Inácio

Lula da Silva, atual presidente do Brasil², tem integrado, ainda que de forma nem sempre sistemática, esta estratégia no seu discurso, como salienta o artigo em análise. De acordo com esta fonte, a adesão de Lula à linguagem inclusiva não surge apenas como uma opção espontânea, mas antes como uma escolha discursiva motivada por fatores políticos e estratégicos, visando responder às expectativas de determinados segmentos dos seus eleitores. Especificamente, o artigo sugere que a adoção desta linguagem se destina a agradar a setores da militância que se identificam com a defesa dos direitos das mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQIA+ e dos povos indígenas.

Neste contexto, a pragmática da linguagem desempenha um papel essencial, pois a forma como o discurso é construído não se limita ao significado literal das palavras, mas também aos efeitos que essas palavras geram no público-alvo. O presidente Lula, ao incorporar elementos da linguagem inclusiva nos seus discursos, procura transmitir a mensagem de que está alinhado com as reivindicações e sensibilidades destes grupos sociais. No entanto, o artigo sublinha que esta adesão não se faz sem desafios, uma vez que o presidente, segundo a análise proposta, por vezes tropeça nesta mesma linguagem, evidenciando dificuldades na sua aplicação sistemática e coerente. Esta inconsistência, por sua vez, tem sido explorada pelos seus opositores, que frequentemente recorrem à ironia e ao escárnio para descredibilizar a sua postura discursiva.

A análise discursiva apresentada no artigo também chama a atenção para determinados paradoxos na comunicação do presidente Lula, os quais podem gerar constrangimentos na sua base de apoio. Um dos aspetos problemáticos apontados refere-se à utilização de expressões consideradas politicamente incorretas, como “Índio” em vez de “Indígena” e “escravo” em vez de “escravizado”. Embora, do ponto de vista semântico, estes vocábulos sejam próximas no significado, a sua escolha não é neutra e transporta implicações ideológicas relevantes. No caso de “Índio”, a substituição pelo termo “Indígena” tem sido promovida como um esforço para

² A escolha de um artigo sobre o atual presidente do Brasil tem relevância no sentido em que a *polémica* sobre a linguagem inclusiva já atingiu proporções muito maiores do que em Portugal. No Brasil este tema é, amiúde, capa das revistas linguísticas, estudos académicos e inclusivamente são editados livros.

reconhecer a diversidade e a identidade dos povos originários, evitando a carga histórica e colonial que o termo “Índio” pode conter. Da mesma forma, a substituição de “escravo” por “escravizado” reflete uma mudança discursiva que pretende enfatizar a condição imposta e não intrínseca dos indivíduos submetidos à escravidão, evitando assim a naturalização do estatuto de escravo como algo inerente à pessoa.

A pragmática do discurso político implica que cada escolha lexical transporta significados que vão para além do seu sentido estrito, influenciando a percepção do público e gerando interpretações que podem reforçar ou enfraquecer a imagem do orador. No caso de Lula, o artigo argumenta que estas pequenas inconsistências linguísticas são amplificadas pelos seus adversários políticos, que as exploram para enfraquecer a sua credibilidade enquanto líder progressista e defensor de causas identitárias. A dificuldade do presidente em aplicar de forma coerente a linguagem inclusiva revela um paradoxo: ao mesmo tempo que tenta demonstrar compromisso com determinados valores, acaba por cometer deslizes que minam essa mesma tentativa, fornecendo argumentos para os seus críticos.

Outro exemplo de como a linguagem se torna um campo de disputa ideológica é a referência feita por Lula ao “churrasquinho e picanha” em discursos públicos. Embora esta expressão possa parecer inofensiva ou até apelativa para uma grande parte do eleitorado, o artigo sugere que tal formulação pode gerar desconforto em setores específicos, como os defensores dos direitos dos animais e da alimentação *vegan* e ou vegetariana. Este detalhe aparentemente menor ilustra um problema mais amplo na comunicação política contemporânea: a dificuldade em produzir um discurso que seja simultaneamente inclusivo e universal, capaz de agradar a diferentes segmentos do eleitorado sem alienar nenhum deles.

Apesar destas dificuldades, o artigo destaca que Lula continua a procurar formas de incluir simbolicamente os diferentes grupos sociais na sua comunicação, recorrendo a expressões como “Minhas amigas e meus amigos” quando se dirige aos seus eleitores. Esta construção discursiva, que marca uma diferenciação clara entre os géneros, alinha-se com uma estratégia de reconhecimento linguístico da diversidade, ainda que permaneça dentro dos limites da binaridade de género tradicional. Este uso da linguagem inclusiva reflete um esforço para tornar o discurso mais acolhedor e

abrangente, mas ao mesmo tempo revela a dificuldade de avançar para formas mais neutras ou não binárias de comunicação, como tem sido proposto por setores mais radicalmente alinhados com esta agenda linguística.

Assim, a análise pragmática do discurso de Lula da Silva demonstra que a linguagem não é um mero instrumento neutro de transmissão de ideias, mas sim um campo de disputa política e ideológica. A escolha das palavras, os deslizes cometidos e as reações que estas suscitam revelam a complexidade do discurso político moderno, onde cada termo pode ser analisado, criticado e instrumentalizado tanto por apoiantes como por opositores. No caso do presidente brasileiro, a tentativa de adotar a linguagem inclusiva reflete um esforço estratégico para manter o apoio de setores progressistas, mas as dificuldades na sua aplicação prática evidenciam as tensões inerentes a esta abordagem. Neste sentido, o discurso torna-se um espaço de negociação constante, onde a identidade política e as expectativas do público se cruzam de forma dinâmica e, por vezes, contraditória.

No âmbito das estratégias discursivas adotadas pelos partidos políticos, a linguagem inclusiva tem sido progressivamente incorporada como um elemento central na comunicação com os eleitores.

3. Artigo sobre o discurso do presidente francês

Por Agência Lusa em 30 de outubro de 2023.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/presidente-frances-manifesta-oposicao-a-chamada-linguagem-inclusiva_n1525742

O terceiro artigo aborda a posição do presidente francês, Emmanuel Macron, em relação à linguagem inclusiva, destacando a sua oposição a esta prática e a sua defesa de uma norma linguística tradicional. Ao contrário de outros líderes políticos, que adotam ou incentivam o uso de uma linguagem mais neutra e inclusiva, Macron manifesta-se contra tais alterações, considerando-as desnecessárias ou prejudiciais à clareza e funcionalidade da língua francesa.

Uma das medidas mais emblemáticas da sua posição é a proibição da utilização do termo “todes” bem como de grafismos alternativos frequentemente associados à linguagem inclusiva, como o uso do ponto médio (·e), do asterisco (*) ou da (@) ou de outras formas que procuram neutralizar ou diversificar a marcação de género na língua escrita. Esta decisão reflete um posicionamento mais conservador e normativo em relação à língua, alinhado com a tradição da *Académie Française*, instituição responsável por regular e preservar a língua francesa.

O discurso de Macron insere-se numa corrente que defende que a língua deve manter a sua estrutura histórica e evoluir de forma orgânica, sem interferências políticas ou ideológicas. Para os críticos da linguagem inclusiva, como o presidente francês, estas alterações são artificiais e podem comprometer a inteligibilidade e a coerência do idioma. A proibição do uso de certas formas inclusivas no contexto oficial pode ser interpretada como uma tentativa de preservar a unidade da língua e evitar fragmentações que poderiam dificultar a comunicação.

Além disso, a posição de Macron também se relaciona com um debate mais amplo sobre identidade nacional e valores culturais na França. O país tem uma longa tradição de proteção da língua como elemento central da sua identidade, o que explica a resistência a mudanças linguísticas que sejam vistas como imposições externas ou como desvios da norma estabelecida. Neste contexto, a rejeição da linguagem inclusiva pode ser vista não apenas como uma questão gramatical, mas também como um reflexo de preocupações mais profundas sobre o impacto das transformações sociais e políticas na cultura francesa.

Do ponto de vista da análise do discurso, a postura de Macron revela um compromisso com uma visão normativa da língua, na qual a estabilidade e a tradição são valores fundamentais. Ao tomar uma posição clara contra a linguagem inclusiva, o presidente francês reforça uma ideia de continuidade e resistência a mudanças percebidas como excessivamente progressistas ou disruptivas. O tom da sua comunicação sobre o tema tende a enfatizar a importância da clareza linguística e a necessidade de evitar complexidades desnecessárias que possam dificultar a aprendizagem e o uso do francês.

Pragmaticamente, esta oposição à linguagem inclusiva também pode ser interpretada como uma estratégia política. Num cenário em que o debate sobre identidade e valores culturais está cada vez mais presente na política europeia, Macron pode estar a tentar posicionar-se como um defensor da tradição e da unidade linguística nacional, apelando a setores mais conservadores do eleitorado que veem na preservação da língua uma forma de resistência a certas mudanças sociais.

Em última instância, o terceiro artigo destaca que a posição de Emmanuel Macron em relação à linguagem inclusiva não é apenas uma questão linguística, mas também um reflexo de um debate ideológico mais amplo. A sua oposição à introdução de termos como “todes” e a rejeição de grafismos alternativos insere-se numa conceção da língua como um património a ser preservado, onde as mudanças devem ocorrer de forma natural e não por imposição externa. A sua posição, contudo, continua a gerar controvérsia, sendo contestada por aqueles que defendem que a evolução linguística deve acompanhar as transformações sociais e garantir maior representatividade e inclusão.

4. Imagem da campanha eleitoral do partido LIVRE

Campanha eleitoral para as legislativas 2024 do partido Livre,
Recolhido em 25 de fevereiro de 2024



O quarto exemplo analisado incide sobre a campanha para as eleições legislativas do partido de esquerda Livre, que, à semelhança do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula

da Silva, opta por utilizar a formulação “todos e todas” ao dirigir-se aos eleitores, como podemos observar na imagem. Esta escolha linguística, aparentemente simples, carrega implicações discursivas e ideológicas significativas, revelando não apenas uma preocupação com a inclusão, mas também uma estratégia de posicionamento político.

A opção pelo uso de “todos e todas” insere-se numa tendência mais ampla de desdobramento de géneros na comunicação política, refletindo um esforço para tornar a linguagem mais representativa e menos excludente. Na tradição gramatical do português, o masculino plural tem historicamente desempenhado a função de género neutro, englobando tanto homens como mulheres. No entanto, esta convenção tem sido alvo de críticas por parte de setores que defendem uma maior visibilidade linguística das mulheres e de outras identidades de género.

Ao adotar explicitamente a forma desdobrada, o Livre, um partido político português que se situa à esquerda ou centro esquerda no espectro político, procura responder a essas reivindicações, enfatizando a inclusão e demonstrando um compromisso com valores feministas e igualitários.

Do ponto de vista pragmático, esta escolha não se limita a uma questão de correção linguística, mas assume um papel estratégico na construção de um discurso que visa interpelar diretamente determinados segmentos do eleitorado. A repetição sistemática de “todos e todas” nos discursos e materiais de campanha funciona como um marcador ideológico, sinalizando ao público que o partido reconhece e valoriza a diversidade. Esta estratégia discursiva reforça, assim, a identidade do Livre enquanto força política progressista, alinhada com movimentos sociais que defendem a igualdade de género e a representatividade linguística.

No entanto, a análise do discurso revela que este tipo de formulação também pode gerar desafios comunicativos. Por um lado, a escolha de “todos e todas” exclui outras possibilidades linguísticas que pretendem ir além da binaridade de género, como o uso de formas neutras (“todes”, “tod@s” ou outras variantes), que têm sido propostas por setores mais radicalmente empenhados na transformação da linguagem inclusiva. Embora a inclusão de ambos os géneros tradicionais represente um avanço em relação ao uso exclusivo do masculino genérico, alguns críticos argumentam que esta

abordagem ainda não reflete plenamente a diversidade de identidades de gênero existentes na sociedade contemporânea.

A pragmática da comunicação política implica que a eficácia de uma estratégia discursiva depende não apenas da intenção do emissor, mas também da recepção por parte do público. Embora o desdobramento de gêneros seja bem recebido por setores mais progressistas, pode ser interpretado como desnecessário ou mesmo artificial por parte de outros segmentos do eleitorado, que veem estas alterações linguísticas como meros gestos simbólicos sem impacto real na vida das pessoas. Assim, a insistência nesta estratégia pode, paradoxalmente, gerar resistência entre aqueles que consideram que a linguagem inclusiva representa uma imposição ideológica ou um desvio das questões políticas centrais.

Por outro lado, a comparação com o presidente brasileiro Lula da Silva revela semelhanças e diferenças na aplicação desta estratégia discursiva. Enquanto Lula utiliza expressões como “minhas amigas e meus amigos” para enfatizar um tom próximo e afetivo no seu discurso, o Livre opta por uma formulação mais neutra e política, alinhada com a linguagem institucional de campanhas eleitorais. Esta distinção sugere que a pragmática do discurso inclusivo pode variar consoante o contexto e a intenção do orador: no caso de Lula, a linguagem inclusiva é usada para reforçar um estilo populista e caloroso, ao passo que, no caso do Livre, o objetivo é afirmar um compromisso ideológico com a igualdade e a representatividade.

Concluimos que a utilização de “todos e todas” pelo Livre reflete uma tendência crescente na comunicação política contemporânea, na qual a linguagem se torna um campo de disputa simbólica e ideológica. Esta estratégia discursiva não é apenas um detalhe formal, mas sim um instrumento de mobilização e identificação política, que visa construir pontes com determinados setores do eleitorado. No entanto, a análise pragmática do discurso revela que a eficácia desta abordagem não é homogênea, podendo gerar tanto apoio como resistência, dependendo da percepção e das expectativas do público. Assim, a linguagem inclusiva no discurso político continua a ser um terreno de negociação, no qual as palavras são cuidadosamente escolhidas para equilibrar inclusão, autenticidade e impacto eleitoral.

III. *Corpus* de discursos mediáticos

1. Artigo de Pacheco Pereira

Jornal Público, 9 de Julho de 2022, José Pacheco Pereira.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.publico.pt/2022/07/09/politica/opiniao/todes-nao-2013038>

O artigo de opinião "Porque é que “todes” não é todos nem todas publicado no jornal *Público*, em 9 de julho de 2022, insere-se na polémica linguística e social que tem ganho espaço no debate público contemporâneo: a adoção da chamada linguagem inclusiva no português europeu. O autor, assumindo uma posição crítica em relação à introdução de formas neutras como "todes", argumenta contra a sua implementação, fundamentando-se em aspetos linguísticos, culturais e pragmáticos.

No artigo de Pacheco Pereira o tema da linguagem inclusiva coloca em confronto as diferentes perspetivas sobre a relação entre a língua e a identidade de género. No artigo em análise, o autor posiciona-se de forma assertiva contra a adoção de novas formas gramaticais que pretendem neutralizar o género, argumentando que as alterações são artificiais e desnecessárias.

A polémica é alimentada pela utilização de estratégias discursivas de oposição, nas quais o autor: contrapõe a perspetiva normativa e tradicionalista da língua (que respeita a estrutura morfossintática consolidada do português) à proposta de mudança linguística de carácter ativista, caracterizando a introdução da linguagem inclusiva como uma tentativa de imposição ideológica, destacando que a língua evolui de forma natural e não por decretos ou militâncias.

Utiliza a ironia para questionar a legitimidade dessas novas formas, sugerindo que, ao invés de contribuir para uma maior inclusão, podem gerar confusão e entraves comunicativos.

Este tipo de estrutura discursiva não só reforça o carácter polémico do tema, como também convida os leitores a tomarem partido na discussão, consolidando a persuasão pelo princípio da polarização argumentativa.

Ancorando-se na história da língua, ao sublinhar que o português, enquanto língua românica, desenvolveu um sistema binário de género gramatical que se mantém há séculos. Esse argumento pretende demonstrar que a marcação de género é uma

característica estrutural, não um fator de discriminação ou exclusão, argumente que historicamente, as línguas passam por processos de mudança, mas estas ocorrem, em grande parte, de forma espontânea e gradual, sem intervenções forçadas. O autor evoca implicitamente esta perspectiva ao sugerir que a introdução de "todes" não surge de uma necessidade orgânica da comunidade falante, mas sim de um impulso ideológico que desconsidera a natureza histórica e evolutiva da língua.

Este argumento remete para discussões clássicas na linguística, em especial para a dicotomia entre mudanças naturais e mudanças planejadas. Muitas das reformas linguísticas que tentam ser impostas por razões extralinguísticas – como a tentativa de simplificação ortográfica ou a implementação de léxico oficial – encontram resistência, e o autor utiliza essa tendência histórica para reforçar a sua tese contra a linguagem inclusiva.

Para além da argumentação baseada na história da língua, o autor recorre a um dos princípios centrais da pragmática linguística: a eficácia comunicativa. A pragmática estuda a relação entre linguagem e contexto, observando como os falantes interpretam os enunciados em situações reais de comunicação.

O autor enfatiza que a introdução de formas neutras pode comprometer a clareza e a fluidez do discurso, dificultando a compreensão e aumentando a complexidade da comunicação. Este argumento alinha-se com o princípio da economia linguística, segundo o qual as línguas tendem a evitar complicações desnecessárias que possam prejudicar a eficiência comunicativa.

Ao afirmar que a adoção de "todes" não é intuitiva nem funcional, o autor sugere que, em vez de facilitar a inclusão, pode criar barreiras na interação verbal e escrita, afetando a inteligibilidade da mensagem. Esse ponto de vista reforça a persuasão através da apelação à lógica e à funcionalidade da língua, uma estratégia argumentativa que visa convencer os leitores com base em critérios práticos e racionais.

Pacheco Pereira utiliza a ironia e o sarcasmo para ridicularizar a adoção de formas neutras, apresentando-as como exageradas ou desnecessárias. Esta estratégia contribui para a descredibilização dos argumentos opostos e cria um tom provocador.

Apela à tradição insistindo na valorização da língua como um sistema consolidado e coerente, que não deveria ser alterado de forma arbitrária o que gera uma impressão de estabilidade e autoridade no discurso.

Apresenta exemplos de frases para ilustrar a complexidade e a artificialidade da linguagem neutra. Este recurso permite ao leitor visualizar os potenciais desafios práticos dessas novas formas.

O autor sugere que a língua é um património cultural e que a sua transformação abrupta pode ser interpretada como uma ameaça à identidade linguística portuguesa.

Com um discurso eficaz que reside na combinação entre a persuasão racional (baseada na clareza e na eficiência da comunicação) e a persuasão emocional (recurso à identidade cultural e à tradição linguística).

Com a indignação bem calibrada e a ironia afiada como um bisturi, Pacheco Pereira interroga-se sobre a real necessidade desta revolução linguística e sentencia, com a autoridade de quem já viu modas virem e irem, que à linguagem inclusiva "falta pragmatismo e pertinência". De facto, que melhor argumento contra a transformação da língua do que a constatação de que sempre falámos assim e, convenhamos, o mundo continua a girar?

Mas o autor não se limita a questionar a utilidade da linguagem inclusiva, pois anota que vê nela algo muito mais sinistro. Como um detetive que segue as pistas de um grande complô, descobre uma ligação inegável entre esta obsessão por palavras neutras e um vilão já bem conhecido: o imperialismo cultural americano. Sim, porque, ao que parece, a necessidade de dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados não nasce de qualquer dinâmica social interna, mas sim de uma imposição externa, um cavalo de Troia linguístico vindo das terras do Tio Sam, onde a cultura se exporta como *fast food*.

A sátira atinge o seu auge quando Pacheco Pereira decide descredibilizar os defensores da linguagem inclusiva, lançando mão de um argumento que, pela sua originalidade, merece aplausos: "Este surto de identidades vai ao ponto de também haver 'trans espécies'". Se a ideia era demonstrar que a inclusão linguística é um absurdo, nada como esticar o raciocínio até ao ponto de sugerir que, se continuarmos por este caminho, em breve teremos golfinhos a exigir pronomes próprios.

E como qualquer bom orador sabe, nada como apelar ao medo para consolidar uma posição. O autor pinta o cenário distópico que nos aguarda se a linguagem inclusiva continuar a sua marcha triunfal: uma sociedade em que a censura impera, onde as palavras são policiadas e onde a pureza linguística é imposta como um novo dogma. "Como se fosse possível ter uma linguagem sanitariamente pura", ironiza, com um toque quase poético, deixando no ar a imagem de um futuro onde a gramática é vigiada com o mesmo zelo que outrora se queimavam livros.

Mas Pacheco Pereira não se limita a apontar o problema —posiciona-se como o último bastião da liberdade de expressão contra este avanço avassalador do politicamente correto. Com uma piscadela de olho a Orwell, alerta para os perigos de uma língua controlada por forças obscuras: "É mais do domínio orwelliano, ou seja, das ditaduras do que das democracias." A implicação é clara: hoje é a linguagem inclusiva, amanhã estaremos todos de uniforme, marchando em fila ao som de um vocabulário aprovado pelo Ministério da Verdade.

O artigo, escrito num tom claramente sarcástico e provocador, não esconde a sua intenção: ridicularizar a linguagem inclusiva, desacreditar os seus defensores e alertar um público conservador para os perigos iminentes desta nova cruzada linguística. No fundo, o que está em jogo não é apenas a forma como falamos, mas uma batalha maior pelo controlo do discurso e, por extensão, da própria sociedade. Para Pacheco Pereira, a linguagem inclusiva não passa de um artifício, uma imposição artificial que, longe de promover a igualdade, apenas serve para criar divisões e alimentar uma máquina censória que ameaça os alicerces da liberdade de expressão.

A conclusão é inequívoca: a linguagem, esse campo aparentemente neutro, tornou-se um dos maiores campos ideológicos de batalha do nosso tempo. E se há algo que este artigo nos ensina, é que, no jogo da política e da cultura, nem mesmo as palavras escapam à luta pelo poder.

2. Artigo de Joana Cabral

Jornal Público, 14 de Julho de 2022, por Joana Cabral.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.publico.pt/2022/07/14/opiniao/opiniao/categorias-nao-excluem-aumentamos-2013551>

Joana Cabral, psicóloga, docente universitária e dirigente do SOS Racismo, defende a necessidade de adotar uma linguagem inclusiva como forma de combater desigualdades estruturais relacionadas à heteronormatividade, ao patriarcado e ao colonialismo. O seu texto insere-se num debate polémico, frequentemente polarizado, sobre a forma como a linguagem influencia e reflete dinâmicas de poder. O tema da linguagem inclusiva tem sido alvo de resistências, muitas vezes justificadas com argumentos de tradição linguística ou de suposta neutralidade do masculino genérico, mas a autora contrapõe que a linguagem nunca é neutra e que o modo como falamos influencia a forma como pensamos e estruturamos a sociedade.

A argumentação de Cabral assenta numa base histórica e científica, mobilizando factos para demonstrar que as normas linguísticas não são imutáveis, mas sim construções sociais que refletem e perpetuam relações de poder. Ao referir o impacto do colonialismo europeu e ao citar estudos que desmontam preconceitos biológicos e patriarcais, a autora desconstrói a ideia de que as estruturas linguísticas são naturais ou inevitáveis. A sua abordagem remete para a análise do discurso, pois examina não só o que é dito, mas também as intenções e os efeitos que determinadas escolhas linguísticas produzem.

No seu texto, a autora apela ao raciocínio lógico ao questionar os argumentos usados contra a linguagem inclusiva, desafiando a ideia de que a flexibilidade linguística implica uma restrição da liberdade de expressão: "Que sentido faz que mais moldes criem menos liberdade?". Através do uso de perguntas retóricas, convida os leitores a refletir criticamente sobre o carácter normativo da linguagem e a forma como esta pode invisibilizar ou legitimar determinadas realidades sociais. A autora não se limita a expor factos, mas procura desmontar pressupostos enraizados, evidenciando o modo como a linguagem reforça desigualdades estruturais.

Além da argumentação racional, Joana Cabral recorre também a apelos emocionais, denunciando tanto a violência simbólica como a violência física exercida contra identidades marginalizadas. Ao afirmar que "A estranheza e a iliteracia a respeito de

tudo o que está além da heteronormatividade são generalizadas", destaca como a falta de familiaridade com realidades que escapam às normas dominantes gera resistência e exclusão. Aqui, a análise do discurso revela a importância das emoções na comunicação: o reconhecimento da experiência de sofrimento e marginalização contribui para mobilizar a empatia e reforçar a urgência da mudança social.

A autora também se posiciona de forma pragmática ao afirmar a sua autoridade no discurso: "Ponto prévio: usarei o feminino como a opção de linguagem inclusiva". Ao fazê-lo, assume claramente um compromisso ético e político, recusando a suposta neutralidade e reivindicando um discurso que torne visíveis grupos historicamente excluídos. Esta escolha não é apenas simbólica; insere-se numa estratégia discursiva que evidencia como a linguagem pode ser um instrumento de poder ou de resistência.

Ao longo do texto, Joana Cabral utiliza argumentos centrados na desconstrução de normas patriarcais e coloniais, reforçando a ideia de que a linguagem inclusiva não é uma questão meramente gramatical, mas sim uma ferramenta para a transformação social. Conclui enfatizando que a mudança é um dever coletivo e que o questionamento das normas estabelecidas não representa uma ameaça, mas antes uma oportunidade para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

3. Artigo de Cristina Roldão

Jornal Público, 22 de Julho de 2022, por Cristina Roldão.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.publico.pt/2022/07/21/opiniao/opiniao/debate-torno-linguagem-inclusiva-2014431>

O artigo de Cristina Roldão critica a visão conservadora sobre linguagem inclusiva, argumentando que ela é uma ferramenta fundamental para a luta por igualdade socioeconómica e racial.

A autora utiliza referências históricas e marxistas para demonstrar como categorias sociais moldaram desigualdades: "Parte da fortuna da burguesia portuguesa deve-se às condições privilegiadas de exploração."

Expõe contradições do discurso conservador, como a defesa de liberdade de expressão seletiva.

Apela à injustiça histórica sofrida por negros, ciganos e LGBTQIA+: "Renomear e ressignificar é parte desses combates políticos."

Usa exemplos concretos, como o assassinato de Alcindo Monteiro, para ilustrar os efeitos do racismo.

Cristina Roldão constrói a sua autoridade discursiva ao recorrer a conhecimentos de história, sociologia e marxismo, enquadrando a sua posição dentro de um quadro teórico sólido que lhe permite desmontar argumentos conservadores sobre a linguagem inclusiva e as questões sociais associadas. A sua abordagem não se limita à defesa de uma mudança linguística; pelo contrário, insere essa transformação num debate mais amplo sobre desigualdades estruturais, expondo como a linguagem reflete e perpetua relações de poder.

O seu texto posiciona-se num espaço de confronto com os *opinion-makers* que rejeitam a necessidade de mudança, denunciando a hipocrisia e as incoerências dos seus discursos. Ao criticar figuras públicas que adotam uma postura ostensivamente progressista mas que, na prática, reproduzem lógicas conservadoras, Roldão desmonta o mecanismo retórico que permite a certos intelectuais manter uma fachada de neutralidade enquanto defendem o status quo.

No desenvolvimento da sua argumentação, a autora apresenta o tema de forma clara e incisiva, criticando o conservadorismo que resiste à evolução da linguagem e das estruturas sociais. Para Roldão, a relevância da linguagem inclusiva não se esgota na esfera simbólica, mas tem implicações diretas na forma como concebemos identidades, pertencimento e direitos sociais. A sua abordagem não se limita a uma perspetiva linguística, pois interliga a questão da inclusão com desigualdades socioeconómicas, sublinhando que as opressões não operam isoladamente, mas antes em conjunto.

Este enquadramento leva-a a enfatizar a necessidade de alinhar anticapitalismo, antirracismo e anticolonialismo, recusando qualquer visão fragmentada das lutas sociais. A autora denuncia a incoerência de quem defende causas progressistas, mas ignora a interseccionalidade das opressões, destacando como certas críticas à linguagem inclusiva surgem de um medo infundado de perda de privilégios. A sua análise inscreve-se, assim, numa visão estrutural das desigualdades, onde a linguagem é tanto um reflexo como um instrumento de poder.

O seu texto adquire um tom mais combativo ao responder diretamente ao artigo de José Pacheco Pereira, não apenas refutando os argumentos do autor, mas também apontando para o carácter pessoal e agressivo da sua crítica. Roldão não hesita em responder na mesma moeda, utilizando alguma agressividade verbal para expor o privilégio subjacente à indignação do autor: "O quão sintomático é que um homem branco cisgénero e heterossexual se sinta oprimido". Esta escolha discursiva é deliberada e estratégica, pois ao inverter a lógica da vitimização, a autora sublinha a ironia de um grupo historicamente dominante reclamar opressão num contexto de reivindicação de direitos para grupos marginalizados.

A análise do discurso aqui é fundamental para compreender as estratégias retóricas de Roldão. O uso do sarcasmo e da provocação não é meramente gratuito, mas visa desestabilizar a narrativa tradicional onde a mudança social é vista como uma ameaça em vez de uma necessidade. A pragmática do seu discurso revela uma intenção clara: não apenas rebater os argumentos contrários, mas também expor a forma como certas figuras públicas moldam a opinião pública recorrendo a falácias e alarmismo moral.

No final do seu texto, Cristina Roldão reforça a ideia de que a linguagem inclusiva não é uma questão de moda ou capricho académico, mas uma ferramenta de transformação social inserida num combate mais amplo contra o racismo, o colonialismo e a exploração económica. A sua abordagem não procura apaziguar o debate, mas sim confrontar diretamente aqueles que resistem à mudança, evidenciando como essa resistência é, em última instância, uma defesa dos privilégios históricos.

4. Crónica de Ricardo Araújo Pereira

(Crónica publicada na *VISÃO* 1302, de 15 de fevereiro de 2018) conteúdo só disponível *online* para assinantes, por Ricardo Araújo Pereira

Artigo recolhido em 25 de Fevereiro de 2024

A crónica de Ricardo Araújo Pereira parodia o debate sobre linguagem inclusiva, adotando um tom humorístico para evidenciar as dificuldades práticas da sua implementação. Como é característico do seu estilo, o autor não se posiciona frontalmente contra ou a favor da causa, mas recorre à ironia para expor as contradições e excessos que, na sua perspetiva, marcam este debate. A sua abordagem humorística insere-se numa tradição de comentário social onde a sátira funciona como ferramenta crítica, permitindo-lhe questionar dogmas de ambos os lados da discussão.

O autor explora sobretudo dificuldades gramaticais para ilustrar a inviabilidade prática da linguagem inclusiva em determinados contextos. Através de exemplos concretos, como a questão de reformular frases simples – "Como tornar inclusiva a frase 'O João e a Maria foram juntos ao cinema'?" – evidencia as complicações que surgem quando se tenta adaptar a estrutura da língua portuguesa a um modelo que rejeita o masculino genérico. Este tipo de argumentação, sustentado em exemplos quotidianos, aproxima o texto do leitor comum, tornando a crítica mais acessível e eficaz.

O uso do humor e da ironia não é apenas uma estratégia estilística, mas também um meio de provocar empatia e envolver o leitor. O autor brinca com a variação linguística regional, como se observa na frase: "Os algarvios e as algarvias sempre foram inclusivos e inclusivas, mesmo sem o saberem", numa clara alusão ao falar característico do sul do país. Esta escolha discursiva não é inocente: ao destacar uma forma de variação linguística já existente, sugere que a inclusão linguística pode surgir naturalmente, sem necessidade de imposições formais.

Apesar do tom satírico, RAP procura apresentar-se como uma voz moderada e crítica, evitando cair numa rejeição categórica da linguagem inclusiva. Expressões como

"Podem dizer que também sonham com uma sociedade mais igual mas menos ridícula" reforçam a ideia de que não está contra a igualdade, mas sim contra o que considera ser uma abordagem excessivamente rígida e, em certos casos, caricata. A sua crítica centra-se, portanto, não tanto no princípio da inclusão, mas na forma como este é aplicado na linguagem, sugerindo que uma adoção demasiado mecânica pode acabar por prejudicar a própria causa.

Ao longo do texto, o autor utiliza estratégias retóricas que reforçam o tom humorístico e a crítica implícita. Um dos recursos mais evidentes é a repetição intencional do masculino e do feminino em expressões como "caros e caras leitores e leitoras". Esta escolha estilística gera um efeito duplo: por um lado, evidencia a complexidade e o esforço necessários para garantir uma linguagem totalmente inclusiva; por outro, acrescenta um elemento de comicidade, tornando a leitura deliberadamente mais difícil e artificial. Ao exagerar este uso, RAP satiriza o próprio conceito, levando o leitor a questionar até que ponto a repetição exaustiva é uma solução viável para garantir maior inclusão.

Apesar da crítica, o autor sugere um tom conciliador, enfatizando a necessidade de um equilíbrio entre inclusão e simplicidade linguística. A sua abordagem não nega a importância das questões de género na linguagem, mas propõe uma reflexão sobre os limites da mudança e os potenciais efeitos adversos de uma aplicação excessivamente rígida. Em última instância, a crónica funciona como um convite à ponderação: ao ridicularizar certos aspetos do debate, incentiva o leitor a encontrar um ponto intermédio entre a tradição e a inovação linguística.

5. Artigo de Afonso Reis Cabral

Jornal de Notícias, 27 de julho de 2021, artigo por Afonso Reis Cabral.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024

<https://www.jn.pt/opiniao/afonso-reis-cabral/gabinete-de-curiosidades-13981174.html/amp/>

O artigo³ de Afonso Reis Cabral rejeita a linguagem inclusiva, classificando-a como uma "corruptora" da língua, um desvio forçado das normas linguísticas que, segundo o autor, não reflete o uso real da população. A sua posição assenta num discurso conservador, onde a língua deve ser preservada na sua forma tradicional, sem interferências ideológicas. Ao longo do texto, argumenta que a linguagem inclusiva carece de aceitação popular, sugerindo que se trata de uma imposição artificial promovida por círculos restritos. Esta linha de raciocínio evidencia uma crítica mais ampla à percepção de que certas mudanças linguísticas resultam de uma agenda elitista, desconectada da realidade quotidiana.

O autor sustenta a sua posição através de um argumento de autoridade baseado no uso comum da língua, defendendo que a transformação linguística deve ocorrer de forma orgânica, acompanhando a evolução espontânea da sociedade. A frase "Fora da tal clique, ninguém fala ou escreve assim." reforça esta ideia, contrapondo o que considera ser uma tentativa de imposição de uma minoria ativista ao que define como a prática linguística do povo. Com esta afirmação, procura estabelecer um contraste entre uma elite intelectual, promotora da linguagem inclusiva, e a maioria da população, que supostamente rejeita ou ignora essa mudança.

A sua argumentação apoia-se fortemente na tradição e na simplicidade, apresentando a linguagem inclusiva como um desvio desnecessário e confuso. A frase "Uma corrupção disparatada da língua que não serve a ninguém." ilustra essa visão, recorrendo a uma formulação categórica que enfatiza a percepção de inutilidade e artificialidade da mudança. Esta escolha discursiva revela uma estratégia retórica comum em debates sobre língua e identidade: associar novas formas linguísticas à degradação ou destruição do idioma, conferindo à sua defesa da norma tradicional um tom de resistência contra o que considera um exagero progressista.

Ao definir e criticar o termo "todes", o autor reforça a sua tese de que a linguagem inclusiva não apenas desvirtua a estrutura linguística, como também evidencia a desconexão entre a elite cultural e a população. Para Cabral, a introdução de termos

³ O nome dado a esta monografia inspirou-se neste artigo de Afonso Reis Cabral sobre o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo.

neutros não responde a uma necessidade real, mas antes a um desejo de afirmação ideológica por parte de determinados grupos. O seu argumento assenta na ideia de a linguagem inclusiva não preenche qualquer lacuna comunicativa, pois o masculino genérico já desempenha essa função. Ao defender esta perspetiva, posiciona-se ao lado de outros críticos da mudança linguística, que veem nas propostas inclusivas um excesso sem fundamento prático.

A análise do discurso revela que o autor se apresenta como um defensor do pragmatismo e da língua popular, procurando distanciar-se de qualquer influência académica ou militante. A sua retórica reforça a ideia de que as normas linguísticas devem ser ditadas pelo uso espontâneo e não por intervenções externas, uma posição que encontra eco em setores conservadores da sociedade. No entanto, esta visão ignora que a evolução da língua não ocorre apenas de forma orgânica, mas também através de mudanças impulsionadas por fatores sociais e políticos.

Do ponto de vista pragmático, a argumentação de Afonso Reis Cabral apela a um público que valoriza a estabilidade da língua e desconfia de alterações vistas como imposições culturais. A sua crítica insere-se numa narrativa mais ampla de resistência ao que considera ser uma reformulação excessiva do discurso público, um fenómeno que associa a uma elite progressista desconectada do cidadão comum. Assim, ao rejeitar a linguagem inclusiva, não apenas se opõe a uma mudança linguística, mas também desafia o que percebe como uma tentativa de reconfiguração ideológica da comunicação.

Em suma, o artigo de Afonso Reis Cabral não se limita a questionar a viabilidade da linguagem inclusiva, mas constrói um discurso em defesa da tradição, do pragmatismo e da autonomia do uso linguístico popular. A sua abordagem assenta numa clara divisão entre elites e povo, onde a resistência à mudança é apresentada como uma salvaguarda da autenticidade linguística. Através desta estratégia, reforça a ideia de que a língua pertence àqueles que a falam diariamente e não a grupos específicos que procuram moldá-la segundo critérios políticos.

6. Livro *No Meu Bairro*

No Meu Bairro

As diferenças que unem: um livro sobre inclusão e diversidade

Lúcia Vicente, Tiago M.

⁴Nuvem de Letras, 2023 1K 110 0 0 110

O artigo em análise apresenta a obra infantil *No Meu Bairro* como um exemplo de literatura que procura promover inclusão e diversidade, recorrendo a uma linguagem neutra. Esta abordagem insere-se num movimento mais amplo de adaptação da linguagem para refletir debates contemporâneos sobre género e identidade, especialmente no contexto da literatura infantil. A escolha de uma narrativa que incorpora estratégias linguísticas mais inclusivas demonstra um esforço deliberado para normalizar discursos que tradicionalmente foram marginalizados, tornando a diversidade uma parte integrante do universo infantil.

Um dos aspetos centrais discutidos no artigo é a introdução do sistema ELU (Escrita de Linguagem Universal), apresentado no rodapé do livro como uma ferramenta para tornar a linguagem mais neutra. Esta estratégia, ainda pouco comum no panorama editorial infantil, reflete uma tentativa de equilibrar inovação e acessibilidade, minimizando resistências ao uso de novas formas linguísticas. A presença do sistema no rodapé, em vez de ser integrada diretamente no corpo do texto, sugere uma abordagem cautelosa, que procura evitar um choque imediato com leitores menos familiarizados com a linguagem inclusiva. Este detalhe revela uma dimensão pragmática na implementação da mudança, optando-se por um formato que introduz a novidade sem afastar leitores que possam sentir resistência a alterações linguísticas mais radicais.

A autora do artigo apresenta a obra como parte de um compromisso educativo mais vasto, no qual a diversidade é abordada como um elemento essencial do processo pedagógico. Esta perspetiva reforça a ideia de que a educação não se limita à transmissão de conhecimentos tradicionais, mas deve também incluir a sensibilização

⁴ Em traços gerais, o sistema ELU, para marcar o género neutro, usa o neopronome “elu(s)” em lugar de ele(s)/ela(s), adota o sufixo “-e” em vez dos sufixos -o/-a e faz a flexão no plural com o sufixo “-es” em vez de -os/-as.

para questões sociais emergentes. Ao recorrer a excertos do próprio livro, a autora ancora o seu discurso na prática, demonstrando como as estratégias inclusivas se materializam na narrativa. Esta escolha não só confere maior credibilidade ao argumento, como também permite que o leitor compreenda concretamente o impacto da linguagem inclusiva na construção da história e das personagens.

Contudo, o texto também reconhece as limitações desta abordagem. Apesar da intenção de inclusão, a aplicação pontual do sistema ELU pode indicar um receio de rejeição generalizada, refletindo a tensão entre inovação e aceitação pública. Esta hesitação sugere que, embora haja um esforço para tornar a literatura infantil mais inclusiva, existe também uma consciência dos desafios que tal mudança enfrenta. A resistência à linguagem neutra, muitas vezes justificada com argumentos sobre complexidade ou artificialidade, pode levar a uma implementação cautelosa, limitando o impacto da proposta.

Do ponto de vista da análise do discurso, o artigo equilibra a defesa da inclusão com um reconhecimento das dificuldades práticas da sua aplicação. Ao invés de adotar uma postura radical, a autora enfatiza a importância de um processo gradual, que permita uma maior aceitação social. Este posicionamento evita uma polarização excessiva e abre espaço para um debate mais construtivo sobre a evolução da linguagem na literatura infantil.

Pragmaticamente, a escolha de integrar a linguagem neutra num espaço secundário do livro, como o rodapé, demonstra uma estratégia de adaptação ao contexto sociocultural atual. Este modelo permite que a obra funcione como um ponto de entrada para a reflexão sobre inclusão, sem alienar leitores ou mediadores educativos que possam sentir desconforto com mudanças mais drásticas. No entanto, essa mesma estratégia pode ser vista como um compromisso que reduz a eficácia do propósito inclusivo, na medida em que mantém a norma tradicional no corpo do texto, relegando a inovação para uma posição periférica.

O texto sugere que *No Meu Bairro* representa um avanço no caminho para uma literatura infantil mais representativa e diversa, mas evidencia também os desafios inerentes a essa transformação. A adoção de novas formas de linguagem enfrenta

resistências e exige um equilíbrio entre inovação e aceitação social. Ao analisar essa tensão, o artigo contribui para uma reflexão mais ampla sobre o papel da literatura infantil na construção de valores e identidades, sublinhando que a inclusão não é apenas uma questão linguística, mas também um processo social e cultural em constante negociação.

7. Página SOS Racismo

Página oficial da associação SOS Racismo, em 26 de Setembro de 2023.

Recolhido em 21 de fevereiro de 2024

O comunicado da SOS Racismo denuncia os atos de violência e intolerância ocorridos durante a apresentação do livro infantil *No meu bairro*, promovendo a defesa da linguagem inclusiva e reforçando o compromisso com valores de igualdade e respeito. O texto insere-se num debate atual sobre inclusão, diversidade e liberdade de expressão, num momento em que práticas como a linguagem inclusiva enfrentam resistência de setores mais conservadores.

Organizado de forma lógica e persuasiva o comunicado contextualiza o evento e apresenta o livro como uma iniciativa relevante, tanto pelos seus temas (racismo, identidade de género, ativismo, etc.) quanto pela adoção da linguagem neutra baseada no Sistema ELU; relata com detalhe o protesto ocorrido, destacando a violência verbal e o comportamento intimidatório dos manifestantes, o que interrompeu o evento, condenando as ações dos manifestantes, situando-as como parte de uma narrativa maior de intolerância e resistência à inclusão, reiterando o compromisso com a inclusão, reforça a importância da linguagem neutra e a necessidade de enfrentar a violência e o silenciamento.

O texto apela com eficácia à emoção do leitor, utilizando palavras como violência, opressão, intimidação e censura que despertam a indignação do leitor, utiliza testemunhos da escritora, do ilustrador e de várias pessoas presentes no evento o que confere credibilidade e autenticidade ao comunicado. Constrói-se, ainda neste texto a polaridade bem e mal, estabelecendo campos opostos o da inclusão e respeito versus o da violência e intolerância.

8. Artigo de Clara Não

Artigo do semanário *Expresso* de 20 de fevereiro de 2023, por Clara Não
Recolhido em 27 de fevereiro de 2024.

O texto de Clara Não⁵ tem o objetivo de denunciar as desigualdades de género perpetuadas pelo uso do masculino genérico e argumentar a favor de uma linguagem inclusiva que contemple todas as identidades de género. O tema central defende que a língua, sendo um reflexo da sociedade, contribui para a exclusão de mulheres e pessoas não binárias, e que sua transformação é necessária para promover a igualdade e equidade.

A autora argumenta apelando à razão, utilizando referências bibliográficas (e.g., *Mulheres Invisíveis*, de Carolina Criado Perez, e *Women & Power*, de Mary Beard) para fundamentar os argumentos, exemplificando as consequências práticas do masculino genérico, como "mulheres com frio no escritório" devido à normatização térmica masculina e falhas científicas por falta de representação feminina nos estudos.

Aponta, também, dados históricos e culturais, desmistificando conceitos aceites, como o nascimento da democracia na Grécia antiga, porque esta excluía as mulheres, apela, ainda, à emoção, expondo exclusão histórica e atual das mulheres em áreas como desporto, ciência e política. Com uma linguagem enfática e provocadora "fatiazinha de privilégio" desperta indignação.

A autora estabelece autoridade ao demonstrar conhecimento profundo do tema e ao citar obras e estudos relevantes, a sua postura inclusiva e empática reforça a credibilidade e a conexão com os leitores. Questiona convenções linguísticas e desafia as ideias puristas de conservação da língua, dá exemplos concretos (e.g., o

⁵ Clara Não é ilustradora, ativista, feminista. Assume-se como uma mulher *queer*. Esclarecemos o significado de *Queer*", a partir da entrada do *iDicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]*, 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/queer>: "Relativo a uma identidade de género ou a orientação sexual que não é considerada tradicional, normativa ou maioritária (ex.: activismo queer; identidades queer)."

caso de Andy Murray e das conquistas femininas no desporto) mostram como a linguagem perpetua a invisibilidade feminina e situações do dia a dia, como a associação de profissões a estereótipos de género, tornam a argumentação acessível e prática.

Emprega ironia e humor para às mudanças linguísticas "façam um exorcismo a um dicionário atual" e desconstruir argumentos conservadores, num tom combativo, misturando linguagem informal com referências académicas, refletindo valores progressistas e feministas, propondo a linguagem como ferramenta de transformação social. rejeita hierarquias de género e privilegia a inclusão de identidades diversas, enfatizando a igualdade como princípio fundamental.

9. Artigo de Bernardo Mendonça

Artigo do jornal *Expresso* do dia 27 de julho de 2024, por Bernardo Mendonça
Recolhido em 14 -de dezembro de 2024

A campanha da Direção-Geral da Saúde (DGS) gerou um intenso debate público, refletindo as tensões existentes em torno da linguagem inclusiva e do seu uso em contextos institucionais. A controvérsia surgiu devido à escolha do termo "pessoas que menstruam" numa comunicação oficial, levando a uma polarização ideológica sobre a adequação e a necessidade desta terminologia. O autor da crónica analisa criticamente a repercussão da campanha, questionando, logo no início, "as várias vidas de certas polémicas". Esta expressão sugere que determinadas questões, apesar de terem fundamentos técnicos ou científicos, são repetidamente reativadas no espaço mediático devido a interesses políticos ou socioculturais.

No desenvolvimento da sua argumentação, o autor contrapõe a crítica política à campanha com evidências científicas e testemunhos de especialistas, como a médica Lisa Vicente. Ao recorrer a fontes credíveis da área da saúde, reforça a validade do termo utilizado pela DGS, sublinhando que a escolha linguística não resulta de uma imposição ideológica, mas sim de um esforço para descrever realidades médicas de forma mais precisa e abrangente. Esta estratégia retórica procura desarmar

argumentos baseados em percepções subjetivas ou preconceitos, demonstrando que a terminologia inclusiva pode ter um fundamento técnico e não apenas político.

A controvérsia gerada pelo termo “pessoas que menstruam” não é apenas uma questão linguística, mas um reflexo das dificuldades de normalização da linguagem inclusiva em contextos institucionais. O uso deste tipo de terminologia por organismos públicos desafia convenções estabelecidas e levanta questões sobre até que ponto as instituições devem adaptar a sua comunicação a mudanças sociais. O debate revela, assim, não só resistências à evolução da linguagem, mas também as divisões ideológicas subjacentes às discussões sobre género e identidade.

Ao longo do texto, o autor confronta diretamente percepções baseadas em preconceitos, contrastando-as com uma abordagem científica e empírica. Esta estratégia argumentativa evidencia como certas reações à linguagem inclusiva são moldadas por discursos políticos e culturais, em vez de resultarem de uma análise racional dos factos. O autor expõe, assim, a forma como a retórica política e a resistência à inclusão linguística operam para estabelecer divisões sociopolíticas, transformando um debate técnico num campo de batalha ideológico.

A análise do discurso revela que a polémica não se resume a uma divergência sobre terminologia, mas reflete disputas mais amplas sobre representação e identidade. A oposição ao termo "pessoas que menstruam" insere-se num quadro discursivo conservador que vê a linguagem inclusiva como uma ameaça a categorias identitárias tradicionais. Por outro lado, os defensores da inclusão argumentam que a terminologia médica deve ser ajustada para reconhecer a diversidade das experiências de género, evitando excluir grupos que não se identificam com as definições convencionais.

Pragmaticamente, o debate em torno da campanha da DGS ilustra os desafios da implementação da linguagem inclusiva em comunicações institucionais. O uso de terminologia neutra pode ser visto como um passo em direção a uma maior inclusão, mas também pode gerar resistência entre setores da sociedade que interpretam essa mudança como uma imposição ideológica. Esta tensão demonstra que a transformação da linguagem não ocorre apenas a nível técnico, mas envolve negociações sociais e políticas que determinam o que é aceite como norma.

Resumidamente, o texto sublinha que a polémica em torno da campanha da DGS vai além da escolha de palavras: trata-se de um confronto entre diferentes visões do papel da linguagem na sociedade. Enquanto alguns defendem a adaptação da terminologia para melhor representar a diversidade, outros veem essa mudança como uma concessão desnecessária a uma agenda progressista. O autor, ao recorrer a dados científicos e testemunhos especializados, procura desmistificar a ideia de que a inclusão linguística compromete a clareza comunicativa, argumentando que, pelo contrário, pode contribuir para uma representação mais precisa e justa da realidade.

IV. Corpus Discurso oficial

1. Manual de linguagem inclusiva do CES recolhido em 25 de fevereiro de 2024

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/12-Manual-de-Linguagem-Inclusiva-CES.pdf>

2. Manual de linguagem inclusiva do Parlamento Europeu (2018) recolhido em 25 de fevereiro de 2024

https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf

Os manuais analisados têm como principal objetivo fornecer diretrizes práticas para a adoção de uma linguagem que respeite e inclua a diversidade de género, promovendo um uso linguístico mais inclusivo e alinhado com políticas institucionais de igualdade. Esta abordagem reflete um esforço crescente para integrar preocupações com representação e identidade na comunicação oficial, particularmente em organizações com influência normativa, como o Parlamento Europeu. Através da normalização de práticas linguísticas mais inclusivas, estes guias procuram estabelecer um padrão de referência para diversas instituições e contextos profissionais.

Os documentos analisados apresentam regras claras e aplicáveis, tornando a linguagem inclusiva acessível a utilizadores que não estejam familiarizados com o tema. Entre as estratégias sugeridas encontram-se o uso de pronomes neutros, a substituição de expressões tradicionalmente marcadas pelo género e a introdução de sufixos alternativos que permitam uma maior neutralidade. Estas diretrizes são formuladas de forma a facilitar a sua implementação, demonstrando como pequenas adaptações podem ter um impacto significativo na promoção da inclusão. A

praticidade das sugestões reflete uma preocupação com a aplicabilidade real das mudanças, evitando recomendações excessivamente complexas que possam dificultar a adoção generalizada das normas propostas.

Além da clareza e aplicabilidade, os guias reforçam a sua legitimidade ao associarem-se a instituições de prestígio reconhecidas internacionalmente, como o Conselho Económico e Social (CES) e o Parlamento Europeu. Esta estratégia discursiva confere maior autoridade às diretrizes expostas, afastando a perceção de que a linguagem inclusiva é apenas uma iniciativa ideológica ou militante. Ao vincular estas práticas a organismos reguladores e entidades influentes na formulação de políticas públicas, os manuais legitimam a inclusão linguística como um imperativo institucional e normativo, e não apenas como uma escolha individual ou de determinados grupos.

A visão promovida pelos manuais é harmonizada e coerente, apresentando a inclusão como um elemento essencial da modernidade e do progresso social. A argumentação subjacente sugere que a evolução da linguagem deve acompanhar as transformações sociais e políticas, garantindo que todas as identidades sejam representadas de forma equitativa na comunicação institucional. Esta abordagem insere-se numa tendência global de adaptação das normas linguísticas para melhor refletir a diversidade existente nas sociedades contemporâneas.

Do ponto de vista da análise do discurso, os manuais assumem uma perspetiva normativa, propondo a inclusão não apenas como uma opção, mas como um princípio fundamental para a construção de sociedades mais igualitárias. A linguagem é apresentada como um instrumento de mudança social, capaz de influenciar perceções e moldar realidades. A escolha de termos como "harmonização", "modernidade" e "progresso" reforça a ideia de que estas diretrizes não são apenas uma questão de correção política, mas sim um reflexo de uma sociedade em constante evolução.

A pragmática dos manuais revela uma preocupação estratégica com a implementação das mudanças propostas. Ao sugerirem soluções concretas e facilmente replicáveis, evitam uma abordagem prescritiva rígida, procurando antes incentivar uma transição gradual e adaptável a diferentes contextos. Esta flexibilidade é crucial para garantir

que a adoção da linguagem inclusiva não seja vista como uma imposição, mas como uma adaptação natural e funcional.

De forma sucinta, podemos concluir que os manuais analisados não se limitam a propor alterações linguísticas; na verdade, constituem um instrumento de sensibilização e orientação para um uso mais inclusivo da linguagem em contextos institucionais. Ao reforçarem a ligação entre inclusão e progresso, apresentam a linguagem neutra como uma evolução necessária para acompanhar os desafios contemporâneos da comunicação e da representação. A sua estrutura clara e a associação a instituições de referência garantem uma maior legitimidade ao discurso inclusivo, promovendo a sua aceitação e implementação progressiva em diferentes esferas da sociedade.

V. Corpus de discurso académico

1. Linguista Concepción Company Company

in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, Por Enrique Mendoza Hernández/Concepción Company Company 3 de abril de 2019

<https://ciberduvidas.iscteul.pt/artigos/rubricas/controversias/a-gramatica-nao-tem-sexo-nao-e-inclusiva-nem-exclusiva/3831#>

Consultado e recolhido em 17-02-2024

A linguista Concepción Company Company recorre ao seu conhecimento especializado para legitimar as suas afirmações sobre a resistência da gramática a mudanças promovidas por movimentos sociais contemporâneos. A sua argumentação assenta na ideia de que a estrutura gramatical das línguas românicas reflete convenções milenares, evoluindo ao longo do tempo de forma natural e independente de intervenções externas. Este posicionamento coloca-a em confronto direto com defensores da linguagem inclusiva, que advogam alterações na estrutura linguística como forma de combater desigualdades sociais.

Para sustentar a sua perspetiva, a autora cita estudos e apresenta o contexto histórico das línguas românicas, sublinhando que a gramática não é um reflexo direto de construções sociais ou de relações de poder. A sua análise diferencia claramente

idiomas com e sem marcação de género, argumentando que a desigualdade social não se deve à forma como a língua organiza os géneros gramaticais, mas sim a fatores culturais e históricos mais amplos. Assim, considera que a adaptação linguística não é uma solução eficaz para reduzir disparidades entre homens e mulheres, pois estas decorrem de dinâmicas estruturais que transcendem a gramática.

Um dos principais pontos da sua argumentação centra-se na morfologia das línguas românicas, incluindo o espanhol e o português, que classifica como arbitrária e não intencionalmente sexista. Segundo Company Company, a gramática não foi desenhada com o objetivo de privilegiar ou excluir determinados grupos, mas sim desenvolvida organicamente ao longo dos séculos, obedecendo a regras fonéticas, morfológicas e sintáticas que não resultam de uma agenda ideológica. Com esta abordagem, a autora desmonta a ideia de que a linguagem neutra ou inclusiva seria uma necessidade para combater discriminação, reforçando a noção de que a língua e a sociedade operam em esferas distintas, com ritmos e lógicas próprias.

A autora critica veementemente a imposição de soluções inclusivas, nomeadamente o uso de símbolos como @, x ou e, bem como desdobramentos como "todos e todas". Na sua visão, estas propostas são pouco práticas e elitistas, pois complicam a comunicação sem trazer benefícios tangíveis para a igualdade de género. A sua censura a estas inovações linguísticas baseia-se tanto em argumentos de funcionalidade – considerando que dificultam a leitura e a oralidade – como em argumentos de representatividade, ao sugerir que tais modificações são promovidas por círculos académicos ou ativistas desconectados do uso quotidiano da língua.

Ademais, Company Company reforça a ideia de que a gramática não deve ser alterada com fins ideológicos, uma vez que a evolução da linguagem ocorre de forma lenta e autónoma, sem depender diretamente de mudanças sociais imediatas. Segundo a autora, as transformações linguísticas não podem ser forçadas por decretos ou diretrizes institucionais, pois a aceitação popular e o uso espontâneo são os principais motores da mudança. Esta perspetiva sustenta-se numa visão da língua como um organismo vivo, que se adapta ao longo dos séculos conforme a necessidade dos

falantes, mas sem responder diretamente a agendas políticas ou movimentos de curto prazo.

Do ponto de vista da análise do discurso, a argumentação da autora insere-se numa narrativa conservadora sobre a linguagem, na qual a estabilidade gramatical é vista como uma garantia de coerência e funcionalidade comunicativa. A sua abordagem rejeita a ideia de que a linguagem pode ser um instrumento de transformação social direta, opondo-se à visão progressista que defende a adaptação do discurso como parte de um processo mais amplo de inclusão.

Pragmaticamente, a sua posição apela a uma audiência que valoriza a tradição e desconfia de intervenções externas na estrutura linguística. O seu discurso reforça a percepção de que a linguagem inclusiva pode representar um desvio artificial da norma estabelecida, potencialmente gerando confusão sem resolver as questões estruturais da desigualdade. Esta abordagem, ao enfatizar a resistência natural da língua a mudanças forçadas, apresenta a gramática como uma entidade autónoma que não deve ser manipulada com objetivos sociais ou políticos.

De forma veemente, a análise de Concepción Company Company desafia a visão da linguagem como um campo de batalha para reivindicações sociais, defendendo que a gramática deve ser preservada na sua forma tradicional e que as mudanças estruturais na sociedade não devem ser forçadas através de modificações artificiais na língua. Ao sublinhar a lentidão e a organicidade da evolução linguística, a autora reafirma a distinção entre linguagem e ideologia, sugerindo que a transformação social deve ocorrer primeiro a nível cultural e político, deixando que a língua se adapte naturalmente a essas mudanças ao longo do tempo.

2. Professor Carlos André

Post do Professor Carlos André em 13 de fevereiro de 2022

<https://www.facebook.com/profile/100047301743088/search/?q=Feminino>

Recolhido no dia 27 de fevereiro de 2024

O professor Carlos André⁶ analisa a questão do género gramatical na língua portuguesa a partir de uma perspetiva etimológica e linguística, rejeitando a necessidade de criar formas femininas para termos que, na sua origem, já são neutros. Um dos exemplos centrais da sua argumentação é a palavra presidente⁷, que explica como sendo um participio presente, ou seja, uma forma invariável que não está sujeita a flexão de género. Esta explicação fundamenta a sua tese de que não há necessidade de forçar a criação de variantes femininas como presidenta, uma vez que a forma original já se aplica a qualquer género.

Para ilustrar a inconsistência de se criar femininos desnecessários, o autor recorre a exemplos provocadores como “ouvintas” e “assistentas”, demonstrando que a tentativa de feminizar certas palavras pode resultar em formas artificiais que não respeitam a estrutura da língua. Com estes exemplos, Carlos André evidencia o risco de incoerência quando se altera a morfologia das palavras sem atender à sua etimologia e funcionamento gramatical. Esta abordagem reforça a sua posição de que as mudanças linguísticas devem obedecer a critérios internos da língua e não a motivações externas, nomeadamente ideológicas ou políticas.

O seu discurso apela à lógica e à coerência estrutural da língua, argumentando que as questões de igualdade de género não devem ser instrumentalizadas para justificar alterações arbitrárias na gramática. Para sustentar este ponto, sugere que a criação de formas como “presidenta” pode, paradoxalmente, reforçar desigualdades, pois enfatiza uma distinção entre masculino e feminino que não existia anteriormente. A sua crítica assenta na observação de que a imposição do sufixo -a para marcar o feminino pode acabar por cristalizar diferenças de género em vez de promover uma verdadeira igualdade linguística.

⁶ 'Carlos Manuel Bernardo Ascenso André (Monte Real, 2 de janeiro de 1953) é professor universitário e crítico literário português. Professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde obteve, em 1990, o seu doutoramento em Literatura Clássica, é um reconhecido homem das Letras e da Cultura em Portugal. É atualmente Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas e responsável pela Plataforma 9, Portal Cultural do Mundo de Língua Portuguesa.

⁷ A palavra "presidenta" está dicionarizada e atestada desde o século XVIII, aparecendo em obras como o Dicionário de Moraes (1789) e o Dicionário de Cândido de Figueiredo (1899). Gramaticalmente, segue o padrão de flexão de nomes terminados em "-ente", tal como "regente/regenta". Apesar disso, "presidente" continua a ser a forma mais comum. Fontes: Priberam (2024), Houaiss (2024), VOLP - Academia Brasileira de Letras (2024). De resto, a forma feminina "presidenta" já foi usada por escritoras como Clarice Lispector e Cecília Meireles.

No desenvolvimento da sua análise, Carlos André sublinha que o género gramatical não reflete diretamente desigualdade de género na sociedade. Esta afirmação contrapõe a ideia de que a língua precisa de ser reformulada para eliminar discriminação, defendendo, pelo contrário, que as estruturas gramaticais operam de forma autónoma em relação a fenómenos sociais. O autor alerta para o risco de que alterações forçadas na língua possam produzir efeitos contrários aos desejados, tornando a comunicação mais complexa sem necessariamente contribuir para uma maior inclusão ou equidade.

Na sua conclusão, o professor enfatiza que a evolução da língua é um processo natural e contínuo, mas deve ocorrer com prudência e em conformidade com os princípios linguísticos. A sua visão rejeita mudanças impulsionadas por agendas políticas ou sociais que não tenham um suporte sólido na gramática e na etimologia. Para ele, a transformação da linguagem deve ser orientada por um conhecimento profundo das regras do idioma, evitando distorções que comprometam a coerência interna do sistema linguístico.

Do ponto de vista da análise do discurso, Carlos André adota uma perspetiva normativa, defendendo que a gramática possui uma lógica própria que não deve ser moldada por pressões externas. A sua argumentação insere-se numa visão tradicionalista da língua, na qual a estabilidade das regras gramaticais é vista como essencial para a clareza e funcionalidade do discurso. Esta posição contrasta com visões progressistas que defendem a adaptação da linguagem para refletir mudanças sociais e culturais.

Pragmaticamente, o discurso do Professor Carlos André dirige-se a um público que valoriza a tradição linguística e vê com ceticismo tentativas de reformulação do idioma com fins ideológicos. A sua ênfase na necessidade de mudanças graduais e fundamentadas na estrutura interna da língua sugere uma postura cautelosa em relação à evolução linguística. A sua abordagem procura evitar uma rutura abrupta com as normas estabelecidas, propondo uma visão mais conservadora da mudança linguística, baseada na lógica gramatical e não em reivindicações externas.

Alicerçada no seu sólido conhecimento como classicista, a análise de Carlos André apresenta um argumento sólido contra a imposição de novas formas femininas em palavras que, estruturalmente, não necessitam dessa adaptação. A sua perspetiva sublinha a importância de compreender a gramática antes de se proceder a alterações, defendendo que a evolução da língua deve ocorrer de forma natural, respeitando a sua coerência interna. Ao rejeitar mudanças precipitadas e motivadas por razões extralinguísticas, reforça a ideia de que a gramática deve manter-se autónoma face a dinâmicas sociais e políticas, evoluindo de acordo com as necessidades dos falantes, mas sem comprometer a sua lógica e estabilidade.

3. Professor Fernando Pestana

Apontamento do professor e gramático brasileiro Fernando Pestana no mural *Língua e Tradição* (Facebook, 25/09/2023).

<https://www.facebook.com/linguaetradicao/posts/pfbid02t1hoxFA6iEVCWJmmrunm9eq3pQ2yk97Vfw7bESUeZHRYwsofYViQcVRzju6DNp71I>

Recolhido em

Na sua publicação, Fernando Pestana apresenta uma explicação didática dos conceitos básicos da gramática, focando-se na função dos pronomes *todos* e *todas* para clarificar os diferentes usos e implicações linguísticas. Com uma abordagem pedagógica, o autor procura desmistificar certas questões relacionadas com a linguagem inclusiva, evidenciando tanto os seus aspetos gramaticais como as motivações ideológicas que frequentemente a acompanham. A sua análise parte de uma perspetiva técnica, mas não ignora as dimensões sociais e políticas do debate, equilibrando a explicação normativa da gramática com uma reflexão sobre o impacto cultural das escolhas linguísticas.

No seu estudo, Pestana examina como a linguagem inclusiva pode ser empregada com intenções ideológicas, alertando para o risco de distorção da gramática. O autor enfatiza que a estrutura da língua portuguesa já possui mecanismos inclusivos e que não é necessário recorrer a construções artificiais para garantir representatividade. A sua posição crítica centra-se na imposição de mudanças que não respeitam a lógica

interna do idioma, argumentando que a gramática deve evoluir naturalmente, sem interferências externas que possam comprometer a sua coerência e funcionalidade.

No entanto, apesar da sua reserva em relação à imposição ideológica da linguagem inclusiva, Pestana reconhece o valor simbólico de expressões como "*todos e todas*", admitindo que podem desempenhar um papel relevante na visibilidade do gênero feminino. Esta perspectiva revela um equilíbrio entre o rigor linguístico e a compreensão da dimensão social da linguagem, sugerindo que, embora gramaticalmente desnecessária, a duplicação de gênero pode ter um impacto comunicativo significativo, especialmente em contextos onde a representação é uma preocupação central.

O professor destaca que a gramática portuguesa já contempla usos inclusivos, permitindo a inclusão sem necessidade de reformulações forçadas. Contudo, considera que expressões como "*todos e todas*" são uma forma de deferência, um gesto de cortesia que pode ser utilizado para enfatizar a inclusão, mas que não deve ser visto como obrigatório. A sua abordagem sublinha a importância da liberdade de escolha na comunicação, defendendo que ninguém deve ser censurado por optar por formas tradicionais como "*todos*", desde que não haja uma intenção excludente.

Na sua conclusão, Fernando Pestana reforça a ideia de que a linguagem reflete, mas não determina, a estrutura ideológica da sociedade. Esta afirmação coloca a língua como um espelho das transformações sociais, mas não como um motor direto da mudança. O autor sugere que as desigualdades estruturais devem ser combatidas através de políticas e ações concretas, e não apenas através da modificação da linguagem. Assim, a sua visão recusa tanto a rigidez extrema na defesa da norma tradicional quanto a imposição forçada de alterações que não tenham um fundamento linguístico sólido.

Do ponto de vista da análise do discurso, Pestana assume uma posição moderada, reconhecendo tanto as preocupações dos defensores da linguagem inclusiva quanto as críticas de quem rejeita mudanças artificiais na gramática. A sua abordagem pedagógica procura despolitizar o debate, concentrando-se nos aspetos técnicos da língua, mas sem ignorar a carga simbólica das palavras.

Pragmaticamente, o seu discurso apela à razoabilidade, defendendo que a linguagem pode ser utilizada de forma inclusiva sem necessidade de imposições ou reformas radicais. A sua posição sugere que o verdadeiro progresso na inclusão deve ocorrer através de mudanças estruturais na sociedade e não apenas por meio de ajustes na forma como comunicamos.

Em última instância, a análise de Fernando Pestana apresenta uma visão ponderada sobre a linguagem inclusiva, valorizando tanto a precisão gramatical quanto a importância do simbolismo linguístico. Ao reconhecer que a escolha das palavras tem impacto social, mas que a gramática não deve ser distorcida em função de agendas ideológicas, propõe um caminho intermédio que privilegia a clareza e a naturalidade da comunicação sem desconsiderar a necessidade de inclusão.

VI Corpus de Discursos das Redes Sociais

1. Publicação de Francisco Moita Flores

Página do Facebook de Francisco Moita Flores, em 3 de fevereiro de 2022

Post recolhido em: 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.facebook.com/moitaflores/photos/a.444787488872073/7684548831562533/>

A publicação de Francisco Moita Flores centra-se na defesa da palavra MÃE em oposição ao termo "pessoa lactente", numa reação veemente contra certas propostas de linguagem inclusiva. O autor adota um tom fortemente emotivo, recorrendo a uma linguagem carregada de simbolismo afetivo e cultural para destacar a importância da maternidade enquanto conceito profundamente enraizado na identidade e nos valores familiares. A sua abordagem não se limita a uma defesa linguística da palavra MÃE, mas insere-se num discurso mais amplo sobre tradição, identidade e resistência a mudanças que considera desumanizantes.

Para reforçar a sua posição, Moita Flores recorre a múltiplos recursos expressivos, entre os quais a ironia e a hipérbole, apresentando expressões como "pessoa lactente" como absurdas e distantes da realidade humana. O seu discurso procura

gerar indignação, sugerindo que estas mudanças são artificiais e impostas por agendas ideológicas que ignoram o valor simbólico e emocional das palavras. Ao enfatizar a suposta desumanização inerente a esta terminologia, o autor constrói uma narrativa de oposição entre tradição e inovação, colocando as propostas de linguagem inclusiva no campo do radicalismo exagerado.

A sua argumentação assenta também num forte apelo à tradição e à identidade cultural. A palavra MÃE é apresentada como um pilar fundamental da sociedade, carregado de significado emocional e histórico, cuja substituição seria um atentado à memória coletiva e aos valores familiares. Para Moita Flores, a linguagem não é apenas um meio de comunicação neutro, mas um veículo de identidade e continuidade cultural, sendo, por isso, inaceitável qualquer tentativa de reformulação que possa enfraquecer esse vínculo. Esta perspetiva insere-se numa visão conservadora da linguagem, onde a preservação de termos históricos e afetivos é vista como essencial para a estabilidade social.

Além da defesa dos valores tradicionais associados à maternidade, o autor critica aquilo que percebe como um radicalismo crescente nas propostas de linguagem inclusiva. A sua postura é marcada por uma profunda desconfiança em relação a estudos e diretrizes que promovem mudanças na forma como nos referimos a conceitos fundamentais como MÃE. Para Moita Flores, estas propostas são impulsionadas por elites académicas e grupos ativistas que, ao tentarem desconstruir conceitos profundamente enraizados, acabam por desumanizar as relações sociais. O seu discurso opõe-se frontalmente à ideia de que a linguagem deve ser adaptada para refletir novas conceções de identidade, argumentando que tal processo pode alienar a maioria da população e romper laços culturais essenciais.

A análise do discurso revela que o autor utiliza uma retórica emotiva e polarizadora, procurando mobilizar sentimentos de nostalgia e indignação para reforçar a sua posição. A escolha de palavras carregadas de simbolismo, como "pilar cultural intocável" e "valores profundamente arraigados", evidencia a intenção de dramatizar a ameaça percebida na linguagem inclusiva, apresentando-a como um ataque à estrutura social tradicional. Esta estratégia não apenas fortalece o seu apelo ao

público conservador, como também dificulta a possibilidade de diálogo com perspectivas mais progressistas sobre a evolução da linguagem.

Pragmaticamente, o discurso de Moita Flores alinha-se com uma visão tradicionalista da língua e da sociedade, na qual mudanças terminológicas são vistas com desconfiança e interpretadas como tentativas de reconfiguração ideológica. O autor não apenas rejeita as alterações propostas, como também sugere que estas têm um impacto negativo na forma como nos relacionamos com conceitos essenciais como maternidade, família e afeto. A sua posição reflete uma preocupação com a continuidade dos valores culturais, associando qualquer tentativa de mudança a um risco de perda de identidade coletiva.

Em suma, a publicação de Francisco Moita Flores não se limita a uma crítica linguística, mas insere-se num discurso mais vasto sobre a resistência a mudanças culturais percebidas como impostas. A sua argumentação rejeita alterações que possam ameaçar valores tradicionalmente associados à família e à maternidade, defendendo que a linguagem deve permanecer fiel às suas raízes e evitar distorções motivadas por agendas ideológicas. A sua abordagem, fortemente emotiva e conservadora, reforça a ideia de que certas palavras possuem um peso simbólico que não deve ser comprometido por reformulações linguísticas, sob pena de se perder uma parte essencial da identidade e da memória cultural.

2. Publicação de Jorge Pinheiro

Página do Facebook de Jorge Pinheiro, em 3 de fevereiro de 2022

Post recolhido em: 25 de fevereiro de 2024.

<https://www.facebook.com/jorge.pinheiro.100/posts/pfbid036eoDuwX7h8nPWT8wvLieFfQv47HWs2dR844TTaK5DfnERYGq2kvuwEZiyroAsAwxl>

A publicação de Jorge Rolando Pinheiro⁸⁹ tem como objetivo principal ridicularizar a adoção da linguagem inclusiva, questionando a sua validade e as suas implicações práticas. O autor apresenta uma visão fortemente crítica e satírica, sugerindo que as

⁹ Jorge Pinheiro é um utilizador da rede social *Facebook*, a sua publicação é relevante pelo seu conteúdo.

mudanças linguísticas promovidas pelos defensores da inclusão são desnecessárias, exageradas e até ilógicas. O seu discurso caracteriza-se por um tom desdenhoso e provocador, utilizando estratégias retóricas que enfatizam a suposta irracionalidade dos argumentos a favor da linguagem inclusiva.

Desde o início do texto, o autor procura desqualificar a proposta inclusiva, recorrendo a uma linguagem fortemente negativa. No parágrafo inaugural, usa o termo “idiotice”, um adjetivo agressivo que não só descredibiliza a proposta como também marca o tom geral da publicação. Ao evocar imagens como “fecharam os manicómios”, sugere que a lógica por trás da linguagem inclusiva é comparável a um pensamento irracional ou descontrolado. Esta associação procura estabelecer, desde o início, uma perceção de desvalorização, enquadrando a linguagem inclusiva como um produto do excesso e da insensatez.

A argumentação do autor baseia-se, em parte, na origem etimológica da palavra “virtude”, sugerindo que a sua construção histórica contradiz os princípios da linguagem inclusiva. A sua intenção é demonstrar que as tentativas de neutralizar a linguagem ignoram as bases linguísticas e históricas das palavras, sendo, portanto, artificiais e sem fundamento. Esta estratégia apoia-se num apelo à tradição linguística, implicando que a gramática e o vocabulário devem permanecer fiéis às suas origens e não ser moldados por reivindicações sociais contemporâneas.

O autor recorre à técnica do ridículo para reforçar a sua posição crítica. Um dos principais exemplos é a introdução do termo fictício “antropotude” como uma alternativa absurda a “virtude” que deve ser retirada porque perpetua o machismo sendo o seu étimo viril. Com esta construção satírica, insinua que a lógica subjacente à linguagem inclusiva é incoerente e despropositada, sugerindo que, se levadas ao extremo, essas mudanças levariam à criação de palavras completamente desnecessárias. Esta estratégia procura evidenciar o que considera ser a inconsistência e a falta de critério das propostas inclusivas, apresentando-as como um exercício de reformulação linguística sem sentido prático.

Além da crítica à lógica da linguagem inclusiva, o autor estabelece uma clara divisão entre “nós” (os racionais) e “eles” (os exagerados ou incoerentes). Esta estratégia

discursiva é comum em textos de carácter polarizador, pois reforça a identificação do leitor com a posição defendida pelo autor. Ao apresentar os defensores da linguagem inclusiva como um grupo irracional e excessivo, cria uma dicotomia que simplifica o debate e desvaloriza qualquer argumentação contrária.

Outro elemento irónico no texto é a substituição do termo “manicómio” por “hospício”, criticando, de forma sarcástica, a preocupação com o uso de palavras potencialmente ofensivas. Aqui, o autor sugere que a atenção dada à reformulação da linguagem é desnecessária e desproporcional, funcionando como uma distração de problemas mais concretos. Esta crítica alinha-se com discursos que rejeitam a linguagem inclusiva como uma preocupação superficial e elitista, afastada das reais necessidades da sociedade.

A linguagem do texto é simples e acessível, combinada com humor ácido e um tom desdenhoso, o que facilita a conexão emocional com um público que já partilha as mesmas críticas. Este estilo discursivo não pretende convencer opositores, mas sim reforçar a perspetiva dos leitores que veem a linguagem inclusiva como um exagero. O uso da sátira e do sarcasmo não apenas ridiculariza os argumentos favoráveis à inclusão linguística, mas também torna o discurso mais apelativo para um público que valoriza um tom crítico e irreverente.

Do ponto de vista da análise do discurso, a publicação de Jorge Rolando Pinheiro segue uma estratégia de descredibilização e simplificação do debate. Em vez de discutir os méritos ou limitações da linguagem inclusiva de forma analítica, opta por uma abordagem caricatural, onde a mudança linguística é apresentada como uma imposição absurda e irracional. Esta tática permite-lhe reforçar a sua crítica sem precisar de entrar em questões técnicas ou aprofundar a complexidade do tema.

Pragmaticamente, o texto serve como uma forma de mobilização contra a linguagem inclusiva, apelando a leitores que já sentem desconforto com a mudança e que veem nela um exagero desnecessário. O tom provocador e humorístico não apenas reforça essa perspetiva, como também desmotiva qualquer possibilidade de diálogo, já que o autor parte do princípio de que a proposta inclusiva não merece ser levada a sério.

Em última instância, a publicação de Jorge Rolando Pinheiro insere-se num discurso mais amplo de resistência a mudanças na linguagem, rejeitando-as como um produto de exageros ideológicos. A sua estratégia baseia-se na ironia, na hipérbole e na criação de cenários fictícios para ridicularizar o tema, reforçando uma visão conservadora e crítica das propostas inclusivas. Ao apresentar a linguagem inclusiva como uma distorção forçada da gramática, desconsidera os seus potenciais impactos sociais e culturais, priorizando uma abordagem sarcástica que reforça a perceção de que estas mudanças são desnecessárias e ilógicas.

3. Publicação de @newkidportugal

Post na rede social X do utilizador @newkidportugal

Recolhido em 26 de Fevereiro de 2024

A publicação do utilizador da rede social X, @KID, surge como uma resposta crítica ao artigo *do Expresso* assinado por Clara Não, utilizando uma combinação de texto e imagem para reforçar a sua posição. A escolha deste formato visual e textual reflete a dinâmica das redes sociais, onde a comunicação rápida e direta, muitas vezes através do humor ou da ironia, desempenha um papel central na formação da opinião pública.

O enunciado "Já não há forma de escapar disto?" funciona como uma pergunta retórica que estabelece um diálogo implícito com o público, sugerindo que a presença da linguagem inclusiva é excessiva e evitável. Esta formulação não apenas envolve o leitor ao insinuar um sentimento partilhado de frustração, como também contém uma crítica subentendida à transformação da linguagem. O uso da interrogação cria um efeito de proximidade com o auditório, levando-o a refletir (ou a concordar) com a ideia de que a linguagem inclusiva está a ser imposta de forma inescapável.

A publicação assume uma postura polarizadora, estruturando o debate nos termos de uma oposição rígida entre ganhar/perder, ou bem/mal, onde a adoção da linguagem inclusiva é vista como uma batalha cultural em que uma das partes prevalecerá sobre a outra. Este enquadramento reduz a complexidade do tema a um conflito direto entre grupos com visões inconciliáveis, reforçando a perceção de que a discussão sobre a

linguagem neutra ou inclusiva não é apenas uma questão linguística, mas também ideológica.

Além disso, a publicação destaca e critica o posicionamento ideológico de quem defende a linguagem inclusiva, sugerindo que a sua motivação vai além de uma simples questão de inclusão e tem implicações políticas e sociais mais vastas. Este tipo de discurso alinha-se com narrativas que apresentam a linguagem inclusiva como uma tentativa de reconfiguração da sociedade e da comunicação pública, muitas vezes interpretada como uma imposição artificial que desvirtua a língua natural.

A análise do discurso revela que a publicação de @KID não pretende argumentar de forma aprofundada sobre os méritos ou desvantagens da linguagem inclusiva, mas sim reforçar um sentimento de resistência e exasperação perante a sua crescente adoção. O tom implícito de ironia e desdém sugere que o autor não apenas rejeita a proposta de inclusão linguística, mas também considera absurda ou desnecessária a sua discussão.

Do ponto de vista pragmático, a publicação funciona como um apelo à comunidade que partilha da mesma visão crítica, incentivando a identificação coletiva através da expressão de frustração. A escolha de um tom breve e direto, aliado ao uso da imagem, favorece a viralização do conteúdo nas redes sociais, tornando-o facilmente partilhável e apelativo para quem já rejeita a linguagem inclusiva.

Por último, a publicação de @KID insere-se num debate polarizado sobre a linguagem, reforçando uma visão de resistência à mudança e questionando a legitimidade da inclusão linguística. O uso da pergunta retórica, do humor e da ironia serve não apenas para expressar uma posição, mas também para moldar a perceção e opinião do público sobre o tema, apresentando a linguagem inclusiva como um fenómeno imposto e excessivo.

4. *Reels* de Roberta Monzini

Reels da rede social Instagram do perfil de @robertateofilomonzini.

Recolhido em 27 de fevereiro de 2024.

https://www.instagram.com/p/Cvkg0_6t4Xk/?next=%2Foauth%2Fauthorize%2F%3Fclient_id%3D400ff79529614b828f626077a1186a50%26redirect_uri%3Dhttps%3A%2F%2Fwww.sohopathi.com%2Fapsl_instagram_check%26redirect_to%3Dhttps%3A%2F%2Fwww.sohopathi.com%2Fstaff%2F21324-100002072%2F%26scope%3Duser_profile%2Cuser_media%26response_type%3Dcode%26logger_id%3Ddf6b6308-bd0a-4816-9f01-61bc97825e05

O *Reels* da utilizadora @robertafilomonzini insere-se numa discussão polémica sobre linguagem inclusiva e identidade de género, interagindo com o seu público ao questionar a feminilidade de outras mulheres. O ponto central do seu conteúdo é uma notícia sobre uma proposta de uma Organização Não Governamental (ONG) para substituir a palavra vagina pelo termo "orifício bónus", com o intuito de tornar a comunicação mais inclusiva para homens transexuais. A autora reage criticamente a esta proposta, levantando questões sobre os limites da inclusão linguística e sugerindo que a mudança pode representar uma forma de apagamento da identidade feminina.

A estratégia discursiva da autora assenta na interação direta com o seu auditório, utilizando perguntas retóricas como "Esta substituição é inclusão ou invasão?". Esta formulação não apenas incentiva a reflexão, mas também direciona a perceção do público, insinuando que a mudança proposta pode ser uma imposição excessiva que compromete a identidade das mulheres. A escolha de palavras enfatiza um conflito subjacente entre inclusão e preservação da identidade feminina, apresentando a proposta da ONG como uma potencial ameaça.

A mensagem do *Reels* é subliminar, mas a posição da autora é evidente. A sua abordagem não explicita diretamente uma rejeição frontal à linguagem inclusiva, mas, através do tom e da estrutura das suas perguntas, transmite claramente a ideia de que considera a proposta um exagero. Este método permite-lhe envolver o público sem uma declaração explícita, deixando que a reação crítica seja construída de forma implícita na mente do espetador.

O discurso de @robertafilomonzini reflete uma preocupação com a redefinição da linguagem em torno do corpo feminino e das suas referências tradicionais. Ao questionar a necessidade desta alteração terminológica, sugere que certas mudanças

podem não apenas promover inclusão, mas também criar novas formas de exclusão ou deslocação identitária. O seu conteúdo ressoa especialmente junto de públicos que veem na linguagem inclusiva um risco para a manutenção de categorias culturais estabelecidas, como a definição tradicional da feminilidade.

Do ponto de vista da análise do discurso, o Reels utiliza uma estratégia de oposição subtil, em que a crítica não é apresentada de forma agressiva, mas através de um inquérito indireto que incentiva o público a chegar à mesma conclusão que a autora. Esta abordagem evita um confronto direto, mas reforça a posição crítica de forma eficaz.

Pragmaticamente, a publicação capitaliza o envolvimento emocional do público, utilizando uma questão sensível para gerar debate e interação. A escolha do formato de vídeo curto, aliado a uma mensagem provocadora, maximiza o potencial de viralização, atingindo audiências que já se encontram divididas sobre o tema da linguagem inclusiva e da identidade de género.

Em última instância, o *Reels* de @robertafilomonzini insere-se num debate mais amplo sobre a relação entre linguagem, identidade e inclusão. A sua abordagem crítica sugere que determinadas mudanças linguísticas podem ir além da intenção de inclusão, tornando-se, na sua perspetiva, um exagero que afeta a representação das mulheres. Ao adotar um tom inquisitivo e subtilmente provocador, a autora reforça a sua posição sem necessidade de confronto direto, deixando a crítica implícita e permitindo que o público se alinhe com a sua visão através da reflexão e do envolvimento emocional.

5. Publicação de Bulba

Post do perfil de *_bulba_* de 18 de maio de 2021

Retirado em 27 de fevereiro de 2023

https://www.instagram.com/p/CPBqVz0MdyN/?img_index=1

A publicação do perfil Bulba, com a frase "Marido e mulher, ambos são bons homens", adota uma abordagem inclusiva e próxima do público, utilizando a primeira pessoa

para partilhar a sua experiência e opinião. Esta estratégia discursiva cria um tom pessoal e acessível, favorecendo a identificação do leitor com a mensagem e promovendo um sentimento de comunidade. A escolha de palavras e a estrutura da publicação sugerem um posicionamento ativo na defesa da igualdade de género, tornando a linguagem inclusiva não apenas um tema de debate, mas também uma prática concreta na vida do autor.

A publicação reforça esta intenção ao recorrer a termos como "igualdade de género", que enquadram o discurso numa perspetiva de justiça social e de inclusão., do mesmo modo, o uso de *hashtags* associadas à luta por direitos e à diversidade contribui para ampliar o alcance da mensagem, inserindo-a numa rede de debates mais ampla dentro da comunidade online. Esta estratégia não só reforça a visibilidade do tema, como também cria um contexto discursivo no qual a linguagem inclusiva se apresenta como uma ferramenta fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Ao terminar a publicação pedindo a opinião do público, Bulba promove um espaço de diálogo e participação, incentivando o envolvimento da comunidade online na discussão sobre questões sociais. Esta abordagem interativa não apenas fortalece a conexão com os seguidores, como também legitima a sua posição ao apresentar a linguagem inclusiva como um tema de interesse coletivo e não apenas uma preferência pessoal. O convite à interação também reflete uma estratégia comunicacional eficaz, que estimula o comprometimento e amplia a difusão da mensagem.

Do ponto de vista da análise do discurso, a publicação adota uma perspetiva afirmativa e progressista, na qual a linguagem inclusiva é apresentada como um passo necessário na luta pela igualdade de género. O autor não se limita a defender a sua importância teórica, mas incorpora-a na sua própria prática linguística, demonstrando coerência entre discurso e ação. Esta abordagem reforça a ideia de que a mudança linguística não é apenas um elemento simbólico, mas uma parte ativa do processo de transformação social.

Pragmaticamente, a publicação serve como um apelo à adoção da linguagem inclusiva, não através da imposição, mas pelo exemplo e pela partilha de experiências. O tom acessível e envolvente, aliado à interação direta com o público, facilita a aceitação da mensagem, tornando a proposta mais próxima e compreensível para um público diversificado. Esta estratégia de comunicação contrasta com abordagens mais polarizadoras, ao apostar na persuasão e no diálogo em vez do confronto direto.

Concluindo, a publicação do perfil Bulba insere-se numa tendência de ativismo digital, onde a linguagem e a comunicação desempenham um papel central na promoção de valores progressistas. Ao adotar a linguagem inclusiva como uma prática pessoal e política, o autor não apenas valida a sua importância, como também reforça a sua legitimidade dentro do debate sobre igualdade de género. A interação com o público fortalece esta mensagem, transformando a publicação num espaço de construção coletiva de significado e num incentivo à reflexão sobre o impacto da linguagem na sociedade.

6. Publicações de Fernando Venâncio

Fernando Venâncio, página de *facebook*

<https://www.facebook.com/fmvenancio>

Retirados em 23 de agosto de 1023

Post 1 (8 de agosto de 2021)

Post 2 (18 de março de 2021)

Post 3 (25 de dezembro de 2021)

A análise das três publicações de Fernando Venâncio¹⁰ revela uma posição crítica em relação à tentativa de promover alterações na língua portuguesa com o objetivo de torná-la mais inclusiva no que diz respeito às normas tradicionais de género. O autor estrutura a sua argumentação em três pontos principais: primeiro, defende que a língua portuguesa já possui características que transcendem as distinções de género biológico, tornando desnecessárias intervenções externas; em segundo lugar, demonstra, através de exemplos concretos, que o género gramatical funciona de forma independente do género biológico, evidenciando a complexidade da língua

¹⁰ Fernando Venâncio é um escritor português, intelectual, crítico literário, e académico, que foi professor durante largos anos na Holanda, encontrando-se agora no seu Alentejo natal a desfrutar da sua reforma.

como um sistema autónomo; por fim, critica o que considera ser uma abordagem superficial ao problema da discriminação de género, argumentando que mudanças linguísticas não resolverão desigualdades sociais.

Para ilustrar a sua tese, Venâncio recorre a exemplos concretos que evidenciam a desconexão entre género gramatical e género biológico, desmistificando a necessidade da chamada linguagem inclusiva. Expressões como "O Pedro é UMA CRIANÇA TRANQUILA" e "O Paulo foi A SEGUNDA TESTEMUNHA do desastre" demonstram que a língua portuguesa já apresenta flexibilidade na atribuição de género gramatical, o que, na sua visão, invalida o argumento de que é necessário reformulá-la para ser mais neutra ou inclusiva. Através destes exemplos, sugere que a língua opera com lógicas próprias e não reflete diretamente estruturas sociais opressivas, reforçando a ideia de que a sua evolução deve ocorrer naturalmente e sem imposições externas.

Além da argumentação racional e técnica, o autor recorre ao humor e à ironia para desvalorizar as propostas de alteração linguística. O uso de termos como "trapalhada" e "patetice" evidencia um tom de desdém, sugerindo que considera estas mudanças pouco sérias ou mal fundamentadas. Esta abordagem humorística intensifica a sua posição crítica, tornando a sua mensagem mais acessível a um público que já partilha um ceticismo em relação à linguagem inclusiva.

Um dos momentos mais marcantes da sua sátira surge na terceira publicação, onde utiliza a expressão "Minhes Amigues". Esta formulação exagerada tem um propósito claro: evidenciar a artificialidade e a inadequação prática da linguagem neutra, sugerindo que a sua implementação pode resultar em construções forçadas e pouco naturais. Ao recorrer a este exemplo, Venâncio procura demonstrar que a tentativa de eliminar marcas de género da língua pode levar a um sistema pouco funcional e desconectado do uso quotidiano.

Para além da crítica linguística, Venâncio defende a língua portuguesa como um sistema que deve ser respeitado na sua estrutura histórica e natural. O seu apelo "Deixem o idioma em paz" resume o seu posicionamento, apelando à ideia de que a evolução da língua deve ser um processo orgânico e não uma imposição ideológica.

Este argumento reforça a perspectiva de que a gramática e a sintaxe seguem dinâmicas internas próprias e não devem ser manipuladas com base em reivindicações externas, independentemente da sua legitimidade social.

Apesar da sua posição crítica em relação à linguagem inclusiva, o autor não ignora a realidade da discriminação contra as mulheres. Reconhece que esta pode ser "por vezes brutal", o que demonstra que não nega a existência de desigualdades estruturais. No entanto, separa claramente a luta contra a discriminação da questão linguística, argumentando que a mudança do idioma não terá um impacto real na transformação social. Este reconhecimento permite-lhe adotar um tom mais equilibrado e evitar que a sua crítica seja interpretada como uma negação dos problemas de género, centrando-se exclusivamente na dimensão linguística do debate.

Do ponto de vista da análise do discurso, Fernando Venâncio adota uma posição conservadora e normativa, defendendo que a língua deve evoluir segundo os seus próprios mecanismos internos, sem interferências motivadas por agendas políticas ou ideológicas. A sua argumentação combina explicações técnicas com estratégias de ridicularização, tornando a sua posição mais assertiva e provocadora.

Pragmaticamente, o discurso do autor apela a um público que valoriza a tradição linguística e que vê as tentativas de modificação da língua como um excesso ou uma intervenção desnecessária. A sua utilização do humor e da ironia reforça a sua ligação com leitores que partilham da mesma visão, tornando a sua crítica mais eficaz e amplificando o seu impacto social.

Por fim, as publicações de Fernando Venâncio posicionam-se como uma defesa da língua portuguesa contra o que considera ser alterações artificiais e desnecessárias. O seu discurso rejeita a ideia de que a linguagem inclusiva possa ter um impacto significativo na igualdade de género, argumentando que a luta contra a discriminação deve ocorrer em outras esferas. A sua abordagem, marcada pelo humor, pela ironia e pelo uso de exemplos concretos, fortalece a sua crítica e reforça a apreensão e que a tentativa de modificar a gramática para fins inclusivos é, na sua visão, desprovida de fundamento linguístico e potencialmente prejudicial para a comunicação.

7. Publicação de Rui Maria Pego

Post da rede social Facebook do perfil de Rui Maria Pego em 28 de fevereiro de 2024

<https://www.facebook.com/ruimpego>

Recolhido em 01 de março de 2023

A publicação de Rui Maria Pego¹¹ tem como principal objetivo divulgar o seu envolvimento na série da RTP, *Erro 404*¹² ao mesmo tempo que celebra a experiência profissional e pessoal adquirida durante a produção. O autor destaca o orgulho que sente pelo projeto, sublinhando a qualidade da equipa e o esforço coletivo necessário para concretizá-lo. A sua abordagem ao tema não se limita apenas à promoção da série, mas também enfatiza a importância do trabalho colaborativo e a relevância do papel que desempenhou, enquadrando a experiência como um marco significativo na sua carreira.

Um dos aspetos mais relevantes do texto é o uso da linguagem inclusiva, evidenciado na expressão "A todes", utilizada no momento do agradecimento. Esta escolha linguística sugere uma preocupação consciente com a diversidade e a inclusão, reforçando valores de respeito e representatividade que o autor frequentemente defende. Sendo uma figura pública que se identifica com a comunidade LGBTQIA+, Rui Maria Pego demonstra, através deste detalhe, um compromisso com um discurso alinhado com causas progressistas.

No entanto, um elemento interessante na publicação é o facto de o autor, anteriormente no mesmo texto, ter utilizado o vocábulo "todos", na frase "Já todos vimos essa mensagem num ecrã?". Esta aparente inconsistência pode ser interpretada de duas formas: por um lado, indica que o termo "todes" ainda não está plenamente enraizado na sua comunicação quotidiana, o que reflete um processo natural de transição na adoção da linguagem inclusiva; por outro, pode demonstrar que o autor, à medida que desenvolvia o texto e chegou à secção de agradecimentos,

¹¹ Rui Maria Pego é radialista, autor e ator.

¹² Série realizada por Patrícia Sequeira com Inês Aires Pereira como protagonista

optou conscientemente por um termo mais alinhado com os valores inclusivos que pretendia reforçar.

Esta escolha deliberada de reformulação não é incomum entre falantes que procuram adaptar-se à linguagem inclusiva. Muitas vezes, o uso de formas tradicionais da língua acontece automaticamente, e a inclusão de variantes neutras pode surgir num momento posterior, como um ajuste intencional que reflete uma tomada de consciência. Neste caso, o facto de o autor só ter utilizado "todes" no final do texto pode demonstrar um alinhamento progressivo com a mensagem de inclusão que desejava transmitir.

Do ponto de vista da análise do discurso, este fenómeno revela o processo dinâmico de adaptação à linguagem inclusiva, que não ocorre de forma homogénea nem imediata. A alternância entre "todos" e "todes" no mesmo texto sugere um estágio de transição, no qual o autor, ainda que já sensibilizado para a questão, pode não ter interiorizado completamente a variante inclusiva no seu discurso espontâneo. Esta situação é comum entre falantes que apoiam a inclusão linguística, mas que ainda estão num processo de consciencialização e adoção das novas formas.

Pragmaticamente, a utilização de "todes" no momento do agradecimento pode ter um significado estratégico, pois o ato de agradecer tem um forte peso simbólico. A escolha de uma forma inclusiva nesse contexto reforça a intenção do autor de valorizar a diversidade e reconhecer todos os envolvidos no projeto sem recorrer a uma estrutura linguística tradicionalmente marcada pelo masculino genérico. Assim, a decisão de alterar a linguagem na parte final do texto pode ser interpretada como um gesto consciente para reforçar a mensagem de inclusão e representatividade.

Em última instância, a publicação de Rui Maria Pego não apenas cumpre a função de divulgar a sua participação em *Erro 404*, mas também reflete a forma como a linguagem inclusiva está a ser incorporada no discurso público.

A alternância entre formas tradicionais e inclusivas demonstra que este processo de adaptação é gradual e, por vezes, inconsistente, o que é natural numa fase de mudança linguística. Ao optar por "todes", o autor reafirma os seus valores e transmite

uma mensagem alinhada com o seu posicionamento enquanto figura pública da comunidade LGBTQIA+, que defende a inclusão..

Considerações finais

A análise realizada nesta dissertação evidencia que a linguagem inclusiva é um campo de disputas que transcende a esfera linguística, abrangendo dimensões ideológicas, políticas e culturais. A questão ultrapassa o mero debate sobre a evolução da língua, tornando-se um reflexo das tensões sociais contemporâneas e das diferentes concepções de identidade, inclusão e poder.

A análise retórico-discursiva do *corpus* apresentado revela que a linguagem inclusiva polariza, por vezes radicalmente, opiniões e mobiliza argumentos técnicos, ideológicos e pragmáticos. Os textos analisados demonstram que este debate não se limita a uma discussão académica ou institucional, mas é também e sobretudo travado no espaço mediático e digital, envolvendo figuras públicas, especialistas em linguística, ativistas e cidadãos comuns.

Os argumentos apresentados refletem um confronto entre duas visões distintas de mundo. Por um lado, os defensores da linguagem inclusiva defendem que a representação linguística influencia diretamente a percepção social e a inclusão de grupos marginalizados. Para estes, a estrutura do português reflete um androcentrismo histórico que deve ser combatido através da reformulação do discurso. Argumentos como a invisibilidade de determinados géneros e a reprodução de estereótipos através do masculino genérico são frequentemente citados como exemplos de como a língua perpetua desigualdades estruturais. A utilização de termos neutros e inclusivos, observada em discursos políticos, publicitários e institucionais, reforça a importância simbólica e social dessa prática, procurando dar maior representatividade a grupos tradicionalmente excluídos da norma linguística.

Por outro lado, os críticos da linguagem inclusiva argumentam que a língua possui uma estrutura autónoma e que as alterações propostas resultam de pressões ideológicas externas que não respeitam a lógica interna da evolução linguística. Para estes, a tentativa de modificar a gramática com base em reivindicações sociais ignora a distinção entre género gramatical e género social, gerando confusão e dificultando a comunicação clara e eficiente. A sua preocupação não é apenas de ordem estrutural

ou funcional, mas também política, temendo que a adoção forçada da linguagem inclusiva represente uma forma de cerceamento da liberdade de expressão e uma imposição de normas linguísticas sem o suporte do uso popular.

Há, também, posições intermédias que reconhecem a importância da inclusão, mas questionam a sua viabilidade prática e o impacto real da mudança linguística na transformação social. Autores como Fernando Pestana e Carlos André apontam que a língua já possui mecanismos de flexibilidade suficientes para acomodar a inclusão sem necessidade de alterações artificiais. Casos como o de Rui Maria Pego, que alterna entre "todos" e "todes", ilustram o processo de transição e adaptação que muitos falantes enfrentam, ajustando a sua linguagem conforme o contexto e a intenção comunicativa.

O debate sobre a linguagem inclusiva não é, portanto, apenas uma questão gramatical, mas um reflexo do estado atual das relações sociais e das tensões entre tradição e inovação. Como aponta Charaudeau (2018: 2), as mudanças linguísticas devem surgir da prática e do uso espontâneo dos falantes, mas não é menos verdade que o uso da linguagem reflete dinâmicas de poder e representação. A evolução da língua está intimamente ligada a transformações sociais mais amplas, e a resistência à mudança linguística pode ser interpretada como uma resistência simbólica à reconfiguração das normas sociais estabelecidas.

Assim, a linguagem inclusiva emerge como um território de negociação e disputa simbólica, com implicações profundas na forma como nos expressamos, nos relacionamos e concebemos o mundo. O seu impacto ultrapassa a comunicação e entra na esfera política e cultural, tornando-se um dos elementos centrais do debate sobre identidade e equidade no século XXI.

Este estudo não pretende encerrar o debate, mas sim contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica dos desafios e potencialidades da linguagem inclusiva. Ao longo da análise, ficou evidente que a questão não se reduz a um embate entre tradição e modernidade, mas envolve uma rede complexa de fatores linguísticos, sociais e políticos. A forma como a sociedade lidará com este tema nos próximos anos dependerá não apenas de decisões institucionais ou académicas, mas sobretudo da

forma como os falantes, no seu uso quotidiano, vão aceitar, rejeitar ou transformar a linguagem em função das suas necessidades comunicativas e valores ideológicos e culturais.

Importa, pois, prosseguir esta investigação, recolher *corpus* variados para sistematizar mais argumentos e ensaiar dar um contributo linguístico para ajudar coletivamente a pensar na questão da evolução da língua e se esta é resultado das escolhas quotidianas dos falantes, numa dinâmica evolutiva natural ou se, ao invés, pode ser modificada por decretos e imposições de política linguística.

Que o modesto contributo desta investigação ajude a promover esta reflexão, cada vez mais urgente, sobre linguagem inclusiva!

Bibliografia Geral

- Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Nathan Université.
- Amossy, R. (2011). *La polémique: Argumentation et discours*. Presses Universitaires de France.
- Amossy, R. (2016). *Apologie de la polémique*. Presses Universitaires de France.
- Bagno, M. (2002). *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (15. ed.). Loyola.
- Baron, D. (1986). *Grammar and Gender*. New Haven, CT and London: Yale University Press.
- Calvet, L. J. (2004). *Sociolinguística: Uma introdução crítica* (M. Marcionilo, Trad.). Parábola.
- Cerqueira, C., & Magalhães, S. I. (2018). (Des)fazer género, (des)construir futuros: Diálogos sobre linguagem inclusiva e literacia crítica mediática. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, (39), 121–128.
- Charaudeau, P. (2018). L'écriture inclusive au défi de la neutralisation en français. *Le Débat*, 2018(2), 13–31.
- Charaudeau, P. (2021). *La langue n'est pas sexiste: D'une intelligence du discours de féminisation*. Le Bord de l'Eau.
- Choupina, C. M. (2011). "Reflexões sobre o Género em Português Europeu e em Tétum". *eLingUP*, 3 (1). 64-77.
- Costa, J. A.; Choupina, C.; Baptista, A.; Oliveira, I.; Querido, J. (2015). "Género gramatical: a complexidade do conteúdo e a sua abordagem nos documentos reguladores do ensino do Português no 1ºCiclo EB". *Exedra: Revista Científica. Didática do Português. Investigação e práticas*, número temático, 1, 321-352.
- Covas, F. S. N., & Bergamini, L. M. (2021). Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+. *Brazilian Journal of Development*, 7(6), 54892–54913.
- Elia, S. (1987). *Sociolinguística*. Editora Padrão.
- Escandell Vidal, M. V. (2020). En torno al género inclusivo. *IgualdadES*, 2(2), 223–249.
- Ferraz, A. S., & Silva, H. M. (2022). O advento dos direitos linguísticos: Uma crítica à pretensão do controle da língua. *Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política*, 2(5), 754–768.
- Ferreira, M. B., Carrilho, E., Lobo, M., Saramago, J., & Cruz, L. S. (1996). Variação linguística: perspectiva dialetológica. In I. H. Faria, E. R. Pedro, I. Duarte, & C. A.

- M. Gouveia (Eds.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, 479–502. Editorial Caminho.
- Fiorin, J. L. (2022). A questão da marcação linguística da não binariedade. *Estudos Semióticos*, 18(3), 1–14.
- Gouveia, C. (1996). Pragmática. In I. H. Faria (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Caminho, 383-419.
- Lopes, A. S.; Choupina, C. (2018). “A problemática do género no Português europeu: análise de documentos legais e de manuais escolares do 1.º Ciclo do ensino básico”. *Actas do XIII Congresso Internacional de Lingüística Xeral*. 560-567.
- Lyons, J. (1979). *Introdução à linguística teórica*. Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo.
- Mangueneau, D. (2004). Version révisée de « La situation d'énonciation entre langue et discours ». *Dix ans de S.D.U.*, 197–210.
- Mangueneau, D., & Charaudeau, P. (2002). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Armand Colin.
- Matos, J. (2020). Poderá uma língua natural ser sexista? (Dissertação de Mestrado). NOVA FCSH.
- Melo, I. F. de. (2009). Análise do discurso e análise crítica do discurso: Desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, 5(11), 1–15.
- Memdivíl Giró, J. L. (2020). El masculino inclusivo en español. *Revista Española de Lingüística*, 50(1), 35–64.
- Miranda, M. J. R. (2020). Português para todes? (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília.
- Negróni, M. M., & Hall, B. (2022). Lenguaje inclusivo, usos del morfema –e y posicionamientos subjetivos. *Literatura y Lingüística*, 45, 397–425.
- Oliveira, F. (1996). Semântica. In I. H. Faria (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa* (pp. 333–379). Caminho.
- Orlandi, E. P. (2003). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Pontes.
- Palrilha, S. M. R. (2009). Contributos para a análise dos atos ilocutórios expressivos em português (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Perini, M. A. (2016). *Gramática descritiva do português* (2.ª ed.). Parábola Editorial.

- Rosier, L. (2019). “Touche pas à ma langue”: réformes, polémiques et violence verbale sur fond d’enjeux idéologiques. Rosier, L. e Rabatel; A. (dir.) *Revue de Linguistique Française et Analyse du Discours*, 11 -1 , 41-52.
- Sarla, B., & Kalinowski, S. (2019). *La lengua en disputa: Un debate sobre el lenguaje inclusivo*. Godot.
- Seara, I.R.; Alonso Dominguez, M.G.A. (2025). Faire la résistance das les réseaux sociaux: les discours numériques et ses outils de lutte. *Synergies Italie* n°21/2025. Discours institutionnels dans les médias sociaux: quelles transformations?, 121-147.
- Seara, I.R. (2023). *O que é e o que faz a Pragmática*. Albuquerque; R.; Cabral, A.L. T. e Lins, M.P.P. (Org.). Volume 3. Natal, EDUFRN, 132- 152.
- Seara, I. R., & Ninitas, M. (2023, no prelo). A polémica em torno da linguagem inclusiva. Reflexão sobre Formas de tratamento Nominais em Português Europeu.
- Teyssier, P. (1983). *História da língua portuguesa*. Sá da Costa.
- Venâncio, F. (2023). *Assim nasceu uma língua*. Guerra e Paz.
- Xavier, M. F., & Mateus, M. H. M. (Orgs.). (1990–1992). *Dicionário de Termos Linguísticos* (Vols. 1–2). Associação Portuguesa de Linguística; Instituto de Linguística Teórica e Computacional; Edições Cosmos.

Webgrafia

- Bosque, I. (2012). Sexismo lingüístico y visibilidad de la mujer. *Real Academia Española*.
https://www.rae.es/sites/default/files/Sexismo_linguistico_y_visibilidad_de_la_mujer_0.pdf (acedido em 20.05.2024)
- Charaudeau, P. (2016). A argumentação em uma problemática da influência. *ReVEL, edição especial*, 14(12). <http://www.revel.inf.br> (acedido em 24.10.2024)
- Charaudeau, P. (2016). De la compétence socio-langagière aux représentations culturelles. In *Rencontres en sciences du langage et de la communication*. L’Harmattan. <http://www.patrick-charaudeau.com/De-la-competence-socio-langagiere-aux-representations-culturelles.html> (acedido em 22.09.2024)
- Coutinho, M. A. (2016). “Texto e representação: alguns comentários.” *Cadernos WGT*. Disponível online em: <http://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-A.-Coutinho.pdf>.

- Farias, O. H. (2023). Linguagem neutra: Uma questão linguística ou discursiva? *ReVEL*, 21(41). <http://www.revel.inf.br> (acedido em 12.10.2024)
- Hudson, S., & Gouveia, D. (2009). Considerações sobre a linguagem inclusiva. // *Simpósio Nacional de Linguagem e Ciências Textuais*. Campina Grande: Sinalge.
- Iliovitz, R., & Miranda Neto, C. (2020). Há lógica na linguagem inclusiva? *Letrônica*, 13(2), 1–12. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.36278> (acedido em 14.04.2024)
- Labov, W. (1968). The reflection of social processes in linguistic structures. In J. Fishman (Ed.), *Readings in the Sociology of Language* (pp. 240–251). Berlin, Boston: De Gruyter Mouton. <https://doi.org/10.1515/9783110805376.240> (acedido em 24.10.2024)
- Mader, G. R. C. (2015). Masculino genérico e sexismo gramatical (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158447> (acedido em 29.11.2024)
- Marques, M. E. *Sociolinguística. Repositório Aberto*. <http://hdl.handle.net/10400.2/10796> (acedido em 22.04.2024)
- Oliveira, T. S. (2015). Queda do gênero neutro do latim. *Revista Philologus*, 21(63). <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63/002.pdf> (acedido em 25.02.2024)
- Rocha, T. L., Silva, G. P., & Oliveira, G. S. (2022). Metodologia de pesquisa científica: Análise do discurso – conceitos e possibilidades. *Cadernos da FUCAMP*, 21(53), 215–225.
- Santos, A. L. P. (2019). *Língua para todes: Um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no português*. *Revista Ártemis*, 28(1), 160–178. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.41827> (acedido em 04.08.2024)
- Stumpf, E. M. (2020). *Eufemismo: Um fenômeno multifacetado no cruzamento entre língua e cultura*. *Letrônica*, 13(2), 1–12. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.36278> (acedido em 24.10.2024)
- Veloso, J. (2017, fevereiro 26). *Exm.º Sr.º Dr.º, Senhora Presidenta, Car@s Amig@s e o Sexo dos Anjos*. <https://ojoaoveloso.wordpress.com/201> (acedido em '05.03.2024)

Documentação oficial

Abranches G. 2009, *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/8898b5a2-0b50-11ea-8c1f-01aa75ed71a1/language-en>

Guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na administração pública, 2012/12/13 Publicado em: Artigos, Documentos de Referência, Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação, Nacional

<https://www.cig.gov.pt/siic/2012/12/guia-para-uma-linguagem-promotora-da-igualdade-entre-mulheres-e-homens-na-administracao-publica>

/

Instituto Europeu para a Igualdade de Género 2019, Toolkit on gender-sensitive communication: a resource for policymakers, legislators, media and anyone else with an interest in making their communication more inclusive, Publications Office,

<https://data.europa.eu/doi/10.2839/589287>.

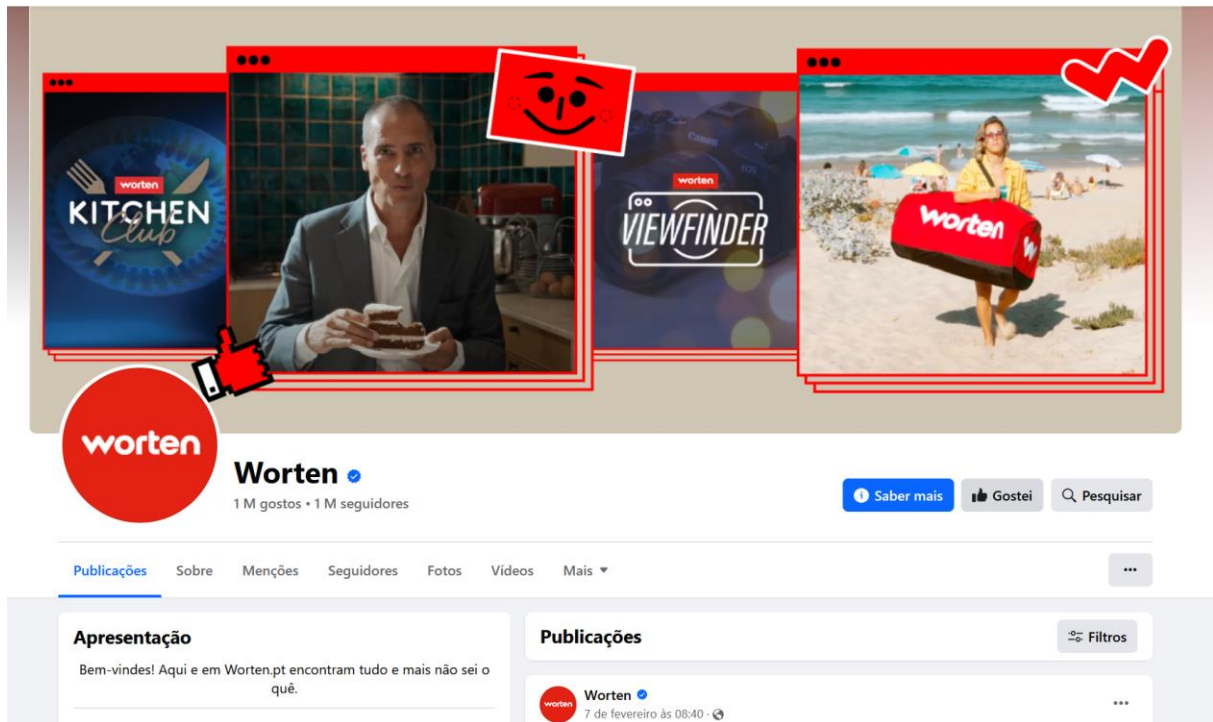
Anexos

CORPUS

Anexo I

Discurso Publicitário

Corpus pub 1



Bem-vindes! Aqui e em Worten.pt encontram tudo e mais não sei o quê.!

FONTE: Página do Facebook da WORTEN , imagem recolhida em 21 de Fevereiro de 2024.

WORTEN: <https://www.facebook.com/wortenpt>

Poupe 10% na sua Primeira Compra

Bem vindo(a) à Manutan. Aplique o código **FIRST10** ao finalizar a sua encomenda e poupe 10% na sua compra.

FIRST10

Não aplicável em conjunto com outros cupões ou condições comerciais.
Limitado a uma utilização.

B

Bem vindo (a) à Manutan.

Site oficial da empresa Manutan, janela *pop up*, imagem recolhida em 21 de Fevereiro de 2024.

https://www.manutan.pt/pt/map?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAxOauBhCaARIsAEbUSQTRG7O50TO51VTcwjaA2q9lczsipAE8eOlGvvYOyPYUWRYiQFgM3_MaAjq1EALw_wcB

Anexo II

Discurso político

Corpus polit 1



The screenshot shows the top part of a news article. On the left is the JN logo. In the center, it says 'ÚLTIMAS MAIS VISTAS JN DIRETO'. On the right, there is a speaker icon and the word 'OUVIR'. Below this is the main title of the article: '"Camaradas, 'camarados', 'camarades'". O discurso de Pedro Filipe Soares'. Underneath the title, it says '28 maio, 2023 às 10:50' and a smaller version of the title: '"Camaradas, 'camarados', 'camarades'". O discurso de Pedro Filipe Soares'.

"Há quem diga que não se pode fazer assim a conjugação das palavras", afirmou Pedro Filipe Soares após o cumprimento inicial. E, perguntando "quem é que tem medo das palavras", justificou a forma insólita como começou o discurso: "Ouvimos tantas vezes falar na liberdade de expressão. Mas qual dessa liberdade é que nós queremos negar? Nenhuma. É a nós que nos querem negar essa liberdade".

O líder parlamentar bloquista insistiu no tema, frisando que "aqueles que dizem que não podemos usar as palavras como queremos são aqueles que usam as palavras que nos oprimem". Aplaudido, completou: "E, quando dizemos que queremos usar as palavras para nos dar liberdade, dizem-nos que não pode ser".

Mas esta, "ao contrário do que eu achava, não é uma luta que temos de ter apenas lá fora", prosseguiu Pedro Filipe Soares. Isto porque, segundo garantiu, "alguns dos membros" da moção E têm defendido "que a questão da orientação sexual ou da identidade de género" é um "determinismo biológico" ou uma "opção pura e simples", visão que o deputado contesta. "Não é só a Ucrânia que divide as moções", prosseguiu Pedro Filipe Soares numa alusão ao tema da guerra, o mais quente da convenção. "Há questões de cultura e esta é uma delas", venceu, regressando ao assunto do debate linguístico. E, embora reconhecendo que há quem considere que essa discussão comporta "uma certa extravagância", alegou que está em causa uma luta por "direitos" que o BE já "impôs ao país". Foi muito aplaudido pela sala.

"Saibamos todos, todas e 'todes' que, se essa luta também se faz cá dentro, nós vamos continuar a luta para melhorar a lei e, da lei, melhorar a sociedade. É essa a nossa tarefa e dela não vamos abdicar", garantiu.

Artigo de João Vasconcelos e Sousa

Jornal de Notícias de 28 de Maio de 2023, artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2023.

<https://www.jn.pt/nacional/camaradas-camarados-camarades-o-discurso-de-pedro-filipe-soares-16433364.html/>

OS DOIS LADOS

Escorregões de Lula em linguagem inclusiva viram alvo de aliados e rivais

Assuntos sensíveis para os chamados movimentos identitários foram incorporados ao discurso porque o PT entende que isso o aproxima do eleitorado jovem

Por Agência Publicado em 22 de maio de 2022 | 14h47 - Atualizado em 23 de maio de 2022 | 19h33



A campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido cobrada por apoiadores para ampliar o uso da chamada linguagem inclusiva, que busca combater preconceitos contra minorias, e ao mesmo tempo recebe críticas de bolsonaristas por citar termos tidos como politicamente corretos.

O petista adaptou parte de suas falas para agradar à fatia da militância que abraça a defesa das mulheres, dos negros, da população LGBTQIA+ e dos indígenas, mas escorregões nessa cartilha ainda causam desconforto em sua base.

As queixas, geralmente feitas em privado para não respingar na candidatura, giram em torno do uso de palavras como "índio" (em vez de indígena) e "escravo" (no lugar de escravizado) e de referências que contrariam, por exemplo, os veganos, com repetidas alusões a churrasco e picanha.

Outro problema apontado é um termo com conotação sexual no bordão de Lula sobre ter 76 anos de idade, mas "tesão de 20". Sob anonimato, uma apoiadora diz que, embora o presidenciável faça associação com sua energia política, o termo soa depreciativo para o conjunto das mulheres.

Outra preocupação visível é a de frisar a diversidade de gênero, mas longe de ceder à linguagem neutra, que pressupõe um vocabulário com "todes" (em vez de todos) e "amigues" (amigos). O ex-presidente costuma se dirigir aos ouvintes como "meus amigos e minhas amigas".

"Tanto ele quanto o [Geraldo] Alckmin, no lançamento da chapa, fizeram a primeira saudação às mulheres", diz a secretária nacional de mulheres do PT, Anne Moura. "Para muitos, isso não faz diferença. Mas nós que estamos na linha de frente da luta feminista sabemos dessa importância."

Ela afirma que a mudança é fruto "de muitas reuniões e de acúmulos" e lembra que o partido tem como presidente uma mulher, Gleisi Hoffmann. "Lula é de outra quadra histórica, quando esses debates não eram muito presentes. O mais legal é que ele se permite ouvir e aprender", diz.

Assuntos sensíveis para os chamados movimentos identitários foram *incorporados* ao discurso porque o PT entende que isso o aproxima do eleitorado jovem, escolarizado, morador de centros urbanos e adepto das redes sociais.

Mas há o temor de que temas delicados da pauta progressista afastem camadas mais simpáticas a Jair Bolsonaro (PL), como a dos evangélicos.

Por Agência publicado em 22 de maio de 2022 | 14h47 - Atualizado em 23 de maio de 2022 | 19h33

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.otempo.com.br/politica/escorregoes-de-lula-em-linguagem-inclusiva-viram-alvo-de-aliados-e-rivais-1.2672324>

Presidente francês manifesta oposição à chamada linguagem inclusiva

por Lusa



O Presidente francês, Emmanuel Macron, declarou hoje a sua oposição ao uso da chamada linguagem inclusiva de género e pediu para não ceder ao "ar dos tempos", argumentando que a forma masculina pode ser neutra.

Durante a inauguração de um fórum sobre a língua francesa em Villers-Cotterêts, o Presidente francês defendeu a importância da língua comum, defendendo que "sempre haverá várias línguas na República e uma língua da República" como ferramenta de unidade nacional. Assim, embora tenha apoiado que esta língua está "viva", que envolve "inspirar-se nas outras" e até "roubar palavras", Macron declarou que "os fundamentos, as regras da sua gramática" devem ser defendidos.

"Nesta linguagem, o masculino é o neutro. Não precisamos adicionar pontos no meio das palavras, ou hífenes, ou qualquer coisa para torná-lo legível", disse Emmanuel Macron durante o seu discurso, que se assemelha com as críticas já expressas publicamente pela sua esposa, Brigitte Macron, relutante em introduzir neologismos para adotar pronomes neutros em género.

O discurso também coincide com o debate de uma proposta no Senado francês que pede abertamente a proibição desse tipo de linguagem. Os promotores do texto, apresentado a partir da bancada republicana, consideram que este tipo de construção constitui "uma barreira à leitura e compreensão da palavra escrita".

Por Agência Lusa em 30 de outubro de 2023.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/presidente-frances-manifesta-oposicao-a-chamada-linguagem-inclusiva_n1525742

Corpus polit 4



Estamos **preparadas e preparados** para concretizar este contrato com o futuro.



E é construído em conjunto com todas e todos.

Campanha eleitoral para as legislativas 2024 do partido Livre,

Recolhido em 25 de fevereiro de 2024

Anexo III

Texto Mediático

Corpus Mediat 1



P OPINIÃO EDITORIAIS BARTOON MAIS ▾

EXCLUSIVO OPINIÃO

“
Porque é que “todes” não é todos, nem todas?
José Pacheco Pereira

LER MAIS

'A polémica sobre aquilo que é entendido como linguagem “inclusiva” já dura há vários anos. Toda uma série de neologismos está a crescer a cada dia, associada a uma suposta autoridade moral no seu uso. Não os usar exclui, logo coloca quem não os usa do lado do mal. A ela se acrescenta uma censura crescente de termos cuja utilização num texto ou numa notícia de jornal, suscita de imediato uma fúria censória. É caso de palavras como preto, cigano, paneleiro, bicha, fufa, por aí adiante. É interessante ver que branquela não é atingido pelo opróbrio. É verdade que muito destes termos são insultos homofóbicos ou racistas, mas o expurgo da linguagem comum de termos ofensivos empobrece-a, como se fosse possível ter uma linguagem sanitariamente pura, coisa que é mais do domínio orwelliano, ou seja das ditaduras do que das democracias.'

'A polémica da linguagem inclusiva que já chegou à publicidade e à rua, com a campanha da Fox nas paragens de autocarros, é um sinal irónico do valor comercial destas questões. Há uma razão para esse valor comercial, é que estão na moda e a moda tem muita força. Essa campanha, do «imperialismo cultural americano» como diria o PCP, pretende ensinar-nos sobre o significado do novo vocabulário que quer introduzir na linguagem corrente um vasto conjunto de 'classificações “inclusivas”. Porquê “inclusivas”? Porque elas permitem nomear a variedade de identidades e questões associadas com elas que existem, ou supostamente existem, porque nalguns casos tenho dúvidas.

Os termos que a Fox nos pretende explicar incluem «não binária»; queer; trans; «LGBTI-Fobia»; gay; «expressão de género»; cis ou cisgénero; aliada; bissexual; pansexual; lésbica; «família arco-íris»; misgendering; «nome social»; poliamor e travesti. Ou seja, desdobram o mistério do LGBTTTQQIAA+,'

'cuja aceitação acrítica e repetição mostra como se aceita tudo que se coloca no prato comunicacional seja por inércia seja por medo de se ser «politicamente incorrecto».

Este surto de identidades vai ao ponto de também haver «trans espécies», humanos que acham que são cães ou veados ou dragões por exemplo. E não um cão qualquer, um dálmata por exemplo. Não é difícil ironizar com estas escolhas, e se eu usasse neste artigo uma fotografia de um destes trans espécies a coisa seria jocosa, mas o assunto é mais sério, e tem a ver com a questão de perceber como é que se deu esta doença obsessiva da identidade e que efeitos tem na sociedade.'

Jornal Publico, 9 de Julho de 2022, José Pacheco Pereira.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.publico.pt/2022/07/09/politica/opiniao/todes-nao-2013038>

EXCLUSIVO OPINIÃO

Mais categorias não nos excluem, aumentam-nos

É possível continuar a ser cis e hetero, manter famílias e divisões de género tradicionais, basta abdicar do conforto de ser a norma, moral ou linguística. As pessoas LGBTQIA+ não podem sacrificar-se em nome de uma norma obsoleta, restritiva e irrealista.



Joana Cabral

14 de Julho de 2022, 10:47

Assine já

(...) A estranheza e a iliteracia a respeito de tudo o que está além da heteronormatividade são generalizadas. E são produtos da imposição massiva de um sistema patriarcal, por via da colonização cultural e religiosa de que a Europa foi protagonista. (...)»

As demandas por uma linguagem inclusiva e não violenta e por uma literacia sobre o colonialismo ou sobre os géneros e sexualidades são encaradas como o prenúncio do apocalipse civilizacional e uma ameaça existencial para os homens brancos, binários e cis-hétero. Ponto prévio: usarei o feminino como a opção de linguagem inclusiva. Não que o “todes”, que preocupa o dr. Pacheco Pereira, me incomode, mas estarei sempre a referir-me a pessoas e o feminino deveria ser tão aceite como neutro linguístico como o masculino. Começo por aqui porque importa lembrar que a linguagem é reflexo das estruturas epistémicas e políticas e também um exercício de poder; por vezes, de violência. Disputá-la não é um entretenimento para ativistas desocupadas. É inevitável para mudar a estrutura das inclusões e exclusões dentro de uma sociedade.

Para o dr. Pacheco Pereira mudar o “molde” das categorias e da linguagem é uma “obsessão” antidemocrática que exclui em vez de incluir. Mas que sentido faz que mais moldes criem menos liberdade? Que mais categorias anulem as que pré-existem? É de assinalar que há vieses que nem a mais virtuosa intelectualidade evita. Não se trata de proscrever a identidade branca e cis-hétero. Não é ela que está em causa. Nem é o direito à opinião. É o seu conteúdo, aquilo em que é parcial e desinformado e exige contraditório.

Em que medida uma União Negra das Artes e uma sigla (LGBTQIA+) são tamanha ameaça? Precisam as pessoas brancas e hétero de uma união ou de um novo lobby para as proteger ou visibilizar? Quando a visibilidade e a suposta normalidade da identidade branca e cis-heteronormativa estão de tal forma impregnadas nas estruturas culturais, simbólicas e linguísticas que nada para além dela se reconhece? Se outros lobbies e categorias se procuram é porque a força hegemónica da branquitude e do patriarcado é tão estrutural, ubíqua e invisível, que se propõe como realidade universal e intemporal.

A estranheza e a iliteracia a respeito de tudo o que está além da heteronormatividade são generalizadas. E são produtos da imposição massiva de um sistema patriarcal, por via da colonização cultural e religiosa de que a Europa foi protagonista. Nesta matriz, sexo, género, afeto e desejo organizam-se na dicotomia macho-fêmea e são decorrências lineares uma da outra e da biologia. Estas crenças são tão profundas que a “realidade”, biológica e histórica, da existência de outras configurações de género e sexualidade, é encarada com tal perplexidade e desconforto que se toma como invenção e ridícula.

Para a maioria e para o dr. Pacheco Pereira: assistimos a um «surto» ou «doença obsessiva das identidades», não há diferença entre o sexo biológico e os papéis de género histórica e culturalmente construídos, e não existem estruturas e entidades que atribuem de forma prescritiva um género, masculino vs. feminino, em função de um conjunto tipificado de características morfológicas. Começamos pelo mais fácil de entender. Para as pessoas intersexo, o sexo biológico é definido por médicos e pelos pais. Se até esta realidade é difícil de reconhecer, mais difícil será aceitar que o espectro do sexo biológico inclui variações genéticas, fisiológicas, hormonais e morfológicas muito além do binário. Não desfazer estes equívocos projeta uma visão binária e essencialista das identidades e do desejo, afetos e sexualidades.

Neste sistema de crenças, a dicotomia é vital para a espécie. Reduz-se a sexualidade à necessidade de procriar e as famílias, intimidades e identidades ao casal monogâmico e cis-heterossexual. Uma sexualidade entre pares não heterossexuais e que serve para o prazer está proscrita. Estas crenças persistem mesmo tendo a ciência desmontado os vieses patriarcais e essencialistas das teorias evolutivas, sobre o binário, a função exclusivamente reprodutora da sexualidade, a universalidade da divisão tradicional do género, na espécie humana como aliás em outras. Fica, a propósito, um artigo fresquinho: *Overthrowing the Patriarchy Through Ecstatic Sex*

Há também a crença mais benévola de que a discrição protege as pessoas. Ser estridente e “despropositada” não é comportamento que as elites apreciem. Diz-se que «afinal as pessoas

hoje podem ser o que quiserem. Que mais poderão querer? Não estarão a exagerar? Sou heterossexual e não o esfrego na cara das pessoas. As pessoas devem proteger-se para evitar consequências. Ser fortes, sofrer em silêncio. A vida não é fácil para ninguém. As mentalidades demoram a mudar». Entende-se, assim, que as pessoas LGBTQIA+ devem reverência e discrição face à norma dos costumes heterossexuais e recatados. Não é a sociedade que lhes deve a mudança, para as poupar às agressões e obstáculos quotidianos, nas escolas, trabalho, saúde, mercado de arrendamento, na rua.

Mas mudança é um dever das sociedades. O “pedestal moral” não está ocupado pelas identidades LGBTQIA+, como preocupa o dr. Pacheco Pereira. Antes pelo contrário. O que se procura é precisamente destruir o estreito e exclusivo pedestal da moralidade branca, binária, cis-heteronormativa e monogâmica.

Jornal Publico, 14 de Julho de 2022, por Joana Cabral.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.publico.pt/2022/07/14/opiniao/opiniao/categorias-nao-excluem-aumentamos-2013551>



OPINIÃO

Ainda sobre o debate em torno da linguagem inclusiva

Uma real preocupação com as desigualdades socioeconómicas que tocam as vidas das pessoas racializadas e LGBTQIA+ deveria tornar evidente o porquê da importância da luta pelas palavras.



Cristina Roldão

21 de Julho de 2022, 6:55

«(...) As pessoas negras e roma/ciganas são, desproporcionalmente e na sua esmagadora maioria, pobres é porque pela sua condição de racializadas foram historicamente, por via da escravatura, colonialismo e anticiganismo impossibilitadas de aceder aos frutos do seu trabalho, aos meios de produção, à propriedade e às profissões mais bem remuneradas. (...)»

O artigo Porque é que “todes” não é todos, nem todas?, de José Pacheco Pereira, é expressão de uma velha querela sobre a linguagem inclusiva que, neste caso, teve por pretexto a campanha “ABCLGBTQIA+” da Fox. Muito do que havia a criticar foi já exemplarmente feito, mas não posso deixar de dizer, o quão sintomático é que um homem branco cisgénero e heterossexual se sinta oprimido com a linguagem inclusiva e queira dizer às pessoas negras, roma/ciganas e LGBTQIA+ como se luta ou que um dos mais estabelecidos opinion makers se sinta “excluído” com a chegada à nossa praça de outras pessoas e ideias.

Compreende-se o incómodo da perda de privilégio, e o autor está no direito de discordar, mas a argumentação avançada parece, por vezes e no mínimo, contraditória.

Defende o uso de palavras que sabe serem historicamente insultuosas para determinados grupos, a custo do princípio da não-discriminação (que essas pessoas se sintam com isso intimidadas e excluídas, isso é problema menor), mas considera perigoso para a democracia e para a linguagem usar as palavras que esses grupos definiram para si como emancipatórias.

Recordemos que quando a TVI convidou Mário Machado, em 2019, para uma entrevista, Pacheco Pereira considerou que, apesar de incómoda, era liberdade de expressão e quando

o SOS Racismo e o Sindicato dos Jornalistas usaram instrumentos à sua disposição, junto da opinião pública e da ERC, para criticar a TVI, considerou [um] «perigoso o apelo à censura». Não esqueçamos também, como outros já fizeram, que aquando do assassinato de Alcindo Monteiro, o mesmo autor escreveria que se tratava de «um grave incidente racista que, não sendo isolado (...), não justifica, apesar de tudo, a dimensão apocalíptica que lhe querem dar».

Na crítica à linguagem inclusiva reiteradamente se acusa o movimento antirracista e LGBTQIA+ de um suposto esquecimento das desigualdades socioeconómicas, mas depois nada se avança sobre elas. Ora, uma real preocupação com as desigualdades socioeconómicas que tocam as vidas das pessoas racializadas e LGBTQIA+ deveria tornar evidente o porquê da importância da luta pelas palavras.

Renomear e ressignificar é parte desses combates políticos porque é uma forma de romper com séculos de insulto, porque cria formas de identificação e consciencialização potenciadoras da organização coletiva para, entre outras coisas, melhorar as condições materiais de vida. Sem essas formas de organização coletiva viveremos numa sociedade mais pobre e mais antidemocrática. Acresce que no materialismo marxista, que o autor convoca, a subjetividade não está ausente, basta lembrar a dupla «classe em si» e «classe para si» e a relevância da «consciência de classe».

Por outro lado, enquanto as categorias étnico-raciais e LGBTQIA+, assim como suas interseções (sim, pessoas racializadas LGBTQIA+), estiverem ausentes da política pública, a nossa capacidade de monitorizar as desigualdades socioeconómicas é mais débil, assim como o são as medidas para a igualdade no emprego, educação, habitação, saúde, justiça ou na assistência social.

É contraditório que um texto preocupado com as condições socioeconómicas, a única coisa que tenha a dizer sobre a União Negra das Artes é acenar com o mito do «racismo reverso», ao invés de aplaudir uma organização que, entre outras coisas, trata de questões como o emprego e estatuto profissional das pessoas negras no mundo das artes. Achará também mal que as mulheres se organizem em coletivos feministas ou os trabalhadores em sindicatos, serão estas formas de machismo e capitalismo reversos?

Mas se o texto pretende recordar à esquerda que o “verdadeiro” marxismo dá preponderância à dimensão socioeconómica, poderia discutir também as perspetivas marxistas que, desde cedo, procuraram articular anticapitalismo, antirracismo e anticolonialismo. Longe de ser apelidada de “identitarista”, a III Internacional Comunista (IC) dos anos 1920s e 1930s reconhecia aquela que ficou conhecida como a «Questão Negra», onde se destacaram marxistas negros como George Padmore.

Entre outras coisas, defendia-se que a luta contra o racismo e colonialismo era central para a derrota do capitalismo e que os negros deveriam ter formas de organização própria dentro da

IC. Esse património haveria de ter o seu papel, mais tarde, nos movimentos de libertação africanos e no movimento negro na diáspora. A história teve os seus altos e baixos, e especificidades nacionais, mas não pode ser obliterada, como se antirracismo e anticapitalismo fossem opostos.

Outra das ideias clássicas do marxismo é que o colonialismo, isto é, o saque da força de trabalho e recursos de povos de várias partes do mundo, constituiu a «acumulação primitiva» que deu origem ao capitalismo e molda ainda hoje a divisão internacional de trabalho e as formas de circulação e acumulação de capital. Se hoje, em Portugal, as pessoas negras e roma/ciganas são, desproporcionalmente e na sua esmagadora maioria, pobres é porque pela sua condição de racializadas foram historicamente, por via da escravatura, colonialismo e anticiganismo impossibilitadas de aceder aos frutos do seu trabalho, aos meios de produção, à propriedade e às profissões mais bem remuneradas.

Parte da fortuna da burguesia portuguesa deve-se às condições privilegiadas de exploração que teve por cá e, ainda mais, em África, no período colonial. Não se trata apenas de resquícios do passado, as pessoas roma/ciganas estão brutalmente excluídas do mercado de trabalho e da habitação condigna porque ninguém lhes dá trabalho. A maioria das pessoas negras está segregada nas profissões mais mal pagas, desprestigiadas e desgastantes, as mesmas que, em termos relativos, já executavam no tempo colonial.

Isto não silencia o empobrecimento a que estiveram e estão sujeitas a maioria das pessoas brancas, soma. Não é silenciando as reivindicações das pessoas racializadas e LGBTQIA+ que tornamos a luta anticapitalista mais forte, antes pelo contrário.

Cf. Linguagem inclusiva não é «capricho». É «igualdade e respeito» + Liberdade de expressão para banalizar ou não falar do racismo? + O que faz uma União Negra das Artes? + O bullying dos opinion-makers + A fraude intelectual do pensamento pós-moderno + Aluga-se retrato (mulher trans negra) para uma boa discussão + Lei, ódio e progresso + Sabem que +? A linguagem nunca é neutra + Tomem lá mais um artigo para denunciarem à ERC e à CIG.

Jornal Público, 22 de Julho de 2022, por Cristina Roldão.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024.

<https://www.publico.pt/2022/07/21/opiniao/opiniao/debate-torno-linguagem-inclusiva-2014431>

Corpus Mediat 4

Quem fala assim não é gago nem gaga

BOCA DO INFERNO RICARDO ARAÚJO PEREIRA¹³

O ideal era termos um idioma em que as palavras não tivessem género, como a língua persa, falada no Irão, Tajiquistão e Afeganistão. Um facto que talvez explique os notáveis progressos em matéria de igualdade de género que esses países registam.



Ilustração: João Fazenda

Caros e caras leitores e leitoras, Como todos aqueles e todas aquelas que têm estado empenhados e empenhadas no uso de linguagem inclusiva bem sabem, há reaccionários e reaccionárias que persistem em falar e escrever com evidente desrespeito pelo nosso esforço. Esses e essas, é importante dizê-lo, não manifestam, com tal comportamento, uma mera discordância linguística: são verdadeiros inimigos e verdadeiras inimigas da igualdade de género. Aqueles e aquelas que são suficientemente teimosos e teimosas para não se conformarem ao novo modelo bem podem alegar que isso não faz deles e delas obstinados adversários e obstinadas adversárias de uma sociedade mais igual. Não é verdade. Podem dizer que também sonham com uma sociedade mais igual mas menos ridícula. Não nos

¹³ O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico

convencem. Bem sei que alguns e algumas linguistas têm chamado a atenção para o facto de haver uma diferença entre género gramatical e sexo biológico, mas estão errados e erradas. Quando afirmam que a gramática não é responsável pelo machismo não estão a ser apenas ingénuos e ingénuas: estão a agir como criminosos e criminosas. O nosso projecto, ao contrário do que dizem os mal intencionados e as mal intencionadas, não é coisa de fanáticos e fanáticas. É uma tentativa de endireitar o mundo, sintagma nominal a sintagma nominal, sintagma verbal a sintagma verbal. O ideal era termos um idioma em que as palavras não tivessem género, como a língua persa, falada no Irão, Tajiquistão e Afeganistão. Um facto que talvez explique os notáveis progressos em matéria de igualdade de género que esses países registam. Por cá, teremos de ficar satisfeitos e satisfeitas com esta língua enfeitada, que tem problemas difíceis de resolver. Por exemplo, como tornar inclusiva a frase “O João e a Maria foram juntos ao cinema”? A palavra “juntos”, no masculino, oprime obviamente a Maria. Mas a frase “O João e a Maria foram junto e junta ao cinema” parece ser agramatical. Só vejo uma solução: que o João e a Maria não vão ao cinema. Pelo menos até que estejamos habilitados e habilitadas a encontrar uma forma de eles poderem assistir a filmes em liberdade e segurança. Os ingleses e as inglesas obtiveram há pouco tempo uma conquista importante: o metro deixou de saudar os passageiros e as passageiras dizendo “Good morning, ladies and gentleman”, ou seja, “Bom dia senhoras e senhores”, e passou a dizer “Good morning everyone”, isto é, “Bom dia a todos”, para não excluir as pessoas que não se identificam como homem nem como mulher. O problema é que, em português, a frase “Bom dia a todos” (que era, se bem estamos lembrados e lembradas, a forma primitiva de “Bom dia a todos e todas”) exclui os mesmos indivíduos. Para superar essa dificuldade, a filósofa brasileira Marcia Tiburi acaba de editar o livro “Feminismo em comum para todas, todes e todos”. Percebendo bem que a formulação “todos e todas” não era completamente inclusiva, Tiburi acrescentou a forma “todes”. Só dizendo “todes” conseguimos incluir toda a gente (por enquanto). O que significa que os algarvios e as algarvias sempre foram inclusivos e inclusivas, mesmo sem o saberem. Um abraço para esse povo. Quem fala assim não é gago. Nem gaga.


(Crónica publicada na VISÃO 1302, de 15 de fevereiro de 2018) conteúdo só disponível *online* para assinantes.

Artigo recolhido em 25 de Fevereiro de 2024

Gabinete de curiosidades

27 julho, 2021 às 22:05



 Afonso Reis Cabral

Há uns dias, o Museu da Língua Portuguesa - felizmente renascido das cinzas, será reinaugurado este fim-de-semana - publicou nas redes sociais um texto em que incentivava a que o visitassem "todos, todas e todes". Se um dia for a São Paulo, lá estarei de novo. Mas, antes, uma ou duas coisas.

Há uns dias, o Museu da Língua Portuguesa - felizmente renascido das cinzas, será reinaugurado este fim-de-semana - publicou nas redes sociais um texto em que incentivava a que o visitassem "todos, todas e todes". Se um dia for a São Paulo, lá estarei de novo. Mas, antes, uma ou duas coisas.

Fora da clique bem-pensante que melhor respira nas redes sociais, a esmagadora maioria dos falantes não sabe o que é "todes", mas eu explico: trata-se de linguagem inclusiva, uma espécie de conceito chave-na-mão nascido nos movimentos sociais e académicos de modo a integrar quem não se identifica como mulher ou homem.

E é outra coisa: uma corrupção disparatada da língua que não serve a ninguém. Falta-lhe pragmatismo e pertinência - e sobretudo falta-lhe outro elemento que até é importante para qualquer língua (ao latim, por exemplo, por estes dias, também lhe falta o mesmo): os falantes,

o povo. Fora da tal clique, ninguém fala ou escreve assim. E mesmo a esses se lhes deve enrolar a língua perante tanta contradição.

Outros como eu denunciaram o disparate. De imediato, fomos rotulados como aqueles que querem deter o progresso, travar os novos usos da língua. Como se a clique representasse um imenso povo que se decidiu pela inclusão ao inventar e adoptar o "todes" e seus afins.

Quando não se concorda com a deriva laboratorial inclusiva que pretendem impor à língua, muito facilmente se é apelidado de opressor, retrógrado e outros que tais. Acusado de contrariar os bons sentimentos, as boas intenções de quem apenas pretende não ofender, incluir, salvaguardar - etecetera.

Que jogo ingrato de jogar. Não se pode falar de gramática sem falar de sentimentos? Não se pode dizer, com neutralidade e sensatez, que "todes" não só é uma má solução para um problema que não existe, como na verdade a grande maioria dos falantes ou não sabe o que é ou a rejeita?

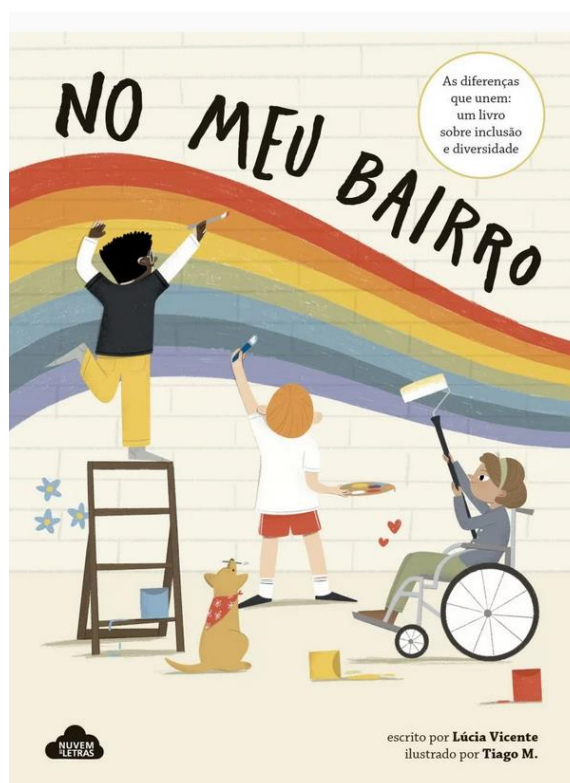
Concordo quando tentam atirar para cima de mim que a língua é do povo, e concordo também quando dizem que é preciso louvar as suas inúmeras variantes, usos e corruptelas. Porém, embora a clique tenha o povo na boca, neste caso falta-lhe o mais importante, que é a boca do povo. Simplesmente, não são os pontas-de-lança dos falantes nem representam um novo uso espontâneo da língua.

Cada um se entrega ao que acha melhor, não tenho nada contra isso - considero estes entretenimentos com a língua mais ou menos inofensivos, embora me espantem -; já o único museu dedicado à língua portuguesa promover algo que nada tem que ver com a língua portuguesa é outra coisa. É transformar um museu ainda agora renascido num gabinete de curiosidades.

Jornal de Notícias, 27 de julho de 2021, artigo por Afonso Reis Cabral.

Artigo recolhido em 21 de fevereiro de 2024

<https://www.jn.pt/opiniao/afonso-reis-cabral/gabinete-de-curiosidades-13981174.html/amp/>



'No Meu Bairro

As diferenças que unem: um livro sobre inclusão e diversidade

Lúcia Vicente, Tiago M.

Nuvem de Letras, 2023 1K 110 0 0 110

O livro infantil *No Meu Bairro*, de Lúcia Vicente, com ilustração de Tiago M., é uma edição Nuvem de Letras, com a chancela do grupo editorial Penguin Random House. Nele a autora conta, em verso, as histórias de 12 crianças que têm em comum o facto de serem diferentes do que é considerado o padrão normal em sociedade. Este facto permite à autora abordar temas relacionados com «a diversidade de género, familiar, racial ou de credo religioso» (p. 7), com o objetivo de contribuir quer para a discussão pedagógica destes temas quer para a normalização do que é visto como diferente.

Este livro tem a particularidade de ser o primeiro a ser editado em Portugal com recurso ao sistema ELU. Trata-se de um sistema de adequação a uma linguagem que busca ser inclusiva ao esbater as diferenças linguísticas entre masculino e feminino por meio da construção de uma linguagem neutra que possibilita a inclusão no discurso de pessoas não-binárias, de género neutro ou de género indeterminado.

Em traços gerais, o sistema ELU, para marcar o género neutro, usa o neopronome “elu(s)” em lugar de ele(s)/ela(s), adota o sufixo “-e” em vez dos sufixos -o/-a e faz a flexão no plural

com o sufixo “-es” em vez de -os/-as. Relativamente a esta última opção, a autora afirma, na introdução, que optou por marcar o plural com o sufixo “-us”, o que assume como forma de respeitar a diversidade e a inclusão e como um contributo para a «normalização da linguagem neutra no idioma português» (p. 7).

Eis alguns exemplos de segmentos textuais que ilustram as opções por uma linguagem neutra na publicação: «Es primes juntaram-se a ela e a partir daquele dia/ mesmo depois da pandemia, ficou conhecida por todes» (p. 17); «Pouco depois, já todes sabiam/ que aquele diretor-imperador não aprovava o que elus vestiam» (p. 27). Refira-se, todavia, que na obra a presença do sistema ELU é muito discreta e pontual, adotando a autora outras estratégias para conseguir o objetivo de uma linguagem neutra.

Cf. Livro infantil "No meu bairro" dá origem a peça de teatro sobre inclusão e diversidade

Por Carla Marques

In Ciberdúvidas da Língua Portuguesa,

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/atualidades/montra/livros/no-meu-bairro/373>

consultado e recolhido em 14-12-2024



Linguagem inclusiva – uma das respostas necessárias à violência e à censura

📅 25/09/2023 👤 SOS Racismo 📁 Comunicados de imprensa

No passado dia 22 de Setembro, numa livraria em Lisboa, foi apresentado o livro infantil “No meu bairro”, escrito por Lúcia Vicente e ilustrado por Tiago M. Trata-se de uma obra que inclui 12 histórias de ficção em rima, em que as protagonistas são as crianças que falam sobre a sua vida, sobre racismo, identidade de género, religião, bullying e ativismo. É também provavelmente o primeiro livro infantil publicado em Portugal a usar a linguagem neutra baseada no Sistema ELU. O lançamento desta obra, merece por estes motivos desde logo o interesse e apoio do SOS Racismo. Infelizmente os factos que se desenrolaram no seu lançamento merecem lamentavelmente o nosso mais enérgico repúdio e tomada de posição.

Relatos da própria escritora, ilustrador e de outras pessoas na assistência, descreveram a presença de uma dezena de pessoas que durante a apresentação do livro desencadearam um protesto que culminou no boicote à apresentação em si, quando um dos protestantes munido de megafone impediu a sua continuidade. Não se tratou de um debate de ideias, tratou-se da invasão do evento com uma postura intimidatória. Os protestantes em nenhum momento se mostraram disponíveis a conversar pacificamente, racionalizar ideias e muito menos a abrir espaço para a empatia pelos outros. Ficou óbvia a sua postura ao filmarem tudo o que ocorreu e tentarem silenciar os autores da iniciativa com o megafone em riste. A resistência a sair do local foi também evidente, já depois da insistência dos organizadores e responsáveis da livraria e assistência, só sendo possível após a intervenção da polícia PSP, que identificou os protestantes. A autora do livro considerou ainda apresentar queixa no Ministério Público.

Antes e após esta iniciativa, somaram-se outros comentários à iniciativa, apresentados nas redes sociais, e que expressavam bem a narrativa de violência e intolerância contra a linguagem inclusiva. Sob o jugo do perigo das ideias, da contaminação do espaço público, da

educação e da cultura e pela imposição do pensamento heteronormativo, estes comentários insistem em inspirar o medo e apreensão face ao outro, à diversidade, alimentando antes uma cultura de violência e de silenciamento. Mais uma vez assiste-se a comparar o incomparável, a alegar liberdade de expressão quando o que praticam é a opressão.

A linguagem inclusiva vem sendo uma das ferramentas essenciais do longo processo de combate à discriminação de género, racista, capacitista e de outras formas de discriminação. O SOS Racismo apoia iniciativas como a dos autores do livro “No meu bairro” como caminho para a construção de uma sociedade de iguais para iguais. O SOS Racismo repudia também de forma veemente o protesto ocorrido, a violência que concretizou e que representa. E sublinha, estar com a linguagem inclusiva não é só estar pela liberdade de expressão, mas sim existir/resistir sobre a violência e censura impostas pelos que insistem em alimentar a desigualdade e exclusão da nossa vida colectiva. Tiago M, ilustrador do livro “No meu bairro”, conclui, face ao ocorrido “a necessidade para continuar a abrir caminho para o amor e para a tolerância é óbvia e aqui estaremos para continuar a fazê-lo”.

Página oficial da associação SOS Racismo, em 26 de Setembro de 2023.

Recolhido em 21 de fevereiro de 2024

<https://www.sosracismo.pt/comunicados-de-imprensa/linguagem-inclusiva-uma-das-respostas-necessarias-a-violencia-e-a-censura>



Clara Não Ilustradora, ativista, autora

Podem escolher não evoluir, mas não critiquem nem condicionem quem se atualiza, quem procura a inclusividade. A língua que usamos tem de ser uma língua passível de falar sobre toda a gente, com toda a gente.

As mulheres não são uma minoria de quantidade, são uma minoria de poder. Ou seja, como escreve Criado Perez, “a verdadeira razão para excluirmos as mulheres é porque vemos os direitos de 50% da população como um interesse de minoria.” (Mulheres Invisíveis, pág. 306). Um dos problemas que, por muito que pareça superficial é a origem de grandes desigualdades, é o uso do masculino genérico (também chamado de “masculino universal”): usar o género masculino por defeito, no singular ou plural.

Começo logo por referir que me recuso a usar “Homem” com letra maiúscula. Se é para representar a espécie humana, podemos escrever “Humanidade” que não perdemos anos de vida a escrever mais umas letras. O uso da palavra “Homem” não só torna as mulheres secundárias na história, ou até as elimina da equação, como já trouxe problemas na análise de estudos antropológicos.

Nesta crónica proponho-me a deixar claras algumas das implicações efetivas do uso do masculino universal, quer em situações imediatas de ação, quer na memória associativa prolongada — os chamados estereótipos que residem em todas, todes e todos nós de alguma forma.

Quando nos apercebemos destas implicações, a desigualdade de tratamento conforme o género torna-se mais gritante, pois estamos mais alerta para as consequências do uso do masculino universal. Quando estava a fazer a minha submissão para a Business School de uma universidade, deparei-me com papéis de inscrição só em masculino, com a presença constante de “o aluno”, sem sequer com um /a, ou, no limite um (a) — não que fizesse uma diferença predominante como comprovam estudos, se o feminino aparece sempre em

segundo (MI, pág. 25). Não me senti nada representada, parecia que aquela universidade nem me queria. Pois bem, se fosse para eu entrar, teria de ser tal e qual como sou. Portanto, imprimi os papéis todos de inscrição e cortei os “o” dos masculinos e escrevi “a”. (Entrei, já agora).

O uso do masculino por defeito traz consequências imediatas para as nossas vidas, desde questões mais pequenas contornáveis (que não deixam de ser problemas) a grandes falhas: “mulheres com frio no escritório, porque a temperatura está regulada para a norma térmica masculina”; “dificuldade em alcançar a prateleira superior regulada para a norma da altura masculina (cis)”; falhas graves em testes de laboratório por falta de clareza quanto ao sexo das pessoas sujeitas aos testes, resultando em anomalias atípicas de medicamentos em mulheres; falta de clareza em estudos antropológicos, pois não se sabe se estamos a falar de “homens” como o conjunto de pessoas de todos os géneros ou do sexo masculino; e ainda distorção de estudos científicos — um artigo de 2015 analisou o enviesamento até da autopercepção em estudos psicológicos por parte das mulheres, aquando a leitura das questões com masculino genérico. “As suas respostas eram afetadas, distorcendo o sentido dos resultados dos testes.” (Mulheres Invisíveis, de Carolina Criado Perez).

A mentira da História

A História do mundo é-nos contada por homens, escrita por homens, com a perspetiva de homens. “Está tudo marcado — desfigurado — por uma “presença ausente” de forma feminina. Um enorme desequilíbrio nos dados disponíveis: o défice informacional de género.”

Por exemplo, ensinam-nos que na Grécia Antiga nasceu a democracia, quando a metade feminina da população estava excluída das tomadas de decisão da política e sem direito a voto. Não foi berço nenhum da democracia. Poderíamos chamar-lhe, talvez, berço do pensamento crítico público dos homens. Mais à frente na História, vemos que o período entre os séculos XIV e XVII como “o Renascimento”, mas as mulheres continuavam excluídas da vida artística e profissional (Carol Travis, em *The Mismeasure of Women*). De seguida, o chamado de “Iluminismo”, que expandiu “os direitos do homem”, não fez o mesmo pelas mulheres, pelo contrário: foi-lhes negado o “controlo dos bens e dos rendimentos e o acesso à educação superior e formação profissional”. (MI, pp. 31,32).

Indubitavelmente, uma das grandes consequências do uso do masculino genérico é o apagar das mulheres na história. Parece que nem nos lembramos que elas existem, porque não estão representadas em lado nenhum. Podemos afirmar que tal também aconteceu devido aos escritores de História terem sido maioritariamente homens. Neste caso, o ponto a focar seria

a negação de escolaridade às mulheres por forma a silenciá-las e a privá-las de opinião pública e política. (Ver livro *Women and Power*, de Mary Beard).

Por muito que possa parecer uma consequência que reside na História do passado, as mulheres continuam a ser apagadas da História nos dias de hoje, com as suas conquistas ignoradas. Por exemplo, em 2013, Andy Murray, tenista britânico, foi congratulado pelos media por ter posto fim a “uma espera de 77 anos para que um britânico vencesse o torneio de Wimbledon”, quando, na verdade, Virginia Wade já o tinha ganhado em 1977. Uns anos mais tarde, um jornalista desportivo disse a Murray que ele era “a primeira pessoa a ganhar duas medalhas olímpicas no ténis”, quando Venus e Serena Williams tinham quatro cada uma. Felizmente, Murray corrigiu o jornalista com esta informação.

Na verdade, no desporto, para além de altas desigualdades salariais, não faltam exemplos de anulação das mulheres (e pessoas queer, mas esse assunto merece uma crónica por si só). Por exemplo, diz-se comumente nos EUA que a equipa de futebol nunca venceu o Campeonato Mundial, quando a equipa feminina já a venceu quatro vezes. Isto porque quando se fala da “equipa de futebol de um clube” procura-se referir automaticamente à masculina, mas para nomear a feminina escrevemos sempre “feminina” à frente. Ao anularmos a possível presença de uma equipa feminina — não se ouve dizer “a equipa de futebol masculina do Porto ganhou a Taça da Liga” —, anulamos a sua presença e esta denominação na linguagem passa a ser uma forma de exclusão.

Basta pensar que quando se diz “O Porto vai jogar contra o Benfica na Luz” depreende-se, automaticamente, de que se tratam das equipas masculinas. Isto acontece em praticamente todos os desportos e em muitas outras áreas. Veja-se na língua inglesa quando se acrescenta o “lady” a cargos de género neutro mais comumente atribuídos a homens por defeito: “Lady Boss” (e o pior “Girl Boss”), Lady Lawyer, etc. É irritante porque, para além de uma condescendência, é uma forma de excluir as mulheres dos grupos dos advogados, chefes, etc. Fenómeno equiparável às designações de “Literatura Feminina” e “Literatura para Mulheres”.

Já que mencionei profissões, façamos uma análise de como as profissões são geralmente ensinadas logo impregnadas de “profissões de homem” e “profissões de mulher”. Uma profissão é para quem tiver capacidades físicas e psicológicas para a ter. No entanto, quando se usa o masculino genérico, as pessoas tendem a lembrar-se mais de homens do que de mulheres.

Há uns anos organizei um workshop de ilustração para crianças na Reitoria da Universidade do Porto. As crianças foram convidadas a ilustrar profissões. De todas as crianças, só houve uma que foi contra estereótipos de género. Pessoas polícias e médicas eram sempre designados como homens; professoras, enfermeiras, bailarinas designadas como mulheres. Quais as consequências? Pacientes que não confiam em médicas, preferem um médico; pessoas que acham que advogados homens são mais competentes só por serem homens; que uma mulher no escritório deve ser por defeito funcionária e não chefe. Outro resultado do uso do masculino universal é os diferentes desenlaces da mesma circunstância conforme o género: aumentam salários a homens porque têm família, mas diminuem proposta de salário a mulheres porque têm família — a primitiva lengalenga que um homem com família tem de ganhar mais dinheiro para a sustentar, mas uma mulher com família vai trabalhar menos porque é automaticamente a cuidadora... Não é por acaso de muitos empregadores ainda perguntam às mulheres — e não aos homens — em entrevistas de emprego, se elas são mães ou tencionam ser (por muito que já não seja legal perguntar).

Para piorar este panorama, “em 2012, um estudo do Fórum Económico Mundial descobriu que países em que se falam línguas com flexões de género — com ideias de masculino e feminino fortemente presentes em quase todos os enunciados — são também aqueles em que há mais desigualdades em termos de género” (MI, pág. 25).

Dar a volta na Linguagem

Há pessoas que acusam quem tenta dar a volta ao masculino genérico de estar a estragar a língua (Não só em Portugal, mas noutros países de língua de origem latina, como Espanha e França). “Porque o plural masculino já pressupõe que possam estar mulheres incluídas” dizem essas pessoas. Ora bem, pressupõe, não esclarece, ou seja, torna a presença das mulheres secundárias, anula até a sua presença. Para os puristas da língua, ide então usar o português antes de dos diversos acordos ortográficos. Até deixo aqui o link para escolherem o acordo que acham mais purista, ou então façam um exorcismo a um dicionário atual, para mim tanto me faz. O que é relevante perceber é que a língua foi criada por pessoas, por isso pode e é mudada por pessoas. Senão, o latim não seria uma língua morta.

Mesmo assim, para a inclusão social total na linguagem, não basta usar os dois géneros binários. A partir do momento em que há pessoas não binárias — e sempre existiram, por muito que pudessem não o ser publicamente —, precisamos que a língua se adapte à sua existência, porque também é a língua delus. Assim nasceu o Sistema Elu. Num segundo nível, é preciso preparar também os corretores automáticos, que corrigem mais depressa para masculino que para feminino e não reconhecem o género neutro.

Há ainda quem utilize o “x” em vez do o/a em palavras, ou até o arroba (“@”). Este último falha ao excluir o género neutro e os dois falham pela falta de inclusividade digital das pessoas cegas que usam um sistema de leitura áudio de texto digital, que não consegue ler palavras

com “x” ou “@”. O Sistema Elu, por usar letras na sua composição, ultrapassa este problema. Vejam-se agora algumas flexões do género neutro:

mesmos/ mesmas/ mesmas

deles/ delas/ delus

ele/ ela/ elu

lindo/ linda/ linde

Quem tem medo de mudança não evolui

Podem escolher não evoluir, mas não critiquem nem condicionem quem se atualiza, quem procura a inclusividade. A língua que usamos tem de ser uma língua passível de falar sobre toda a gente, com toda a gente. Se vos faz confusão o género neutro, porque *inserir aqui uma piada qualquer*, pelo menos que façam um esforço para incluir plurais masculinos e femininos. O mínimo é continuar a falar e escrever como bem vos apetecer, mas não incomodar quem escreve com inclusividade. Não vos tira nenhum pedaço. Na verdade, é com linguagem inclusiva que se consegue representar o bolo todo da sociedade e não só a fatiazinha de privilégio que é usada para a foto da publicidade do Mundo do Homem.

Livros referidos:

Mulheres Invisíveis — Como os Dados Configuram o Mundo Feito para os Homens, de Carolina Criado Perez

Women & Power — A Manifesto, de Mary Beard

Sugestão: Para quem for traduzir livros que falem sobre o problema do masculino genérico/ universal, por favor não escrevam os grupos plurais de pessoas no geral com plurais masculinos. É completamente descabido e contraproducente.

Artigo do semanário Expresso de 20 de fevereiro de 2023

Recolhido em 27 de fevereiro de 2024.



Bernardo Mendonça Jornalista

Confesso que não compreendo as várias vidas de certas polémicas. Muito menos quando vêm de partidos ditos democráticos. Quero acreditar que é uma questão de tempo, de reflexão, e de conhecimento para que muitos preconceitos, dúvidas e ideias enganosas que criam alarde - e que excluem e amesquinham pessoas - caiam por terra, porque não são sérias, nem científicas, ou respeitadoras dos direitos humanos.

A origem da confusão

Na origem da confusão que persiste na cabeça de algumas pessoas, recordo que a 9 de Julho, a Direção-Geral da Saúde (DGS) lançou um questionário online sobre a menstruação, intitulado "Vamos falar de menstruação?", com o objetivo de "realizar um diagnóstico de situação sobre saúde menstrual em Portugal", e para o qual a DGS "convida à participação de todas as pessoas que menstruam".

E perante o rigor desta pergunta inclusiva da DGS, houve um grupo de vozes indignadas com a escolha do termo, alegando que "apenas as mulheres menstruam".

Campanha sobre menstruação da DGS

O termo inclusivo da DGS

A questão chegou a semana passada à assembleia, quando o deputado do PSD, Bruno Vitorino, quis que a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, esclarecesse se autorizou a dita campanha da DGS sobre a menstruação que utiliza a expressão "pessoas que menstruam", em vez de usar o termo "mulheres".

Na sua intervenção o deputado acusou a DGS de usar linguagem que "deriva da ideologia defendida por alguns e não da ciência". A piscar os olhos à lenga lenga falsa da extrema direita sobre o que chamam enganosamente de "ideologia de género".

Ora isto é pura mentira e desinformação. E não, não é ideologia de género. Há muito que a ciência e a lei reconhecem as identidades trans, logo é facto que existem homens trans e pessoas intersexo e não binárias que têm útero e menstruam, mas que não se identificam como mulheres, nem é esse o género que consta atualmente no cartão de identificação de muitas dessas pessoas.

Para que ninguém com útero, e que tenha menstruação, fique de fora destes inquéritos, ou rastreios de saúde que protegem e salvam vidas. Até porque este é o termo usado atualmente na documentação internacional da Comunidade Europeia sobre estas matérias.

E, sobre isto, trago para aqui o olhar da médica obstetra e ginecologista Lisa Vicente, que entrevistei recentemente no meu podcast.

O que diz a comunidade científica

Lisa afirma também que o termo que apoquentou um certo deputado do PSD é há muito usado pela comunidade científica internacional. E que afirmações como a dele revelam confusão.

“A expressão ‘pessoas que menstruam’ é utilizada há já vários anos em documentos e orientações internacionais e nacionais. São disto exemplo a UNICEF, a *United Nations Population Fund* (UNPFA), entre muitas outras que abordam a saúde menstrual. Não é por isso novidade para quem estuda este tema, mas esta pode ser uma boa altura para transmitir boa informação para todas as pessoas.”

Lisa atende há muito no seu consultório mulheres cis [mulheres que se identificam com o género que lhes foi atribuído à nascença] e homens trans. A médica defende o termo inclusivo adotado pela DGS, para que abranja todas as pessoas que menstruam.

Para arrumar a conversa, a médica deixa claro que de facto, nem todas as mulheres menstruam, e nem toda a gente que menstrua é mulher.

“Há mulheres cis que menstruam, ciclicamente. Há outras que não menstruam, por doença, terapêuticas, pelo método contraceutivo que utilizam, porque estão grávidas ou a amamentar, porque estão em menopausa.

Ou até porque não têm um útero (consequência, por exemplo, de uma histerectomia). Não menstruar não faz de uma mulher cis menos mulher, nem muda a identidade de género de alguém, seja ela qual for. Por outro lado, há homens trans e pessoas de género diverso que podem menstruar.”

Mudança de género e não de sexo

E, quanto a isto, Lisa esclarece uma questão clínica, que pode não ser do conhecimento de todas as pessoas. E que poderá ajudar quem me lê à percepção da realidade destas identidades, fora de ideias feitas ou estereótipos. É que transição de género não é sinónimo de transição de sexo. Nem uma coisa implica a outra, como noutros tempos:

“Mesmo iniciando terapêutica hormonal de afirmação de género, cada pessoa pode manter os órgãos [reprodutivos] com que nasceu. Não há nenhuma indicação formal [nem legal] para

cirurgia, a não ser a vontade da própria de o fazer. E, por isso, no caso das pessoas que nasceram com uma vagina, útero e ovários, eles podem continuar a existir e a necessitar de vigilância e cuidados ao longo da vida.

Como tal estas pessoas, homens trans, ou de género diverso, menstruam ou perdem sangue em algumas alturas. Ou ciclicamente se não fizerem terapêutica hormonal.”

Por outras palavras, também estas pessoas trans precisam de informação sobre menstruação e de serem incluídas nas questões abordadas antes. Lisa resume a questão ao essencial:

“O denominador comum: as pessoas terem útero e terem de experienciar uma menstruação. Cada um de nós é, antes de mais, uma pessoa. Com as suas necessidades, as suas dúvidas e o seu direito de acesso a uma saúde menstrual confortável.”

Ou seja, todas as pessoas com útero devem ter acesso aos mesmos cuidados de saúde menstrual. Sejam elas mulheres cis, homens trans, ou outras pessoas de género diverso. Simples, não?

Artigo do jornal Expresso do dia 27 de julho de 2024

Recolhido em 14 -de dezembro de 2024

Anexo IV

Discurso/texto oficial

Corpus oficial 1



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL CONCERTAÇÃO SOCIAL ARBITRAGEM PUBLICAÇÕES COMUNICAÇÃO CONTACTOS

Manual de linguagem inclusiva do CES recolhido em 25 de fevereiro de 2024

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/12-Manual-de-Linguagem-Inclusiva-CES.pdf>

Corpus oficial 2



Manual de linguagem inclusiva do Parlamento Europeu (2018) recolhido em 25 de fevereiro de 2024

https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf



Plano para a Igualdade de Género da U.Porto ↓

Um Plano de e para todas/os	O que se pretende?	>
	Como participar?	>

Guia para a Utilização de Linguagem Inclusiva ↓

Recolhido em 28 de fevereiro de 2024

[https://www.up.pt/portal/pt/conhecer/sobre-a-uporto/igualdade-inclusao-e-diversidade/file:///C:/Users/sandr/Downloads/Guia%20para%20a%20Utiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Linguagem%20Inclusiva\(2\).pdf](https://www.up.pt/portal/pt/conhecer/sobre-a-uporto/igualdade-inclusao-e-diversidade/file:///C:/Users/sandr/Downloads/Guia%20para%20a%20Utiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Linguagem%20Inclusiva(2).pdf)

Anexo V

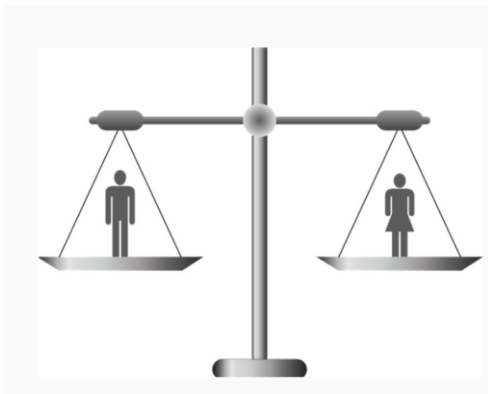
Discursos acadêmico

Corpus acadêmico 1

'«A gramática não tem sexo, não é inclusiva nem exclusiva»

Linguista mexicana contesta as teses sobre sexismo linguístico

Por Enrique Mendoza Hernández/Concepción Company Company 3 de abril de 2019 '



'« (...) Discordando da adoção oficial da plurais "inclusivos" e linguagem inclusiva, a linguista mexicana Concepción Company Company nega reiteradamente, ao longo da entrevista – concedida à revista Zeta e incluída num trabalho intitulado "La gramática no tiene sexo, no es incluyente ni excluyente", – que as novas formulações do espanhol sejam factor de igualdade de género, porque as línguas são arbitrárias e convencionais. (...)»

O contraste entre o género masculino e o feminino, que, no português, estrutura grande parte dos nomes e adjetivos, além de marcar outras classes de palavras, constitui uma característica morfológica muito antiga compartilhada com outras línguas românicas ocidentais, incluindo o espanhol (ou seja, o castelhano). Mas, na atualidade, a luta pela igualdade de género e a contestação da sociedade patriarcal têm levado, por exemplo, a procurar soluções inclusivas também linguísticas, entre elas, a de uma alternativa ao masculino plural, visto como discriminatório quando se refere a pessoas e animais de ambos os sexos. Criam-se assim grafias condensadas com recurso ao sinal @ ou às letras x e e no plural (tod@s, todxs ou todes) para assinalar os dois géneros geralmente marcados por -o e -a (todos e todas) ou opta-se no discurso oral ou escrito por desdobrar esses plurais em estruturas analíticas coordenadas: «mexicanos e mexicanas»/«mexicanas e mexicanos», em vez do sintético uso tradicional «mexicanos». No entanto, estas formulações para combater o sexismo encontram certas dificuldades e têm recebido muitas críticas em países cujas línguas oficiais ou principais têm dois géneros gramaticais, interpretáveis em função da diferenciação sexual, ainda que não totalmente.

Este é o contexto das declarações da linguista mexicana Concepción Company Company em entrevista concedida à revista Zeta e incluída num trabalho intitulado "La gramática no tiene sexo, no es incluyente ni excluyente" – isto é, «a gramática não tem sexo, não é inclusiva nem exclusiva».

Discordando da adoção oficial da plurais "inclusivos" e linguagem inclusiva, a linguista mexicana nega reiteradamente, ao longo da entrevista, que as novas formulações do espanhol sejam factor de igualdade de género, porque as línguas são arbitrarias e convencionais. Com efeito, no campo das profissões, é possível dar visibilidade às mulheres independentemente da formação sistemática de termos e expressões do género feminino (por exemplo, arquitecta ou jueza, respetivamente arquiteta e juíza em português), em simetria com os tradicionais nomes do género masculino (arquitecto, juez). Em contrapartida, há idiomas que, não obstante não marcarem contraste de género gramatical, são falados por sociedades que pouco ou nada consideram os direitos das mulheres. Além disso, sustenta Company, é duvidoso que a promoção ou imposição da linguagem inclusiva tenha impacto na morfologia da língua, dada a temporalidade própria dos fenómenos de inovação e mudança linguísticas: «A gramática é uma série de convenções seculares, até milenárias, sedimentadas sob a forma de regras, hábitos e rotinas, de muito lenta transformação, e devemos perceber, como é sabido, que o masculino não reflete sexo, reflete uma convenção indiferente ao género. Se eu perguntar «quantos filhos tem?», suponho que [quem me ouve] pensa em filhos e filhas, em todos; mas, se lhe perguntar «quantas filhas tem», ficam excluídos [os filhos]; esta é a prova de o masculino ser indiferente.» A entrevistada tece críticas ao uso de @ (que classifica de elitista) e construções coordenadas («todas e todos») em alternativa ao masculino plural abrangente dos dois géneros, por, a seu ver, criarem dificuldades de leitura ou de falta de economia da expressão.

in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa,

<https://ciberduvidas.iscteiuil.pt/artigos/rubricas/controversias/a-gramatica-nao-tem-sexo-nao-e-inclusiva-nem-exclusiva/3831#>

[consultado e recolhido em 17-02-2024]



Carlos André

13 de fevereiro de 2022 · 🌐



A gramática e o género¹⁴

Dizem ser possível que, pela segunda vez, uma mulher venha a presidir à Assembleia da República. Se isso acontecer, não vai faltar quem queira chamar-lhe "Presidenta". Será assim? Presidente ou Presidenta?

A questão entrou na ordem do dia quando uma senhora de língua materna castelhana, decidiu (exigiu?) ser chamada "presidenta" da fundação que dirige. Presidente ou Presidenta?

1. O rigor da gramática

Presidente, para quem não sabe, é o particípio presente do verbo "presidir". Assim era no latim ("praesidente(m)", no acusativo). Ora, no particípio presente, apenas existe uma forma, seja para o masculino, seja para o feminino.

Tanto assim é que não vejo as defensoras e os defensores da forma "presidenta" fazerem igual campanha no tocante a outros particípios presentes. Não creio que defendam que há "assistantas" universitárias ou médicas "assistantas"; como não se referem a "pacientas", se se tratar de mulheres; como não vejo que reclamem que as mulheres sejam "ouvintas" e não "ouvintes" ou que na rua haverá vendedoras "ambulantas". Os exemplos poderiam multiplicar-se até à exaustão, já que os particípios presentes, em /a/, em /e/ ou em /i/ são tantos quantos os respectivos verbos.

Ou seja, tal como não há "ouvintas" nem "ambulantas" nem "assistantas" nem "aprendentas", obviamente também não há "presidentas".

2. Um princípio que fere a igualdade de género

A questão, porém, é mais delicada do que parece e volta-se contra quem defende a forma "presidenta". Explico.

É que a defesa da forma "presidenta" parece assentar no princípio (errado) de que o /e/ seria uma forma de masculino, que importaria substituir pela forma de feminino /a/. Tal princípio acaba por ser o implícito reconhecimento de que o feminino tem o exclusivo do /a/, o que não é verdade como a seguir direi, e de que o masculino tem as demais vogais, entre elas o /o/ e o /e/, além de outras, eventualmente. Ora, aceitar isso é aceitar uma desigualdade gritante, que a gramática não valida. Desigualdade, porque seria confinar o feminino ao /a/ e deixar para o masculino tudo o mais. Isso, sim, é desigualdade.

¹⁴ O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico

3. A falsa questão do feminino /a/

São escassos, como se sabe, os substantivos femininos terminados em /o/, mas existem. Já o contrário, ou seja, masculinos em /a/ são por demais abundantes. Um homem que se dedica à poesia não é "poeto", é "poeta"; como ninguém se reivindica de ser "atleto", em vez de "atleta", ou "artista", em vez de "artista"; os médicos são "pediatras", "fisiatras", "obstetras", "dentistas" e por aí fora, e não "pediatros", "fisiatros", "obstetros", "dentistos", etc.

Os exemplos poderiam multiplicar-se, uma vez mais até à exaustão. Prova de que o /a/ não é um exclusivo do feminino, o que parece não suscitar objecções a ninguém.

4. A gramática e a igualdade de género

Não digo que não haja correcções a fazer, do ponto de vista das regras gramaticais, no tocante à igualdade de género. Há. E talvez não sejam poucas. Mas manda a prudência que sejamos avisados e: a) que não enveredemos pelo disparate; b) que não acabemos por cair exactamente no contrário do que queremos, ou seja, acentuar a desigualdade, que era o que sucederia se "confinássemos" o género feminino à letra /a/.

5. Um simples exemplo, entre muitos: a concordância

Aqui temos, por exemplo, uma situação em que, não tenho dúvidas, o futuro acabará por reconhecer que as velhas regras precisam de ser reajustadas: a concordância. Um exemplo apenas: quando numa sala há 5 homens e 40 mulheres, manda a regra que se diga, se for esse o caso, que devem estar "todos calados". Aqui, a reclamação faz sentido, porque a desigualdade é manifesta. Não faltará muito que venha a admitir-se como certa a liberdade de escolha entre "todos calados" ou "todas caladas", já que seria absurdo fazer aplicar a regra da aritmética.

Em suma: a língua regista muitos reflexos de séculos de desigualdades, entre elas a de género; corrija-se o que tem de ser corrigido, que não será pouco; mas não se caia no erro de ser "maior a emenda que o soneto".

Post do Professor Carlos André em 13 de fevereiro de 2022

<https://www.facebook.com/profile/100047301743088/search/?q=Feminino>

Recolhido no dia 27 de fevereiro de 2024

Publicação de Língua e Tradição



'«Bom dia a todos e todas!»

Será correto usar todos e todas numa só expressão?

Por Fernando Pestana 29 de setembro de 2023 '

'.) É claro que todos já inclui todas as pessoas desse grupo, como já vimos acima, mas marcar no discurso a palavra todas significa dar relevo, significa mostrar consideração especial, significa desejar ressaltar os seres do sexo feminino daquele grupo. (...) »

Ontem me fizeram a seguinte pergunta:

– Professor, está correto usar «Bom dia a todos e todas»?

– Sim, está correto.

Mas, antes de eu explicar, vou fazer um resumo dos usos dessas duas formas pronominais, beleza? É o seguinte:

TODOS: segundo a gramática da língua portuguesa, quando esse pronome é empregado para se referir a pessoas de sexos diferentes, tem valor INCLUSIVO/NEUTRO, ou seja, seu uso vale para seres do sexo masculino e feminino simultaneamente. Agora, ele também pode ter valor exclusivamente masculino, referindo-se apenas a seres do sexo masculino. Este ou aquele uso dependerá do contexto frasal! (Já vou explicar mais à frente. Respire fundo.)

TODAS: segundo a gramática da língua portuguesa, quando esse pronome é usado para pessoas, refere-se apenas a seres do sexo feminino.

[Perceba o efeito dominó ao se distorcer a gramática da língua, a partir de agora.]

Dito isso, por que razão alguém usaria «Bom dia a todos e todas!» se a forma pronominal todos já inclui geral (seres de qualquer sexo e de qualquer gênero biopsicossocial)?

Simples. Dizer «Bom dia a todos e todas!» é uma forma de demonstrar deferência às mulheres do grupo para o qual se dirige o discurso.

É claro que todos já inclui todas as pessoas desse grupo, como já vimos acima, mas marcar no discurso a palavra todas significa dar relevo, significa mostrar consideração especial, significa desejar ressaltar os seres do sexo feminino daquele grupo. Isso é cortês e parece denotar a melhor das boas intenções, certo?

Ah, importante: quando se faz isso («Bom dia a todos e todas»), nós percebemos que o enunciador desta frase quis usar todos tão somente para seres do sexo masculino, o que está correto também, pois todos em contraposição com todas é uma forma que se refere, contextualmente, só a seres do sexo masculino.

MAS... como ideologia e linguagem caminham juntas, usar «todos e todas» acaba sendo empregado com intenções outras («Olha como fulano é inclusivo!»).

No entanto, há um provérbio que diz «O diabo está nos detalhes».

Ao fazerem isso, muitos (intencionalmente) acabam desencadeando a falácia de que a língua portuguesa é machista e que quem NÃO usa todos e todas automaticamente não é inclusivo e é (adivinha?) machista.

Percebe como se distorce a gramática, a linguagem, para atender a fins ideológicos?

Afinal de contas, quem quer ser tachado de machista e não inclusivo? Ter um alvo desses na testa implica ser jogado na lata do lixo da falta de empatia, da falta de respeito, da falta de HUMANIDADE.

Entenda: não estou dizendo que você não deva usar «Bom dia a todos e todas!» — afinal, você pode usar, sim, com a maior das boas intenções. O que NÃO se pode fazer é, subjacente ou explicitamente, condenar quem só usa «Bom dia a todos!», tachando-o de machista ou não inclusivo, ou não empático, pois fazer isso é distorcer a gramática da língua para fins escusos.

A honestidade intelectual e o respeito mútuo devem imperar.

Apontamento do professor e gramático brasileiro Fernando Pestana no mural Língua e Tradição (*Facebook*, 25/09/2023) Em linha:.'

<https://www.facebook.com/linguaetradicao/posts/pfbid02t1hoxFA6iEVCWJmmrunm9eq3pQ2yk97Vfw7bESUeZHRYwsofYViQcVRzju6DNp71I> Em linha:.'

Recolhido em 14-12-2024

Anexo VI

Discursos redes sociais

Corpus redes sociais 1



MÃE, SEMPRE!

Já não tenho idade, nem paciência para lutar por muitas causas. Aos poucos, fui arrumando as bandeiras de outros tempos, por desilusão, por cansaço e, confesso, pelo comodismo que a idade reclama depois de uma vida intensamente vivida.

Porém, há combates que me acompanharão até à morte. Se desistir deles, desisto da minha existência. Contra a ignorância, contra a futilidade, contra o exibicionismo da mediocridade, contra a indigência cultural, contra a violência doméstica, contra qualquer forma de exclusão e sempre na defesa pelos direitos que a Constituição atribuiu a todos nós, sem exceção.

Vem este preâmbulo pra dizer que olho com tolerância, mas também com muita desconfiança, para as exigências de linguagem inclusiva. Algumas vezes, concordo. De outras vezes, acho que são preciosismos patetas que não atrasam, nem adiantam. Porém, existem 'estudos' (como estou cansado de 'estudos' de patetas!) que, agora, parecem defender que se deve substituir a palavra MÃE por 'Pessoa Lactente'.

As palavras têm significações externas e dimensões internas que incluem a emoção, a carga simbólica que remete para universos intocáveis pelo atrevimento radicalismo linguístico. MÃE é uma dessas palavras.

As nossas mães não são as nossas MÃES por que foram 'pessoas lactentes'. Muitas delas nem sequer puderam dar de mamar aos seus filhos. MÃE é uma expressão sublime de

amor, seja quando amamentaram e quando o deixaram de o fazer. MÃE É UM COLO!
Existem mães que renegam os filhos. Mas são coisas raras. Terão sido 'pessoas lactantes'
mas, apesar disso, são mães.

A alarvidade, em nome da inclusão e da igualdade, é tão descomunal que só dá aso à indignação. Este 'estudo', mesmo sem o ter lido, não tem nada de científico. É pura e simplesmente amoral. É um dos sinais da Besta que nos seduz para a massificação, expurgada de afetos e de memórias.

Nem a mulher que pariu o autor ou os autores desta boçalidade vestida de progressismo é, ou são, apenas 'pessoas lactentes'. Nem as vacas, nem os elefantes, nem qualquer outro animal que possui instinto maternal para além da amamentação.


Embora seja um descrente quanto às virtudes das nossas pobres e facilmente subjugáveis elites, espero que esta traição à MÃE não faça caminho. É um nojo que ultrapassa em muito os nojos a que regularmente somos sujeitos em nome da novidade. Aqui, nesta página, em todas as páginas da minha vida, passadas, presentes e futuras, jamais existirá este absurdo insultuoso. Será sempre a MÃE! As nossas MÃES! As nossas queridas MÃES, quer estejam vivas quer já só vivam na nossa memória. Ver menos.

Página do Facebook de Francisco Moita Flores, em 3 de fevereiro de 2022

Post recolhido em: 21 de fevereiro de 2024.



<https://www.facebook.com/moitaflores/photos/a.444787488872073/7684548831562533/>



Corpus redes sociais 2



Jorge Pinheiro
30 de janeiro às 12:00 · 🌐

Os que se rendem à idiotice da linguagem inclusiva, não podem continuar a usar a palavra "virtude" e devem substituí-la por "antropotude". É que "virtude" deriva de "vir" (que está presente em "viril") e significa o valor guerreiro do homem (do macho, entenda-se). Ora digam lá se não tenho razão quando afirmo que o mal é terem fechado os manicómios. Os doidos andam por aí à solta e quem se trama somos todos nós. Manicómio, não, hospício, que os meninos podem ficar ofendidos. Vão-se catar! Sigam-me para mais sugestões.

  27 4 comentários 1 partilha

 Gosto  Partilhar

Página do Facebook de Jorge Pinheiro, em 3 de fevereiro de 2022

Post recolhido em: 25 de fevereiro de 2024.

<https://www.facebook.com/jorge.pinheiro.100/posts/pfbid036eoDuwX7h8nPWT8wvLieFfQv47HWs2dR844TTaK5DfnERYGq2kvuwEZiyroAsAwxl>

Corpus redes sociais 3



Kid...
@NewKidPortugal



Já não há forma de escapar disto, pois não? Aos poucos estão a dominar tudo...

É como Japão e Alemanha... perderam a guerra militar mas ganharam a guerra económica...

Estes da esquerda perderam a guerra revolucionária mas estão a ganhar a guerra da narrativa...

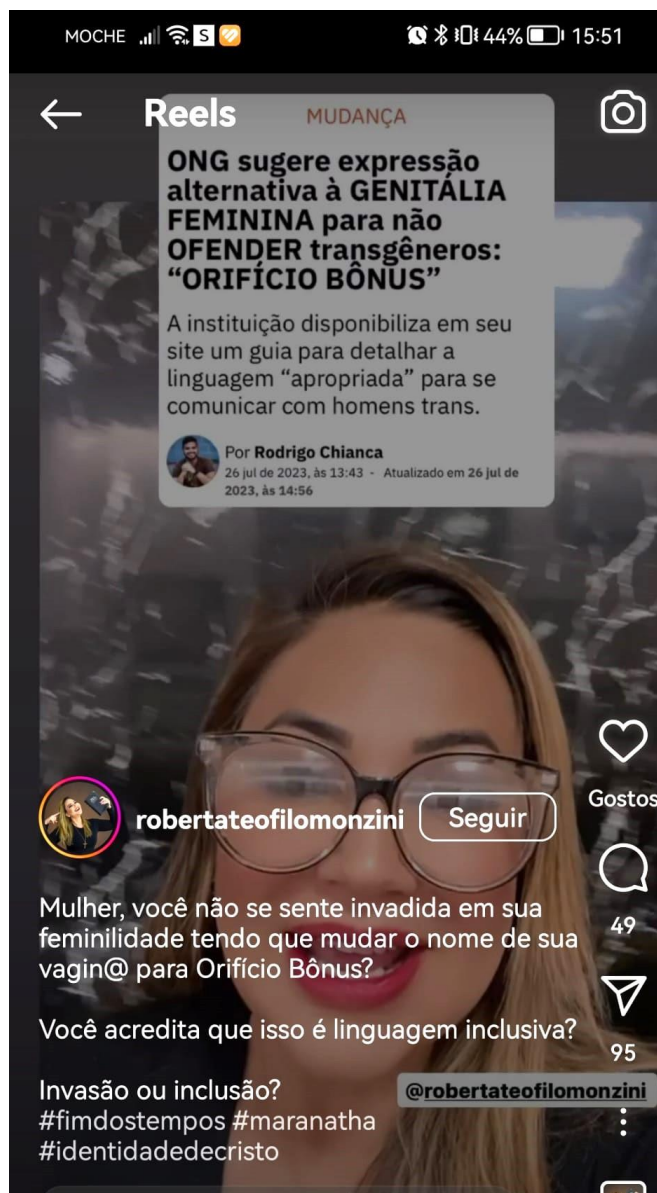


[Translate post](#)



Post na rede social X do utilizador @newkidportugal

Recolhido em 26 de Fevereiro de 2024



Reels da rede social Instagram do perfil de @robertateofilomonzini.

Recolhido em 27 de fevereiro de 2024.

https://www.instagram.com/p/Cvkg0_6t4Xk/?next=%2Foauth%2Fauthorize%2F%3Fclient_id%3D400f79529614b828f626077a1186a50%26redirect_uri%3Dhttps%3A%2F%2Fwww.sohopathi.com%2Faps_instagram_check%26redirect_to%3Dhttps%3A%2F%2Fwww.sohopathi.com%2Fstaff%2F21324-100002072%2F%26scope%3Duser_profile%2Cuser_media%26response_type%3Dcode%26logger_id%3Ddf6b6308-bd0a-4816-9f01-61bc97825e05

Corpus redes sociais 5



Andei nos últimos tempos mergulhada em documentos, debates e outras coisas mais para vos trazer um pouco sobre a linguagem inclusiva.

A linguagem inclusiva promove a igualdade entre homens e mulheres e eu tento adotar esta medida e defendo-a, não só porque a igualdade de género é a minha luta mas também porque procuro e quero falar com todas as pessoas.

Para mim, a linguagem inclusiva, é só mais um passo para a minha luta.

Partilhem comigo a vossa opinião e se gostaram deste breve resumo.



#igualdadedegenero #linguageminclusiva #halugarparatodos #igualdade
#eutueleelanósvóseleselas

Post do perfil de [_bulba_](#) de 18 de maio de 2021

Retirado em 27 de fevereiro de 2023

https://www.instagram.com/p/CPBqVz0MdyN/?img_index=1



Fernando Venâncio
4,9 mil amigos • 16 em comum

[Cancelar pedido](#) [Mensagem](#)

Fernando Venâncio

Post 1 (8 de agosto de 2021)

A LÍNGUA PORTUGUESA É FEMININA QUE CHEGUE

.

Querem fazer o favor de acabar com essa trapalhada da "linguagem inclusiva" ou "neutra"?
Ora vejam.

O Pedro é UMA CRIANÇA TRANQUILA.

O João é UMA PESSOA SINCERA.

O Paulo foi A SEGUNDA TESTEMUNHA do desastre.

O José foi A ÚLTIMA VÍTIMA de abuso do padrasto.

O Luís é UMA CRIATURA ANTIPÁTICA.

Há bastantes mais exemplos.

Na língua portuguesa, o género gramatical é INDEPENDENTE da rachinha e da pilinha.

Entendam duma vez!

FEMININO DISCRIMINATÓRIO

Post 2 (18 de março de 2021)

(A criança

A pessoa

A idade

A infância

A meninice

A adolescência
A maturidade
A velhice
A humanidade
A multidão
A nação
A pátria
A fé
A esperança
A caridade
A inteligência
A sensação
A impressão
A paciência
A intuição
A percepção
A consciência
A memória
A Terra
A Lua
A estrela
A galáxia
A morte
A vida

As mulheres são, na vida real, e por vezes brutalmente, discriminadas. Mas deixem o idioma em paz, com essa patetice de "linguagem inclusiva". Os idiomas podem ser, já de si, imensamente "femininos".

Comentário inspirado em conversa recente com Fernando Pinto.

Fernando Venâncio

Post 3 (25 de dezembro de 2021)

MINHES AMIGUES,

A edição em papel do suplemento ÍPSILON do "Público" de ontem, 24, continha um artigo da jornalista MARIANA DUARTE que foi truncado dos seus 4 últimos parágrafos. Aqui os reproduzo.

«No D. Maria II, este tópico também está em cima da mesa, procurando acompanhar uma discussão “que chega agora a uma esfera mais pública e dá primeiros passos”, diz Pedro Penim. “Estamos numa fase de estruturação e definição da fórmula que deverá ser usada. Acredito que, muito brevemente, chegaremos a um consenso que permita às instituições encontrar um formato para essa mudança necessária.” Por enquanto, e além das regras estabelecidas internamente, o TBA procura adaptar-se “às definições usadas pelos artistas”, como a substituição do “o/a” por “e” ou “x”, de modo a incluir pessoas não-binárias.

«Opções que, de resto, têm vindo a tornar-se mais comuns fora dos círculos LGBTI e já são usadas na comunicação escrita, sobretudo nas redes sociais, por algumas figuras públicas, entidades mais formais, profissionais de comunicação, programadores, artistas (não é muito difícil encontrar uma mãe ou um pai que já tenha ligado aos filhos a perguntar o que é isto do “x”). Para o linguista Fernando Venâncio, estes processos “estão votados ao fracasso”. “São intervenções voluntaristas e amadoras na gramática e não há maneira nenhuma de intervir na gramática de uma língua”, afirma o autor do livro “Assim Nasceu Uma Língua”. “A gramática não pode ser culpabilizada pelas injustiças do mundo. Não tem um lado ético e não ético. É uma estrutura e ninguém, fora de certos nichos, se vai submeter a uma gramática alternativa.”

«O linguista e professor João de Matos, que trabalha no campo da psicolinguística e desenvolveu uma tese de mestrado sobre “o impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em português europeu”, tem uma posição mais moderada. “Os linguistas sabem que não existe uma relação inequívoca e empírica entre género gramatical e a expressão social da masculinidade e da feminilidade”, introduz. Contudo, como diz ter testado e concluído na sua dissertação, “a utilização do traço de género masculino em nomes variáveis em género envia a compreensão de falantes do português europeu”. Ou seja, “quando alguém diz ‘alunos’, por mais que se queira referir a um grupo não apenas composto por homens, a verdade é que não é assim que é preferencialmente percebido.”

«Apesar de ser ainda um debate com pouco alcance na sociedade portuguesa, e de não estar nos planos nenhum decreto governamental para mudar oficialmente seja o que for, há exemplos de referência cá dentro e lá fora que demonstram que “começam a existir algumas tentativas de mudança”, aponta João de Matos. Entre eles, a introdução de um pronome não-binário (“iel”) no “Le Petit Robert”, conceituado dicionário francês, ou a edição do Manual de Linguagem Inclusiva pelo Conselho Económico e Social (órgão intergovernamental português), que apresenta alternativas “ao uso do universal masculino” e sugestões que visam contrariar linguagem potencialmente discriminatória no que toca a pessoas de certas etnias, classes sociais e com deficiências físicas ou cognitivas, aspectos que são abrangidos pela linguagem inclusiva além do género.»

Trata-se de um "debate com pouco alcance" entre nós, e assim espero que ele se mantenha. Sim, esse clima missionário de culpabilização retroactiva, que vem pintalgando e até derrubando estátuas e condenando outros produtos ainda mais vulneráveis, como são os escritos, esse clima, dizia eu, só podia acusar de "sexista" e de pouco "inclusiva" a nossa Gramática.

E vai de sugerirem arrebiques que a limpem de seculares injustiças para com esta, ou aquela, e mais aquela minoria étnica, social ou sexual.

Certo. "Os direitos do Homem" estão melhor catalogados como "Os direitos humanos". O problema é que esta ânsia de nada e ninguém ofender não sabe onde parar. E aparecem os AMIGOS e as AMIGAS, os ou as AMIGUES, os ou as AMIGXS, os ou as AMIG@S. É só um começo.

Eu acho tremendamente discriminatórios "o João é UMA CRIANÇA ENCANTADORA" ou "o sr. Lopes é UMA PESSOA SIMPÁTICA". E que acontece? Ninguém se preocupa em endireitar estes enviesamentos patentemente sexistas 😊 da língua portuguesa (e de outras, de outras).

Senhores & amigos:

Como afirmei no texto acima, trata-se de "intervenções voluntaristas e amadoras na gramática". Essa gente vive apavorada à ideia de poder ser injusta para com esta ou aquela minoria, e portanto de ser, por sua vez, opressora delas. Não tem a mínima noção de como os idiomas funcionam e historicamente se conformaram, mas isso não a preocupa.

Está visto: enquanto mandarem umas bocas muito culpabilizantes e linguisticamente muito desvairadas, já podem dormir, por esta vez, um nadinha mais sossegados. Ou mais sossegadxs. Ou mais sossegades.



Há quem dê um tilt ou frite ou crashe.

E depois há quem tenha um “Erro 404”.

Já todos vimos essa mensagem num ecrã, mas o que aconteceria se o erro nos entrasse vida adentro?

Estou muito feliz por fazer parte desta nova série da RTP realizada pela @pat.sequeira , filmada pelo @brunogrilotop , e protagonizada pela excelente (!!!) @ines_ap @santaritafilmesportugal

Foi um trabalho meticoloso feito por uma equipa extraordinária com quem adorei trabalhar - obrigado a todes! -, e com quem aprendi muito, acabado de sair do @bovtsbristol em 2023.

No Erro, vou ser o Fábio. Podem esperar 200 looks por episódio, e olhos atentos 👁️.

Estreia dia 11 de Março na @rtppt ❤️🌟

Styling: @diananarciso__

Cardigan : @barbara.atanasio

Jóias: @beatrizjardinha

@mais.que.uma @hitmanagement

Post da rede social Facebook do perfil de Rui Maria Pego em 28 de fevereiro de 2024

Recolhido em 01 de março de 2023

<https://www.facebook.com/ruimpego>